Relatório e Contas | 2021



CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO LISBOA NORTE E.P.E.



PRESENTE À SESSÃO DO C.A. DE 03/04/2022

O Presidente
Daniel Ferro

O Vogal
Lourdes Bastos

O Vogal
Pedro Reis

O Diretor Clínico
Luís dos Santos Pinheiro

A Enf.ª Diretora
Ana Paula Fernandes

ATA N.º 17/2022

CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO LISBOA NORTE, EPE

HOSPITAL DE SANTA MARIA

Hospital Pulido Valente

Índice

Mensagem do Presidente 7

1 Estrutura Organizacional 11

1.1 Área de Referência 11
1.2 Planeamento Estratégico 11
1.3 Estrutura Organizacional 19

2 Atividade Assistencial 25

2.1 Internamento 30
2.2 Bloco de Partos 33
2.3 Unidade de Hospitalização Domiciliária 35
2.4 Atividade Cirúrgica 35
2.5 Colheita e Transplantação 37
2.6 Consulta Externa 38
2.7 Hospital de Dia 41
2.8 Urgência 43
2.9 Apoio Domiciliário 47
2.10 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica 47
2.11 Acesso aos Cuidados de Saúde 50
2.12 SARS-CoV-2 no CHULN em 2021 54

3 Ensino e Formação 61

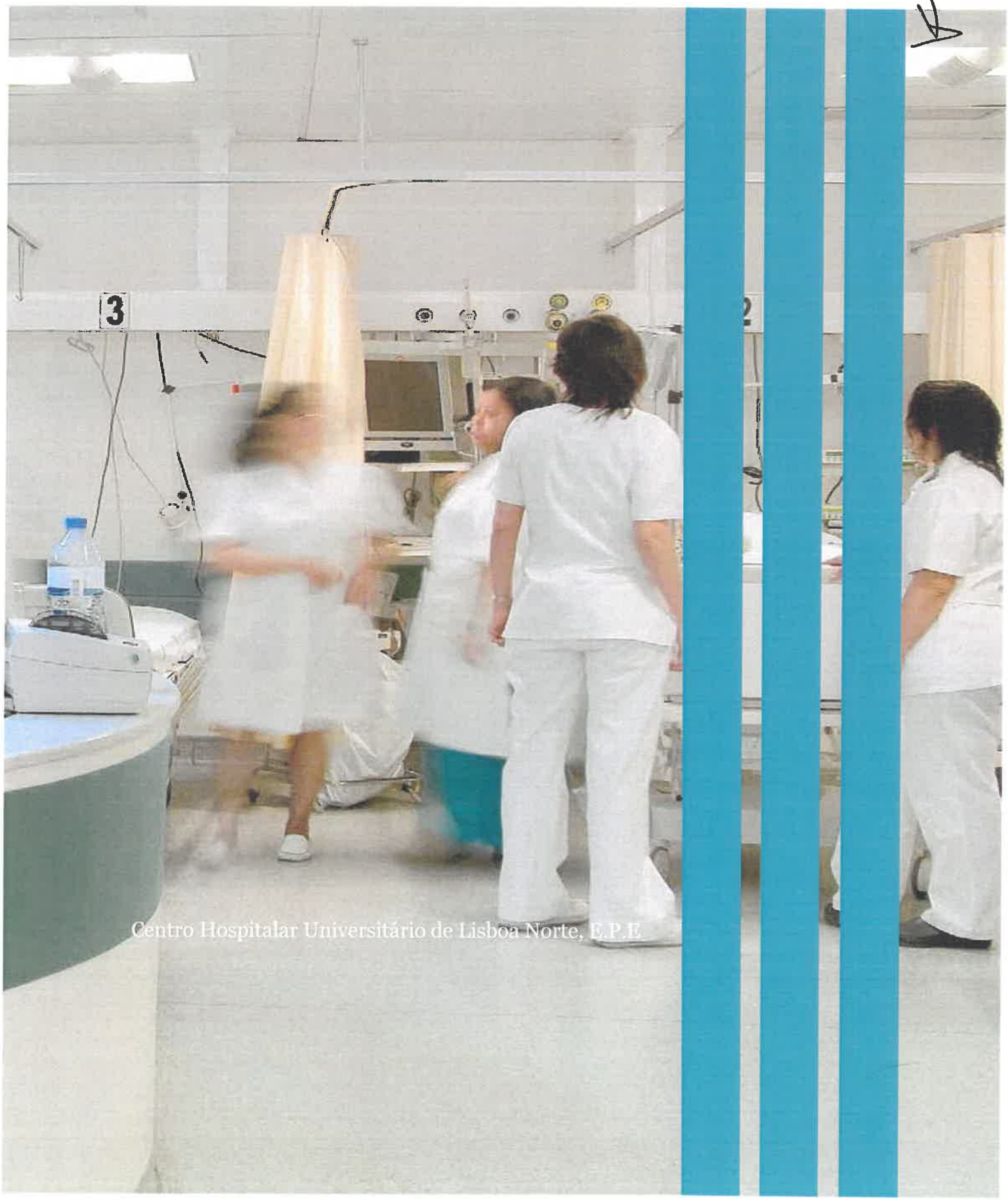
3.1 Certificação do Centro de Formação 61
3.2 Dados Gerais de 2021 61

4 Atividades de Apoio 67

4.1 Serviço Social e Gabinete do Cidadão 67
4.2 Serviço de Saúde Ocupacional 72
4.3 Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica 76

4.4 Instalações e Equipamentos 83
4.5 Serviço de Logística e Stocks 84
4.6 Unidade Gestão Hoteleira 87
4.7 Serviço de Sistemas de Informação 90
4.8 Gabinete de Comunicação e Relações Públicas 922
5 Recursos Humanos 97
5.1 Gestão de Efetivos 97
5.2 Gestão da Despesa com Pessoal 98
5.3 Absentismo 99
5.4 Caracterização dos Recursos Humanos 100
5.5 Estrutura Etária e por Género 101
6 Investimentos 105
6.1 Execução do Programa de Investimentos 105
6.2 Projetos Co-Financiados 106
6.3 Evolução dos Investimentos ao Longo do Último Triénio 107
6.4 Financiamento do Investimento Efetuado 108
7 Cumprimento das Orientações Legais 113
8 Análise do Desempenho Económico-Financeiro 131
8.1 Desempenho Económico 132
8.2 Execução Orçamental Económica – Contrato Programa 137
8.3 Impacto COVID-19 – Compromissos e Pagamentos 138
8.4 Síntese Execução Orçamental – Receita e Despesa 139
8.5 Desempenho Financeiro 143
8.6 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso 145
8.7 Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros 147
Demonstrações Financeiras Exercício 2021 151
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2021 159

Relatório e Contas 2021



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E



Mensagem do Presidente

O ano de 2021 ficou marcado pela fase mais intensa da pandemia. Na sequência das mais altas taxas de infeção por SARS-CoV 2 e no período que antecedeu a vacina, o país registou a mais alta pressão sobre os serviços de saúde de que há memória no SNS. Esta pressão, com ligeiras variações regionais, implicou a ativação ao nível máximo dos planos de contingência e uma atuação em rede do sistema de saúde, no limite da capacidade global e regional instalada, evidenciando um desempenho, nos diversos setores assistências – urgência, cuidados intensivos e internamento - ao nível dos melhores sistemas, mitigando as consequências inevitáveis em termos de morbilidade e mortalidade. O papel do CHULN foi determinante nesta fase, em que os vários hospitais da área de influência esgotaram, não raras vezes em simultâneo, a capacidade de receber os doentes mais críticos, via CODU, ao admitir grande número de doentes desta área ou até de outras regiões. Apesar das naturais dificuldades e coincidindo com o elevado absentismo, também associado à infeção, nunca o CHULN deixou de dar resposta adequada às necessidades decorrentes da pandemia, nem esgotou a capacidade prevista (utilizou 94% da capacidade de internamento em contingência - 402 camas, incluindo 71 camas de cuidados críticos), assegurando em paralelo e no âmbito da missão de referência, as necessidades urgentes e prioritárias na área não Covid. A partir do 1º trimestre retomou-se quase em pleno a atividade assistencial normal, tendo em alguns setores assistenciais e em vários períodos, ultrapassado os níveis alcançados no período pré-pandemia.

No âmbito do programa do Ministério da Saúde de reforço da Medicina Intensiva foi ampliada a Unidade do SIMI piso1. Foi também continuada a beneficiação do SMI piso 3. Foram melhoradas as condições em várias unidades intermédias, como a Unidade de AVC, a Neonatologia, o recobro da Neurocirurgia. O desempenho da área de cuidados críticos, pela capacidade disponibilizada e resultados obtidos, foi objeto de destaque por algumas entidades internacionais. Mesmo num contexto de constrangimentos, alguns projetos estruturais foram concluídos (Radioterapia), mantidos (eficiência energética) ou iniciados (Psiquiatria e Saúde Mental, Departamento de Coração e Vasos, Nefrologia, Hematologia, Oncologia, Unidade de Técnicas de Gastro). Os projetos da nova Unidade de Queimados, do ambulatório da Pediatria e de ampliação da UCIPED foram revistos, com vista à sua implementação em prazo desejavelmente breve.

Merecem destaque alguns projetos de inovação transversais, como o da cirurgia robótica, o apetrechamento dos cuidados intensivos, da Imagiologia, dos blocos operatórios, da Unidade de Técnicas de Gastro e da Anatomia Patológica.

Os resultados assistenciais, mesmo com vários constrangimentos impostos pela pandemia, foram favoráveis. No que se refere à acessibilidade aos cuidados, merecem destaque os progressos alcançados nas áreas da consulta externa e dos cuidados cirúrgicos. A acessibilidade ao internamento alcançou o objetivo previsto. Pelo segundo ano consecutivo, não foi necessário recorrer a camas (macas) suplementares, nomeadamente no período de inverno. Os tempos de atendimento em urgência melhoraram relativamente ao ano anterior, pretendendo-se a aproximação ou eventual melhoria em relação aos níveis pré-pandemia.

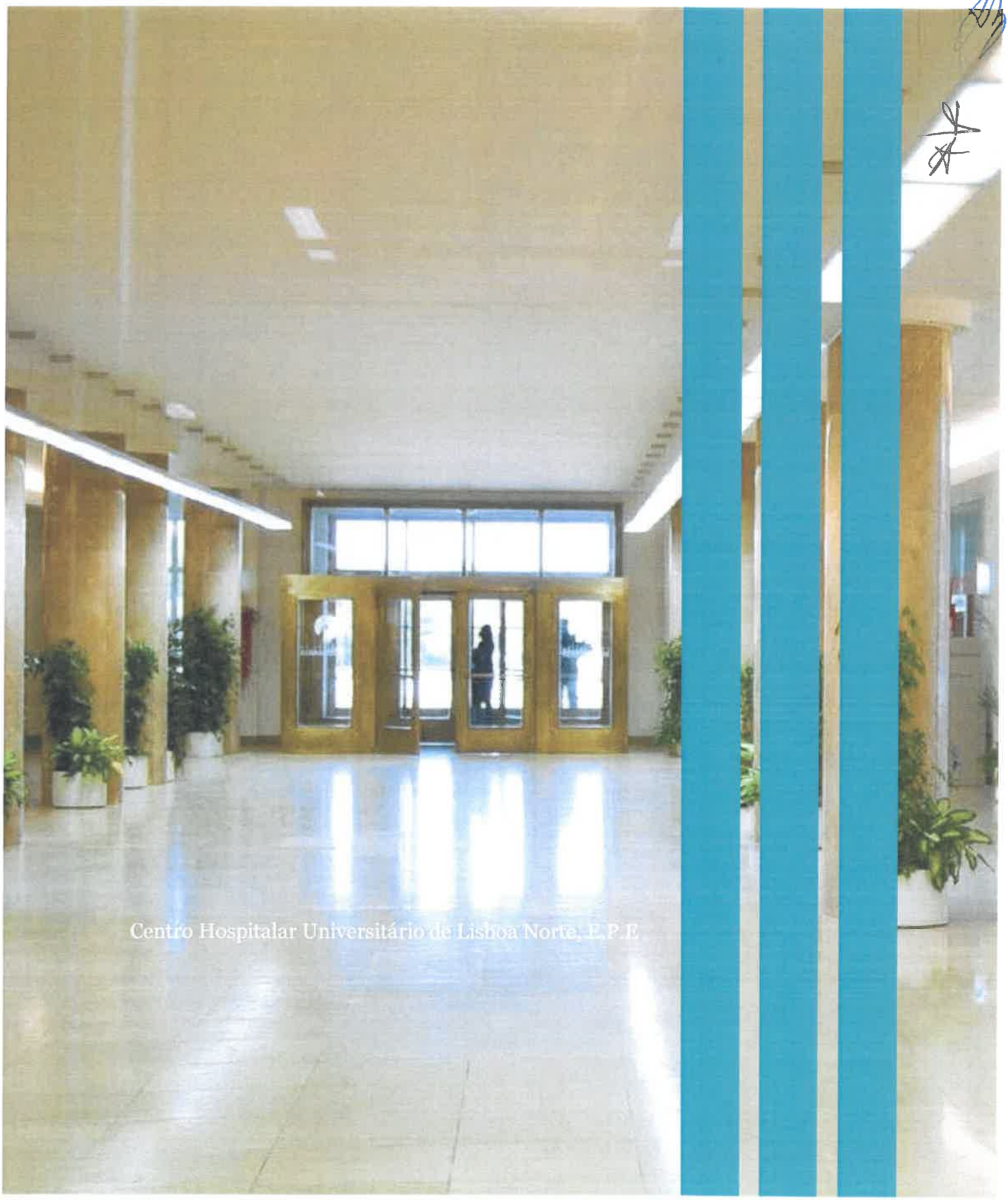
Na qualidade assistencial merece destaque o grande número de áreas/patologias com reconhecimento oficial de excelência clínica, aos vários níveis.

Durante o ano de 2021, na área económico-financeira observa-se uma melhoria, face ao período homólogo, em ganhos operacionais registando-se um aumento de cerca de 9%, face a um aumento de apenas 4% no total de Gastos operacionais relevantes para EBITDA, que regista uma diminuição de 36%. Apesar do acréscimo de custos provocado pela pandemia, foram enormes os esforços para um efetivo controlo orçamental e contenção das despesas, apesar do desajustamento de preços do Contrato Programa por linha de atividade e da manutenção do índice de *case mix* nos valores de 2015.

Os bons resultados obtidos refletem o grande esforço, profissionalismo e dedicação das chefias e dos profissionais do CHULN. Ao fim de quase dois anos de pandemia e esforço acrescido dos profissionais, a boa resposta e resultados assistenciais do CHULN, no período de maior intensidade (1º Trimestre), ficarão associados provavelmente ao maior desafio da sua história. A superação com sucesso, deste histórico e desafiante momento, deve ser motivo de generalizado orgulho e redobrada confiança sobre a capacidade efetiva e qualidade assistencial na prossecução da sua missão, enquanto instituição de referência e elevada diferenciação, neste ou em qualquer momento desafiante.

Uma palavra de enorme agradecimento e reconhecimento a todos os profissionais do CHULN, por todo o esforço e resultados obtidos, que muito dignificam e engrandecem a sua imagem.

Relatório e Contas 2021





1 Estrutura Organizacional

1.1 Área de Referência

O Centro Hospitalar foi criado a 1 de março de 2008, pelo Decreto-Lei n.º 23/2008, resultando da fusão de dois hospitais com elevada dimensão histórica: O Hospital Santa Maria, E.P.E. e o Hospital Pulido Valente, E.P.E. Até então, ambas as instituições constituíam unidades hospitalares centrais da área de Lisboa, embora com características distintas. Por um lado, o Hospital Pulido Valente, E.P.E., com menor número de especialidades e serviços prestados, mas com elevada diferenciação/especialização nas suas áreas de intervenção, e, por outro lado, o Hospital Santa Maria, E.P.E. que se destacava pela diversidade na oferta em todas as áreas da Medicina, apresentando especialidades e técnicas únicas no panorama hospitalar português, constituindo-se como uma referência no processo de ensino e investigação, fruto da partilha de espaço, instalações e profissionais com a Faculdade de Medicina de Lisboa e o Instituto de Medicina Molecular.

1.2 Planeamento Estratégico

O CHULN tem por objeto a prestação de cuidados de saúde de excelência aos cidadãos, nacionais e internacionais, no âmbito das suas capacidades e responsabilidades, tendo em conta o seu elevado grau de diferenciação e posicionamento ímpar no Serviço Nacional de Saúde.

Na área do ambiente, o CHULN adota as estratégias e práticas mais adequadas, destacando-se a poupança de recursos naturais, a utilização de energias renováveis e a gestão racional de resíduos, as quais se inserem na responsabilidade social pelo equilíbrio ambiental e pelo desenvolvimento sustentável.

São objetivos do CHULN:

- Prestação da sua atividade, centrada no primado do doente;

- Qualidade e humanização dos cuidados prestados;
- Assegurar e melhorar as condições de acolhimento e internamento dos cidadãos utilizadores dos serviços prestados pelo Centro Hospitalar;
- Garantir elevados padrões técnico-científicos, com particular destaque para a inovação;
- Adequar equipamentos e instalações diretamente ligados à prestação de cuidados de saúde, na medida das disponibilidades;
- Gestão de recursos humanos eficaz e eficiente, norteado pelos princípios legais aplicáveis;
- Proporcionar aos profissionais condições de motivação e realização profissional, que permitam atrair e reter os melhores e mais diferenciados;
- Desenvolver as atividades de investigação, ensino e formação, no que respeita à formação de profissionais de saúde;
- Promover a articulação funcional com a rede de cuidados primários, no âmbito da sua área de influência, bem como com a rede nacional de cuidados continuados integrados;
- Promover critérios de rigor, autonomia, responsabilização e flexibilidade na gestão.

Incluem-se, ainda, no seu objeto o desenvolvimento de atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde. Daqui decorre a estreita ligação à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e outras instituições de ensino/investigação, nomeadamente no âmbito do Centro Académico de Medicina de Lisboa.

No que concerne à oferta de cuidados de saúde, o CHULN apresenta uma carteira de serviços altamente especializada e diversificada, dirigindo a sua intervenção a um vasto leque de situações de saúde, com diferentes níveis de complexidade. De uma forma geral, a oferta assistencial abrange a área de ambulatório (consulta externa, hospital de dia, cirurgia de ambulatório e meios complementares de diagnóstico e terapêutica), internamento e urgência.

Para além dos diferentes serviços clínicos disponíveis, o CHULN apresenta 17 Centros de Referência, reconhecidos como centros de elevada diferenciação para a prestação de cuidados de saúde a utentes com situações clínicas específicas, com especial concentração de recursos, e constituídos por equipas multidisciplinares e altamente qualificadas, visando a prestação de cuidados com elevado padrão de qualidade, como se pode verificar no quadro seguinte:

Centros de Referência do CHULN

Centros de Referência	
Área de intervenção prioritária	**Legislação**
Epilepsia Refratária	Despacho n.º 11297/2015 de 8 de outubro
Paramiloidose Familiar	
Cardiologia de "Intervenção Estrutural"	Despacho n.º 3653/2016 de 11 de março
Cardiopatias Congénitas*	
Doenças Hereditárias do Metabolismo	
Oncologia de Adultos - Cancro do Esófago	
Oncologia de Adultos - Cancro Hepatobilio-Pancreático	
Oncologia de Adultos - Cancro do Reto	
Oncologia de Adultos - Sarcomas das Partes Moles e Ósseos	
Oncologia Pediátrica - Tumores do Sistema Nervoso Central**	
Transplantação Renal Pediátrica	
Transplante do Rim - Adulto	Despacho n.º 9414/2016 de 22 de julho
Coagulopatias Congénitas	Despacho n.º 6669/2017 de 8 de fevereiro
ECMO (Oxigenação por Membrana Extracorporal)	
Fibrose Quística	
Implantes Cocleares***	
Neurorradiologia de Intervenção na Doença Cerebrovascular (NIDC)	

*em colaboração interinstitucional com o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E. e Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa

**em colaboração interinstitucional com o Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E. P. E. e Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.

***em colaboração interinstitucional com o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, E. P. E., Centro Hospitalar do Porto, E. P. E. e Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E.

O objetivo estratégico da instituição passa pelo reconhecimento de novos centros de referência e certificação dos existentes.

O CHULN, enquanto estabelecimento hospitalar público, geral, central e altamente diferenciado em tecnologias e saberes, presta cuidados de saúde ao cidadão, dentro da sua capacidade, e no âmbito da sua responsabilidade desenvolve a sua **Missão** centrada no doente.

Fruto de uma simbiose histórica, lógica e natural, com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, com a qual partilha instalações, recursos humanos e conhecimentos, o ensino e a formação pré e pós-graduada constituem-se como outro eixo fundamental da missão, reforçada pela integração no Centro Académico de Medicina de Lisboa, sem prejuízo de parcerias com outras instituições académicas nacionais e internacionais.

Para além da prestação direta de cuidados de saúde e da formação, a missão do CHULN comporta ainda as vertentes da inovação, do desenvolvimento científico e da investigação, como corolário lógico e aproveitamento natural das sinergias resultantes dos eixos da prestação e da formação.

A **Visão** do CHULN, EPE é a de reforçar a sua posição como referência no contexto internacional, nacional e regional, através da melhoria da qualidade, eficiência e acessibilidade aos cuidados de saúde, de forma sustentável, aumentando o valor para os utentes, apostando nas condições de atendimento e valorizando o papel dos colaboradores

No âmbito do Centro Académico de Medicina de Lisboa, desenvolver-se-ão projetos conjuntos de prestação de cuidados, de formação e ensino e de investigação, a nível nacional e internacional.

No cumprimento da sua Missão, o CHULN e os seus profissionais partilham os seguintes **Valores** e Princípios:

1. Serviço público com primado no doente;
2. Respeito pela dignidade humana, pela diversidade cultural e religiosa e pelos direitos dos doentes;
3. Equidade do acesso a cuidados de saúde;
4. Rigor, integridade e responsabilidade;
5. Elevados padrões de humanização, de competência técnica e científica dos serviços prestados;
6. Cultura institucional e espírito de equipa;
7. Ambição e empenho na melhoria contínua da qualidade;
8. Valorização, motivação e envolvimento dos profissionais;
9. Desempenho e sustentabilidade;
10. Responsabilidade social e ambiental;
11. Respeito pelos princípios éticos e deontológicos na atividade assistencial, formação pré e pós-graduada e investigação.

O CHULN adotou um modelo de governação estratégica para o triénio 2020/2022 assente em quatro perspetivas:

A **perspetiva do interesse do doente,** agrupando projetos ou medidas de intervenção eficazes que criem valor para o utente em termos de acessibilidade aos cuidados, melhoria da qualidade e aumento da satisfação.

A **perspetiva financeira**, agrupando projetos ou medidas de intervenção que assegurem os meios financeiros adequados, tendo em vista uma base sustentável, para assegurar a satisfação das necessidades de cuidados de saúde a prestar.

A **perspetiva dos processos assistenciais**, agrupando projetos ou medidas de intervenção destinados a aumentar a organização, a eficiência e a qualidade dos principais processos assistenciais nas diversas linhas de atividade.

A **perspetiva de aprendizagem e desenvolvimento**, agrupando projetos e medidas instrumentais incluindo fatores críticos de sucesso para alcançar a otimização dos processos, os bons resultados económico-financeiros e bons cuidados aos utentes, integrando várias dimensões, como o capital humano, sistemas de informação, tecnologia, comunicação e qualidade do processo gestionário.

A **matriz de projetos estratégicos** com caráter transversal é a seguinte:

Dimensões/vetores estratégicos	Projetos estratégicos	Metas/Objetivos de Gestão
Interesse do doente	Melhoria da acessibilidade à consulta externa;	A percentagem de utente em LEC dentro do TMRG foi de 54,9%, ultrapassando a meta prevista (49%). O nº de consultas realizadas dentro do TMRG foi de 77,8% ultrapassando a meta prevista (59%).
	Melhoria da acessibilidade aos cuidados cirúrgicos;	A percentagem de doentes em LIC dentro do TMRG foi de 65,5% ultrapassando a meta prevista (60%);
	Ambulatorização e integração de cuidados (ICC/IRC);	O nº de doentes operados dentro do TMRG foi de 84% ultrapassando ligeiramente a meta prevista (82%);
		Os utilizadores frequentes da urgência representaram 2,3%, abaixo da meta prevista (2,7%);
	Hospitalização domiciliária	A Unidade de Hospitalização Domiciliária apenas tratou 152 doentes em virtude da dificuldade de recursos, mantendo a lotação de 10 camas;

Dimensões/vetores estratégicos	Projetos estratégicos	Metas/Objetivos de Gestão
Financeira	Aumento da faturação e cobrança de serviços/cuidados prestados	As metas para 2021 não foram alcançadas devido à Pandemia, pelo que se mantém a estimativa prevista de 1,0M€
	Aumento da faturação e cobrança de taxas moderadoras	As metas para 2021 não foram alcançadas devido à pandemia pelo que se mantém a estimativa prevista de 3,0M€
	Aumento de venda de MCDT's	As metas para 2021 não foram alcançadas devido à pandemia pelo que se mantém a estimativa prevista de 2,3M€
	Melhoria das condições de aquisição e racionalização consumos/serviços/materiais	Na área do Medicamento a despesa foi reduzida em 3,2 M euros na área dos biossimilares e outros medicamentos, conforme relatório do SGTF (Ponto 4.3)
	Racionalização de efetivos e da despesa com trabalho extraordinário	Os efetivos previstos (6792) não foram excedidos (6656) ficando aquém do previsto e A despesa com trabalho extra reduziu em 792 mil euros
Processos assistenciais	Melhoria da gestão de processos de internamento	A demora média foi reduzida em 0,22 dias;
	Gestão flexível da capacidade de internamento	A capacidade de internamento na área do doente crítico aumentou em 14 camas, com a ampliação do SMI piso 1. Na Unidade de AVC´s a capacidade de internamento foi aumentada em 4 camas. Na Neurocirurgia foi criado um recobro de 4 camas. Durante a fase mais intensa da pandemia a gestão partilhada de camas designadamente na área cirúrgica foi generalizada;
	Processo clínico eletrónico (PCE) e desmaterialização de suportes de apoio assistencial	O PCE foi digitalizado em vários serviços (centro de Ambulatório/Departamento de Pediatria;
	Reorganização e modernização de processos e circuitos	Foram iniciados projetos de desmaterialização e gestão documental em alguns processos administrativos;
	Reestruturação da área assistencial	

Dimensões/vetores estratégicos	Projetos estratégicos	Metas/Objetivos de Gestão
	Melhoria da segurança e da proteção de dados	Adaptação flexível das áreas de internamento, dando resposta às flutuações das necessidades assistenciais e à evolução da contingência pandémica. Foi criado um Gabinete de Proteção de Dados e reforçada a equipa do DPO em mais 2 elementos, tendo a própria DPC passado a exercer funções exclusivas no âmbito do RGPD. Foram adquiridos sistemas e software destinados a garantir a segurança de dados;
Aprendizagem & desenvolvimento	Acreditação pelo modelo de acreditação da DGS (ACSA) – Serviços e Centros de Referência (CRe)	Estudo preparatório para o início do 1º ano do processo de acreditação global do CHULN com base no modelo ACSA de acordo com o "Manual de Standards" da DGS. Manutenção e expansão dos Serviços e Centros de Referência (CRe) acreditados pelo modelo ACSA: . Serviço de Medicina Intensiva . Serviço de Cardiologia . Departamento de Cirurgia Geral . Departamento de Pediatria . Serviço de Reumatologia . Serviço de Neurocirurgia . Serviço de Neurologia . Unidade de Cirurgia de Ambulatóirio . CRe Coagulopatias Congénitas . CRe Neurorradiologia de Intervenção na Doença Cerebrovascular . CRe ECMO . CRe Cardiologia de Intervenção Estrutural . CRe Oncologia de Adultos – Sarcomas . CRe Oncologia de Adultos – Cancro Hepatobilio/Pancreático . CRe Oncologia de Adultos – Cancro do Esófago . CRe Oncologia de Adultos – Cancro do Reto . CRe Transplantação Renal Pediátrica . CRe Doenças Hereditárias e do Metabolismo . CRe Tranplantação Renal de Adultos . CRe Epilepsia Refractária . CRe Paramiloidose Familiar

Dimensões/vetores estratégicos	Projetos estratégicos	Metas/Objetivos de Gestão
	Certificação de serviços e Excelência Clínica (SINAS)	. CRe Fibrose Quística Serviços Certificados (ISO 9001:2015) . S. Logística e Stocks . S. Patologia Clínica . Serviço de Neurologia . Serviço de Pneumologia . Serviço de Imuno-Hemoterapia . Serviço de Urologia . Serviço de Imagiologia Geral . Serviço de Imagiologia Neurológica . Serviço de Saúde Ocupacional . Centro de Formação do CHLN No âmbito do SINAS, o CHULN cumpriu todos os parâmetros em: Excelência Clínica, Segurança do Doente, Conforto das Instalações, Satisfação do Utente O CHULN teve avaliação de excelência clínica em dez áreas no último relatório do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS), da Entidade Reguladora da Saúde. O CHULN é assim o hospital universitário português com mais áreas de excelência avaliadas no documento publicado, com dados que reportam aos episódios de internamento com alta entre 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019. Das dez áreas que receberam o rótulo de excelência do regulador, duas atingiram a avaliação máxima: Cirurgia de Ambulatório e Pediatria (Cuidados Neonatais). Angiologia e Cirurgia Vascular, Cirurgia Geral, Neurologia, Obstetrícia, Ortopedia, Cuidados Intensivos e Ginecologia são outras áreas com avaliação de excelência clínica. Este é o melhor resultado de sempre do CHULN no Sistema Nacional de Avaliação em Saúde, num evidente processo de melhoria da certificação levado a cabo pelas suas equipas. Estas avaliações vão ao encontro do objetivo do CHULN de medir a qualidade dos serviços e dos cuidados de saúde prestados. Refletem o mérito dos seus profissionais e da melhoria das instalações, e o contributo adicional das Equipas, na recolha e registo de dados.

Dimensões/vetores estratégicos	Projetos estratégicos	Metas/Objetivos de Gestão
	Melhoria da comunicação interna	Foi criada uma newsletter (Notícias CHULN) Informação relevante (Intranet/newsletter);
	Sistema de contratualização interna e avaliação do desempenho	Contratualização com a maior parte dos serviços clínicos do CHULN;
	Criação de Centros de Responsabilidade Integrados (CRI´s)	Processo de criação de CRI´s em 2 serviços (Imagiologia e ultimou-se processo de criação do CRI – Gastrenterologia e Hepatologia)
	Reestruturação do Centro de Investigação Clínica	Reforço equipa CIC, celeridade instrução e controlo faturação ensaios

1.3 Estrutura Organizacional

O Conselho de Administração do CHULN, nomeado para o triénio 2019-2021, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2019, de 24 de maio de 2019, publicada no Diário da República, 1.ª série — n.º 100 — 24 de maio de 2019, integra os seguintes membros:

- Presidente - Joaquim Daniel Lopes Ferro
- Vogal Executivo (Diretor Clínico) - Luís Filipe Pereira dos Santos Pinheiro
- Vogal Executiva (Enfermeira Diretora) - Ana Paula Dias Costa Fernandes
- Vogal Executiva - Maria de Lourdes Caixaria Bastos
- Vogal Executivo - Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis

Integram a estrutura organizacional do CHULN as seguintes áreas:

- Ação Médica;
- Suporte à prestação de cuidados;
- Apoio geral e logística.

Os serviços de ação médica estão organizados segundo uma estrutura matricial, assente em departamentos, serviços e unidades funcionais. Esta estrutura nas áreas clínicas permite a

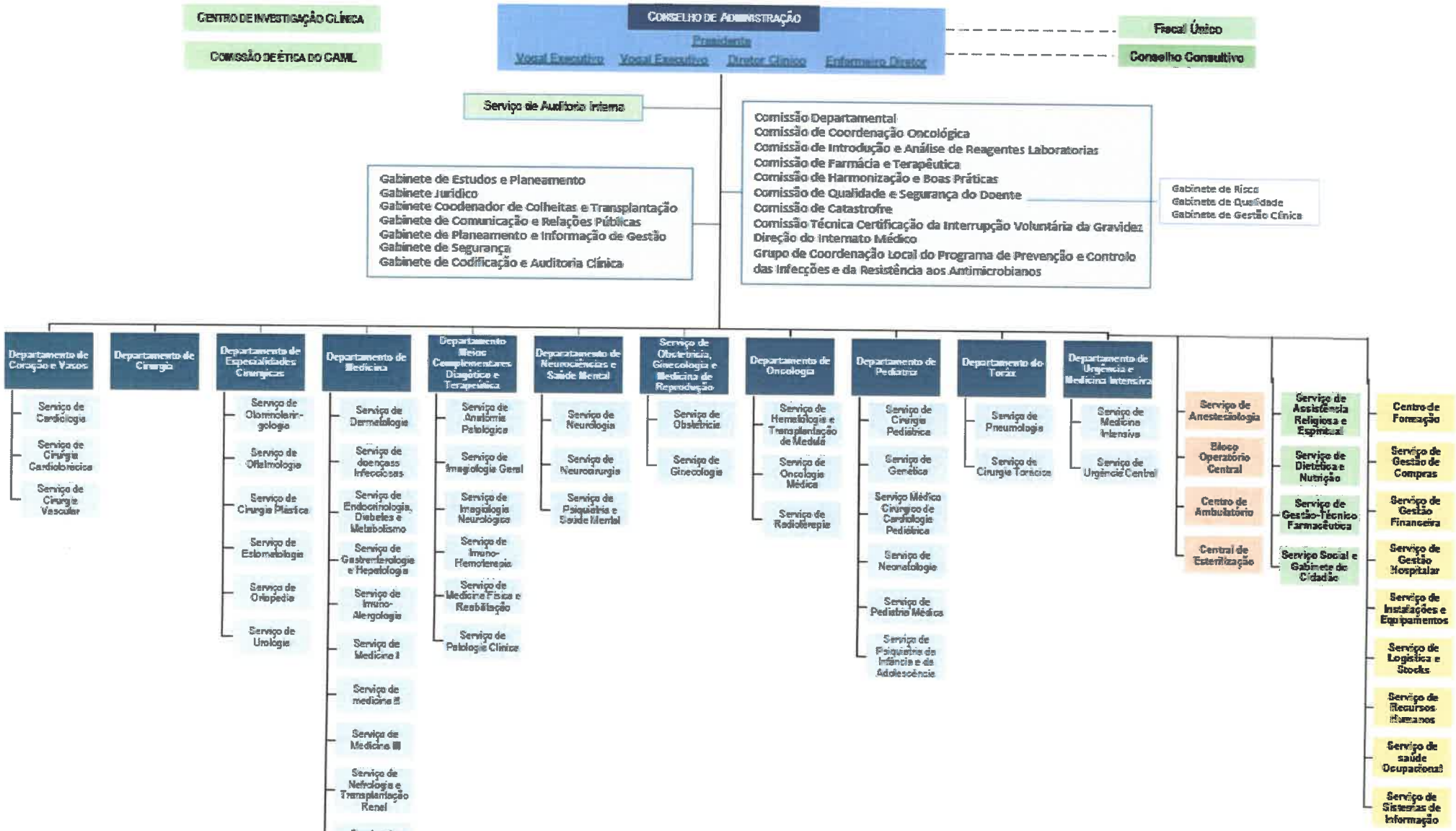
intersecção entre a ação de grupos multidisciplinares por patologia, com a atividade dos serviços, e a concretização de novas formas de organização do trabalho, baseadas em princípios de gestão da doença, colocando o doente/utente como centro da atividade.

Integram a área de suporte à prestação de cuidados, serviços ou unidades autónomas, com funções de suporte dos serviços de ação médica.

As áreas de apoio geral e logística estão estruturadas verticalmente adotando-se, sempre que possível, formas de organização em torno de processos de trabalho, maximizando os recursos disponíveis na ótica do primado do doente.

Organograma CHLN 2016

Elaborado de acordo com alteração ao art. 38 do Regulamento Interno, de 29 jan. 2015





Relatório e Contas 2021



2 Atividade Assistencial

O presente relatório constitui-se enquanto um documento técnico que pretende dar a conhecer a atividade assistencial, nas respetivas linhas de produção, no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro e o dia 31 de Dezembro de 2021 comparativamente com os anos 2019 e 2020.

O CHULN assume-se como uma das principais instituições de saúde que prestam serviços assistenciais a nível nacional, com capacidade de resposta em todas as áreas de cuidados, com capital humano diferenciado e com enfoque na prestação de cuidados efetivos e de qualidade à população.

A elevada diferenciação, traduzida na qualidade dos cuidados prestados a todos os que procuram os serviços do CHULN, colocam-no num patamar único no contexto de saúde português. Atualmente, a sua área de influência direta, com 228.833 habitantes, abrange, no concelho de Lisboa, as freguesias de Alvalade, Avenidas Novas, Benfica, Campolide, Carnide, Lumiar, S. Domingos de Benfica e Santa Clara. Adicionalmente, constitui-se também como instituição de referência para atendimentos de urgência, para 102.999 habitantes no concelho da Amadora, para a freguesia de Águas Livres, e no concelho de Loures, para a União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela e União de Freguesias de Moscavide e Portela. Para além da sua área de referência direta, a instituição recebe ainda doentes de todas as zonas do país e estrangeiro, constituindo-se como referência indireta de toda a zona sul do país e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Ao longo dos últimos anos tem-se verificado um aumento da população residente na área de influência direta do CHULN, o que implica um maior compromisso na reorganização dos serviços e cuidados de saúde prestados, de forma a dar resposta adequada e efetiva às necessidades em saúde da população.

A partir da entrada em vigor do disposto no Despacho n.º 5911-B/2016, de 3 de maio, que aprovou o Livre Acesso e Circulação de Utentes no Serviço Nacional de Saúde (LAC), adveio um aumento da procura de utentes, referenciados a partir dos Cuidados de Saúde Primários, não

pertencentes à área de influência direta do CHULN, acrescendo de forma exponencial, a partir dessa altura, o número de solicitações afetando os tempos de resolução de listas de espera para cuidados eletivos (consulta externa e cirurgia).

No que concerne à oferta de cuidados de saúde, o CHULN apresenta uma carteira de serviços altamente especializada e diversificada, dirigindo a sua intervenção a um vasto leque de situações de saúde, com diferentes níveis de complexidade. De uma forma geral, a oferta assistencial abrange a área de ambulatório (consulta externa, hospital de dia, cirurgia de ambulatório e meios complementares de diagnóstico e terapêutica), o internamento e a urgência.

Para além dos diferentes serviços clínicos disponíveis, o CHULN criou 17 Centros de Referência, reconhecidos como centros de elevada diferenciação para a prestação de cuidados de saúde a utentes com situações clínicas específicas, com especial concentração de recursos, e constituídos por equipas multidisciplinares e altamente qualificadas, visando a prestação de cuidados com elevado padrão de qualidade.

Todavia e tendo em consideração as características específicas da procura (e o aumento da mesma), bem como a elevada diferenciação da oferta de serviços, são identificados constrangimentos no modelo de financiamento vigente, que não contemplam a realidade descrita, traduzindo-se numa situação de contínuo subfinanciamento, exigindo um esforço adicional por parte da instituição para assegurar cuidados efetivos e atempados, erodindo, continuadamente, a sua sustentabilidade financeira. Além disso, o facto de a Tutela não contemplar, para efeitos de financiamento, através de inscrição em Contrato-Programa da instituição, o custo que esta vem assegurando e suportando *per se* a nível da atividade assistencial prestada nas áreas das doenças raras, medicamentos e patologias onerosas (cuja diferenciação dos cuidados prestados e especificidade dos tratamentos é muito exigente e portanto dispendiosa), tem, ao longo dos anos e aliado a outros fatores, colocado a instituição numa situação financeira problemática.

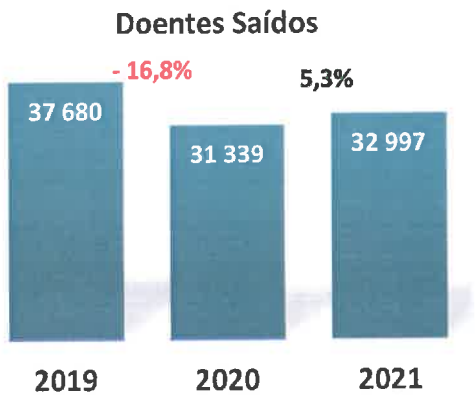
A nível de Recursos Humanos, e especialmente a nível clínico, o CHULN depara-se com uma situação comprometedora da atividade a médio prazo. O envelhecimento dos profissionais clínicos mais qualificados e a simultânea dificuldade em atrair e manter especialistas recém-formados (em muito devido à limitação de autonomia de gestão para a contratação de pessoal) comprometem a sustentabilidade das equipas e a capacidade formativa médica em várias especialidades.

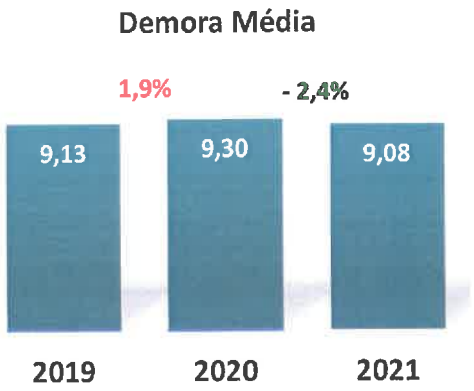
De forma a minimizar as caraterísticas próprias dos edifícios do CHULN (HSM e HPV) e adequar a utilização das estruturas físicas às exigências da atividade clínica a desenvolver nos diversos espaços, minimizando o impacto financeiro resultante deste processo, está em curso a requalificação do CHULN, no sentido de concentrar no HSM os serviços com mais necessidade de utilização de blocos, cuidados intensivos e técnicas invasivas e/ou com muita tecnologia e dotar o HPV com melhores condições de atendimento ambulatório ou internamento menos dependente destas estruturas, a par do desenvolvimento da hospitalização domiciliária.

A atividade e os resultados do CHULN são influenciados tanto pela conjuntura política, económico-financeira e social do meio em que se insere, como pela própria dinâmica organizacional interna da instituição. Os anos de 2020 e de 2021 trouxeram um contexto excecional e especialmente desafiante na área da saúde devido à pandemia por SARS-CoV-2. O CHULN desempenhou um papel preponderante neste contexto, reorganizando os seus recursos, instalações, e a própria estratégia de intervenção, de forma a manter a qualidade assistencial, a par com o cumprimento das orientações emanadas pela Tutela, de forma a fornecer as respostas adequadas e em tempo útil. Inevitavelmente, este contexto excecional influenciou os resultados operacionais, observando-se que impactou na atividade desenvolvida, com especial enfoque na atividade programada. O ano de 2021 foi um ano de relevante recuperação da atividade assistencial, tendo o objetivo traçado pelo atual Conselho de Administração de resolver o problema da falta de acessibilidade sido parcialmente solucionado, com particular destaque para a cirurgia programada que ultrapassou a produção realizada em 2019, último ano da pré-pandemia.

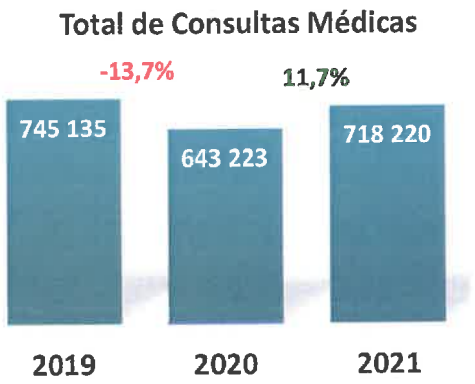
Apresentam-se de seguida, os principais indicadores de atividade nas diferentes áreas de intervenção, tomando como referência a atividade desenvolvida durante o ano de 2021.

A lotação média praticada do CHULN para o ano de 2021 foi de 1.011 camas com um total de 32.997 doentes saídos, com um tempo de permanência de 9,08 dias. A taxa de ocupação resultou em 81,1%.





No âmbito da consulta externa, realizaram-se 718.220 consultas, das quais 27,0% correspondem a primeiras consultas.



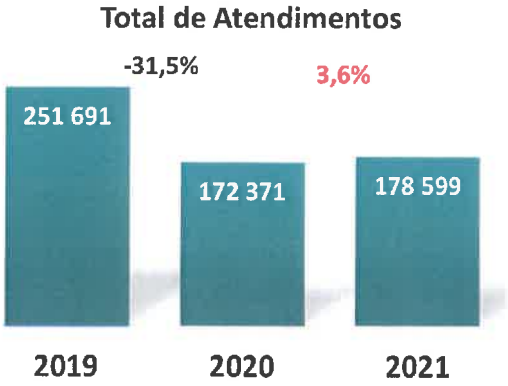


Do total de primeiras consultas, 19,1% (37.084 consultas) correspondem a consultas realizadas via Consulta a Tempo e Horas (CTH), provenientes dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), apresentando em média um tempo de resposta de 96,2 dias.

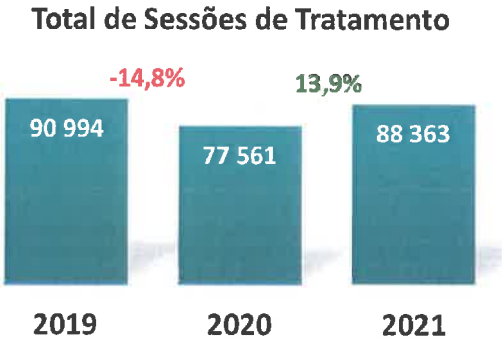




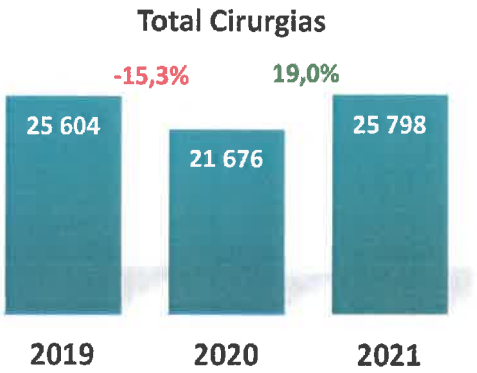
O número de atendimentos em Serviço de Urgência situou-se nas 178.599 admissões em 2021, com cerca de 11,4% que originaram episódio de internamento.

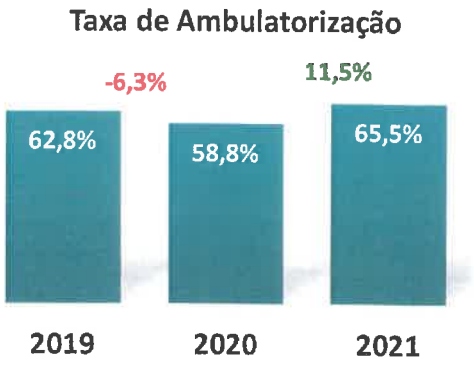


Relativamente à atividade em Hospital de Dia, em 2021 registaram-se 88.363 sessões realizadas a 17.119 utentes.

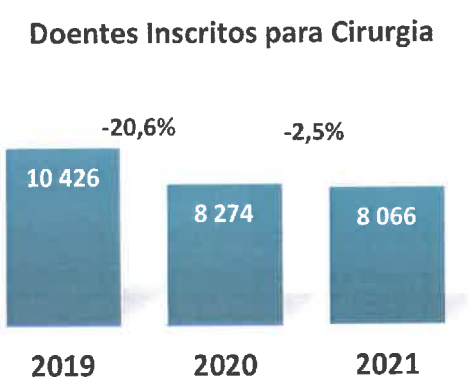


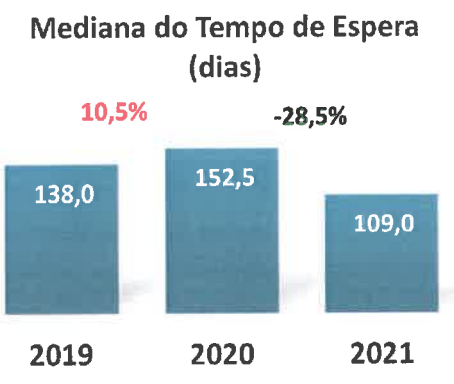
Relativamente à atividade cirúrgica, realizaram-se 21.098 cirurgias programadas durante o ano de 2021, sendo que 65,5% correspondem a cirurgias em ambulatório. Por sua vez, realizaram-se 4.700 cirurgias urgentes, totalizando 25.798 cirurgias realizadas ao longo de 2021.





No âmbito da resolução da lista de inscritos para cirurgia, a 31 de dezembro de 2021 encontravam-se 8.066 doentes inscritos para cirurgia, com a mediana do tempo de espera a situar-se nos 109,0 dias. Adicionalmente, verificou-se que 83,5% dos doentes foram operados em tempo adequado.





2.1 Internamento

O internamento representa uma importante linha de produção da instituição, procurando dar resposta de forma ajustada às necessidades em saúde da população.

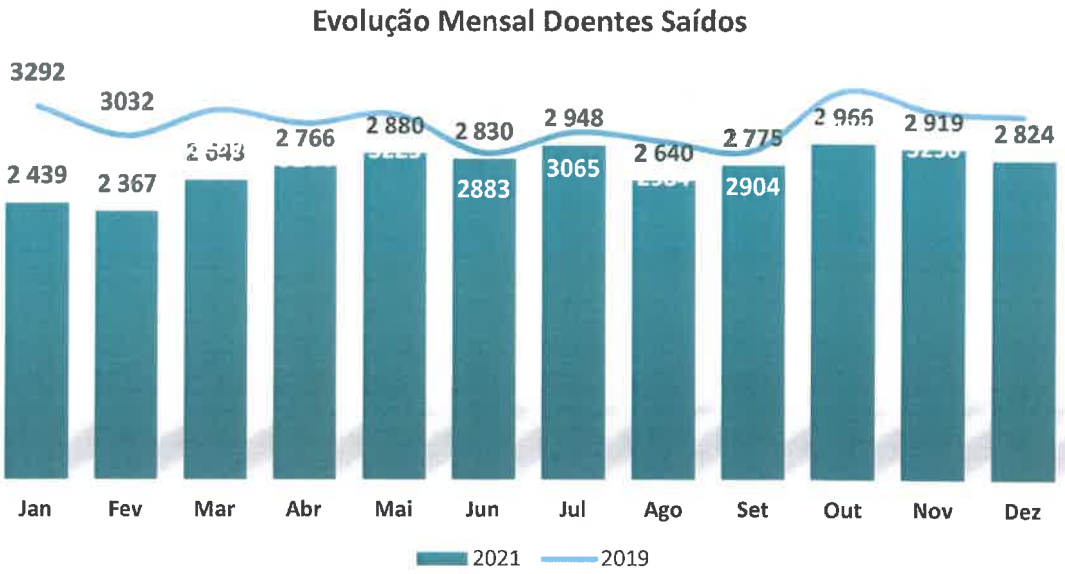
O ano 2021 apresentou um crescimento de 5,3% (1.658 doentes saídos) face ao verificado no ano 2020. Em contrapartida a demora média do internamento registou um ligeiro decréscimo 9,08 dias (-0,23 dias) face ao ano anterior.

Estes resultados estarão inevitavelmente associados às medidas implementadas para a resposta à pandemia por SARS-CoV-2 durante o primeiro terço do ano 2021, que impôs a reorganização da lotação dos Serviços de internamento, a redução dos internamentos programados e a realocação de recursos humanos para áreas específicas, bem como a posterior reafectação de recursos tendo em conta recuperação da atividade.

	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Lotação Média Praticada	1 047	1 002	1 011	-4,3%	0,9%
Doentes Saídos	37 680	31 339	32 997	-16,8%	5,3%
Berçário	2 386	2 132	2 088	-10,6%	-2,1%
Doentes Tratados	38 584	32 072	33 746	-16,9%	5,2%
Demora Média	9,13	9,30	9,08	1,9%	-2,4%
Taxa de Ocupação	90,0%	79,5%	81,1%	-11,7%	2,1%
Taxa de Mortalidade	6,4%	7,8%	7,7%	21,2%	-0,5%
Doentes Tratados por Cama	36,9	32,0	32,6	-13,2%	2,0%

No que diz respeito à distribuição dos doentes saídos pelos meses do ano e como seria de esperar, o afluxo de doentes ao internamento não se processa uniformemente, devendo-se, contudo, assinalar que as variações sazonais não são muito significativas para o ano de 2021.

O relativo equilíbrio que se regista é quebrado por variações descendentes entre os meses de janeiro a março e julho a setembro na sequência da 3ª vaga e 4ª vaga da pandemia respetivamente como se pode verificar no gráfico seguinte.



No contexto de crescimento do número total de doentes saídos da instituição no período em análise, evidenciam-se as especialidades de Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria e Urologia.

No sentido de prevenir o protelamento do internamento por motivos sociais e de forma a impedir a retenção de camas com alta clínica, durante a pandemia o CHULN tomou várias medidas, nomeadamente:

- Agilização dos procedimentos de referenciação e transição dos doentes para Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI´s) e para Unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI);
- Reforço da contratualização pelo CHULN de camas em ERPI´s e Unidades de Cuidados Continuados, evitando a permanência de doentes internados até à colocação oficial naquelas estruturas.

Desta forma, analisando a demora média para 2021, verifica-se um ligeiro decréscimo de 2,4% (-0,24 dias) face ao período homólogo. Contribuíram positivamente para este decréscimo as

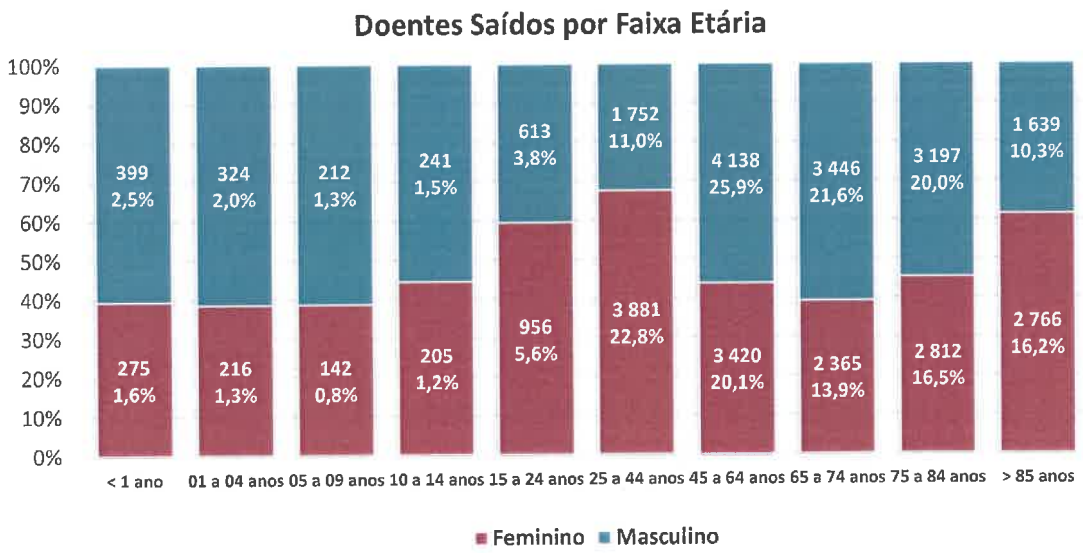
especialidade de Psiquiatria e Saúde Mental (-4,6 dias), Unidade de Queimados (-2,9 dias), Ortopedia (-2,3 dias) e Dermatologia (-1,1 dias).

Acrescenta-se ainda neste âmbito o projeto estratégico a que o CHULN se propôs a partir do 2º semestre de 2019 no âmbito do projeto da melhoria da gestão de processos de internamento e, consequentemente, redução do tempo de internamento, onde se destacam as seguintes especialidades:

	Demora Média					
	1º Sem 2019	2º Sem 2019	1º Sem 2020	2º Sem 2020	1º Sem 2021	2º Sem 2021
Departamento de Cirurgia	7,09	7,89	7,17	6,02	6,11	6,33
Doenças Infeciosas	21,3	29,78	20,71	20,22	14,45	19,87
Medicina III	16,37	12,74	10,86	12,02	10,52	11,23
Ortopedia	10,46	11,43	10,51	9,91	7,45	8,54

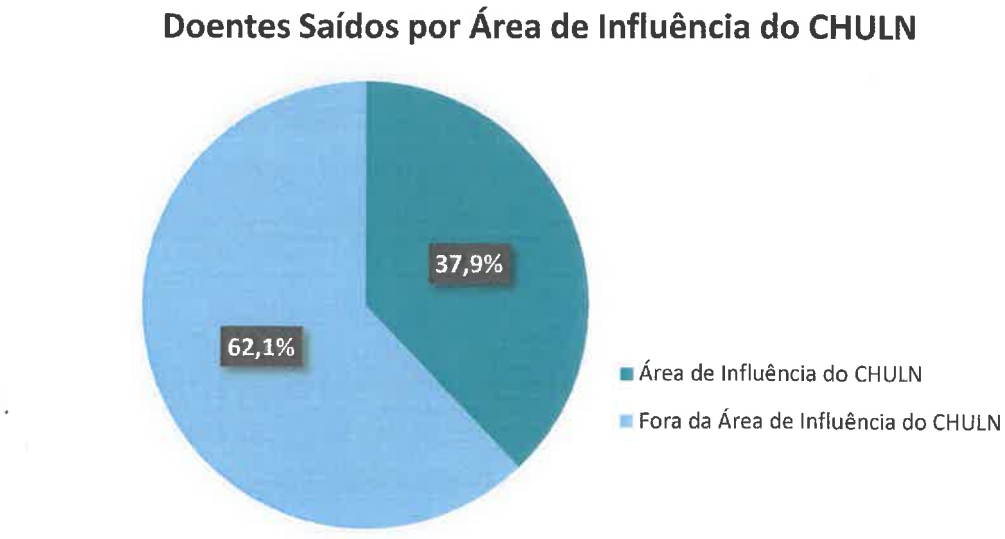
Nota: não inclui a atividade realizada para doentes COVID-19

No que diz respeito à distribuição dos doentes saídos, pelas diferentes faixas etárias e por género, verifica-se no gráfico seguinte que a faixa etária com maior representatividade no género feminino situa-se entre os 25 a 44 anos (22,8%), e no género masculino entre os 45 a 64 anos (25,9%). Este é um comportamento que se tem mantido nos últimos anos.



Por último, interessa apurar a proveniência dos doentes saídos do internamento do CHULN que, tal como vem sucedendo nos anos anteriores, continua a tratar, na sua maioria, doentes com

residência fora da área de influência deste Centro Hospitalar, como o gráfico seguinte demonstra. No entanto, verificou-se um ligeiro aumento do peso do número de doentes saídos dentro da área de influência do hospital, face ao período homólogo passando de 37,4% para 37,9%.



Numa análise nacional, o distrito de maior predominância é Lisboa representado em 80,4% do total dos doentes saídos. Quando analisado por concelhos no distrito de Lisboa, verifica-se que 20,5% são dos concelhos de Loures e de Odivelas, 14,2% dos concelhos de Sintra e Amadora. Fora do distrito de Lisboa, o CHULN recebe ainda doentes dos distritos de Setúbal (6,5%), Leiria (4,7%), Santarém (2,9%) e Faro (2,2%).

2.2 Bloco de Partos

Relativamente à atividade desenvolvida no Bloco de Partos, observa-se um decréscimo no número de partos de 7,9%. A taxa de cesarianas em 2020 foi de 25,6%, ligeiramente inferior à taxa verificada em 2020 (25,8%).

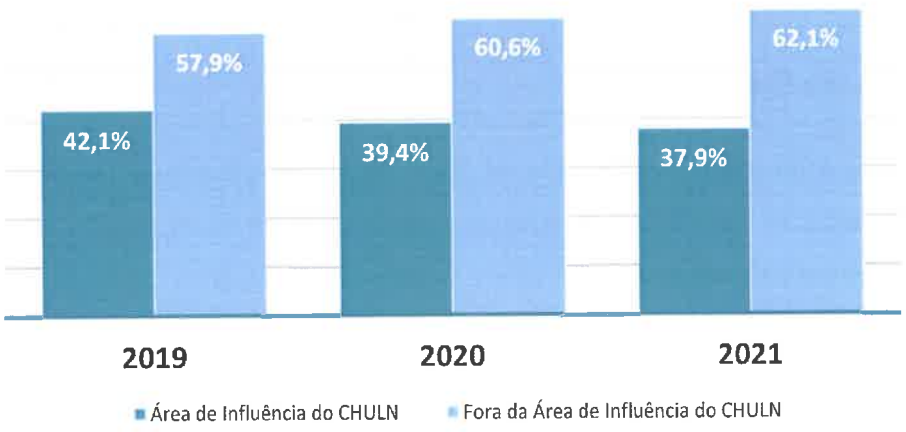
Bloco de Partos



Fazendo uma análise por área de residência, em 2021, o número de partos realizados a utentes fora de área de influência do CHULN representa 62,1% do total. Em 2021 registou-se um decréscimo de 6,1%, face a 2020, de partos a utentes da área de influência direta do Hospital. A maior parte das utentes reside no distrito de Lisboa (88,7%), 15,6% pertence aos concelhos de Loures e Odivelas e 17,4% aos concelhos de Amadora e Sintra.

Para além deste, os distritos mais representativos são Setúbal (5,9%), Leiria (1,9%) e Santarém (1,2%). Comparativamente com 2020, o distrito de Lisboa diminui 1,5%.

Total Partos por Área de Influência



2.3 Unidade de Hospitalização Domiciliária

A Unidade de Hospitalização Domiciliária iniciou o seu funcionamento em Fevereiro de 2020 e visa prestar cuidados a utentes em fase aguda da doença ou de agudização de doença crónica (para patologias elegíveis), proporcionando cuidados de intensidade e complexidade do internamento hospitalar no domicílio, sob vigilância duma equipa multidisciplinar.

A criação desta Unidade estava integrada na estratégia de melhoria da acessibilidade ao internamento, visando a eliminação do internamento de doentes em maca. Esta estratégia integrava ainda o projeto de melhoria da gestão do internamento e o projeto de integração e ambulatorização de cuidados.

Com uma capacidade inicial de 6 camas passou para 8 em novembro 2020 e para 10 no fim do 1º semestre de 2021. Em 2021 tratou 153 doentes (+19% que em 2020).

2.4 Atividade Cirúrgica

Considerando que na área cirúrgica o peso dos cuidados programados é bastante superior aos cuidados prestados aos doentes internados via urgência, a grande intensidade e volume de necessidades na área Covid implicou, durante o 1º Trimestre, a mobilização de um conjunto de infraestruturas e meios humanos, afetando de forma relevante a resposta a necessidades cirúrgicas de carater adiável ou não prioritário. Estima-se que o impacto da redução da atividade cirúrgica neste período rondou os 2 200 doentes (600 em cirurgia convencional e 1600 em cirurgia ambulatória).

Mesmo assim os resultados obtidos nesta linha de atividade revelaram-se bastante favoráveis tendo superado os objetivos traçados, devido à ativação do Plano de Recuperação da Atividade Cirúrgica. Assim e apesar do agravamento da situação da Pandemia no 1º trimestre 2021, o CHULN conseguiu aumentar esta linha de atividade com grande impacto, essencialmente, na Cirurgia de Ambulatório.

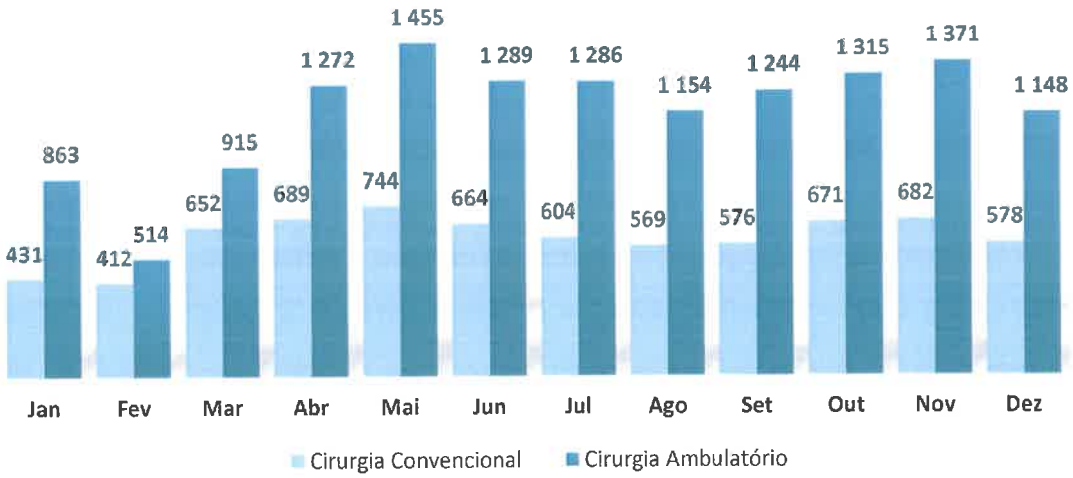
A atividade cirúrgica programada registou um aumento de 22,6% (+3.890 cirurgias), face ao total de cirurgias realizadas no período homólogo. Foi obtida uma taxa de ambulatorização de 65,5%, superior à registada no período homólogo, correspondendo aos objetivos delineados pela instituição para a promoção de cuidados ambulatorizáveis.

Atividade Cirúrgica



Apresenta-se no gráfico seguinte a evolução mensal do n.º de cirurgias programadas.

Evolução Mensal do N.º Cirurgias Programadas em 2021



No quadro seguinte apresenta-se a atividade cirúrgica programada realizada pelas diferentes especialidades do CHULN no período em análise.

	Cirurgia Convencional					Cirurgia Ambulatório				
	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Cirurgia	1 324	1 151	1 217	-13,1%	5,7%	1 373	1 015	1 037	-26,1%	2,2%
Cirurgia Plástica	518	404	425	-22,0%	5,2%	1 355	881	972	-35,0%	10,3%
Unidade de Queimados	48	71	73	47,9%	2,8%	n.a	n.a	n.a	-	-
Estomatologia	44	18	16	-59,1%	-11,1%	1 475	995	1 332	-32,5%	33,9%
Ortopedia	991	944	1132	-4,7%	19,9%	284	257	291	-9,5%	13,2%
Urologia	880	790	912	-10,2%	15,4%	676	660	859	-2,4%	30,2%
Cirurgia Vascular	579	673	607	16,2%	-9,8%	626	469	530	-25,1%	13,0%
Dermatologia	n.a	1	1	-	0,0%	n.a	183	813	-	344,3%
Neurocirurgia	635	680	637	7,1%	-6,3%	315	187	201	-40,6%	7,5%
Oftalmologia	196	125	85	-36,2%	-32,0%	4453	3865	6052	-13,2%	56,6%
Cirurgia Pediátrica	221	222	210	0,5%	-5,4%	522	337	417	-35,4%	23,7%
Obstetrícia	154	138	40	-10,4%	-71,0%	n.a	n.a	n.a	-	-

Ginecologia	578	389	416	-32,7%	6,9%	576	490	385	-14,9%	-21,4%
Otorrinolaringologia	292	189	171	-35,3%	-9,5%	1165	709	859	-39,1%	21,2%
Cirurgia Cardiotorácica	710	797	808	12,3%	1,4%	106	68	75	-35,8%	10,3%
Cirurgia Torácica	501	500	522	-0,2%	4,4%	1	0	3	-100,0%	-
Total	7 671	7 092	7 272	-7,5%	2,5%	12 927	10 116	13 826	-21,7%	36,7%

Destaca-se, no âmbito da cirurgia convencional, o desempenho da Ortopedia (+188 cirurgias), Urologia (+122 cirurgias) e Cirurgia Geral (+66 cirurgias), face ao período homólogo.

No âmbito da cirurgia de ambulatório, como referido, verificou-se um aumento de 36,7% face ao período homólogo. Neste incremento de atividade destacam-se as especialidades com o maior peso, Oftalmologia (+2.187Cirurgias), Estomatologia (+337 Cirurgias), Urologia (+199 Cirurgias), e Otorrinolaringologia (+150 Cirurgias).

2.5 Colheita e Transplantação

O Gabinete Coordenador de Colheita e Transplantação (GCCT) tem por missão o cumprimento dos seguintes programas:

- Colheita multiorgânica ou simples em dador cadáver em morte cerebral
- Colheita de rim em dador vivo
- Transplantação renal no adulto e na criança com dador cadáver e com dador vivo
- Colheita de córnea em coração parado

O GCCT é ainda responsável pela coordenação da toda a atividade relacionada com a colheita de órgãos e tecidos e transplantação de vários hospitais, tais como, Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, Centro Hospitalar Médio Tejo, Hospital de Vila Franca Xira e Hospital de Cascais.

No quadro seguinte verifica-se a evolução da atividade desenvolvida pelo GCCT.

	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Órgãos e tecidos colhidos					
Coração	4	7	5	75,0%	-28,6%
Fígado	44	46	14	4,5%	-69,6%
Rim	97	97	42	0,0%	-56,7%
Pâncreas	3	7	2	133,3%	-71,4%
Pulmão	20	22	6	10,0%	-72,7%
Córneas	122	61	58	-50,0%	-4,9%
Vasos	44	46	14	4,5%	-69,6%
Válvulas	1	0	0	-100,0%	-
Nº colheitas realizadas	335	286	141	-14,6%	-50,7%

No quadro abaixo apresenta-se o número de transplantes realizados no CHULN.

	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Transplantes realizados	229	191	155	-16,6%	-18,8%
Rim (Adultos)	79	60	41	-24,1%	-31,7%
Rim (Pediátricos)	6	7	3	16,7%	-57,1%
Córnea	57	45	44	-21,1%	-2,2%
Medula Óssea	87	79	67	-9,2%	-15,2%

A tendência de decréscimo da atividade de colheitas de órgãos agravou-se, designadamente com a quebra de referenciações de outros hospitais (o CHULN manteve praticamente o mesmo número de colheitas) e o número de dadores (-16). A alteração dos circuitos hospitalares e da tipologia dos doentes assistidos está possivelmente na base da diminuição global de potenciais dadores.

No Hospital de Santa Maria, salientamos a suspensão temporária do Programa de Doação em PCC (paragem cardiorrespiratória) devido às caraterísticas particulares deste tipo de dadores e a celeridade associada aos processos envolvidos.

Contudo, é de salientar, apesar da situação pandémica, o bom aproveitamento de todas as oportunidades de doação, com avaliação rigorosa e sistemática de todos os potenciais dadores em toda a rede de intervenção do Gabinete de Coordenação de Colheitas e Transplantação, envolvendo equipas dos seguintes hospitais: CHLO, CHMT, HCJA, HVFX, HSAMS, HFA e HL.

2.6 Consulta Externa

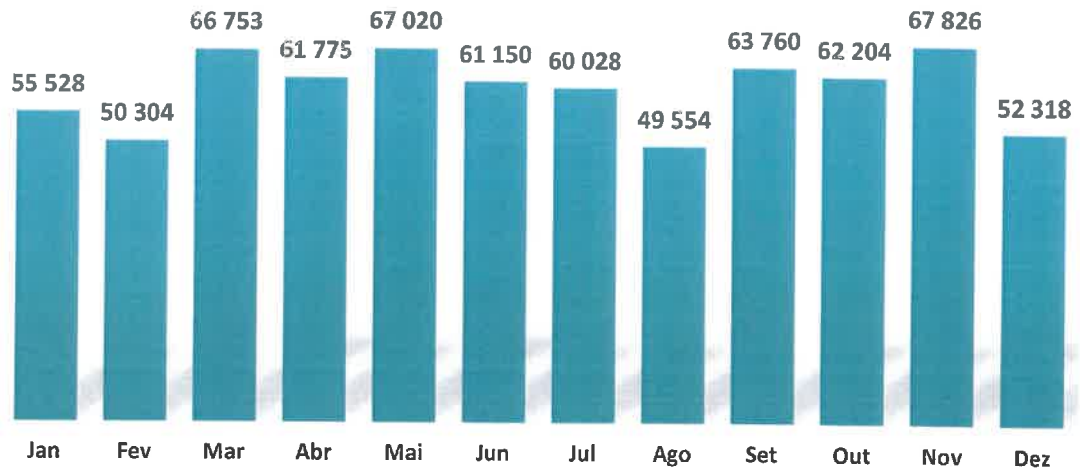
Embora com menor impacto, a pandemia também afetou a atividade de consultas externas, designadamente devido á mobilização de meios humanos e aumento das faltas às consultas. Estima-se que este impacto ronde as 40 000 a 50 000 consultas, principalmente no 1º Trimestre, durante a fase mais intensa da pandemia.

Mesmo assim, observa-se em 2021, um aumento significativo, tanto no total de consultas, como por tipo de consulta. As primeiras consultas registam um aumento de 9,7% em 2021 (+16.746 consultas), assim como as consultas subsequentes que registam um acréscimo de 12,4% (+57.933 consultas). A tendência de crescimento verificada no total de consultas (+74.997

consultas) em 2021 foi mais uma linha de atividade influenciada por medidas de recuperação que visaram promover a acessibilidade e continuidade dos cuidados.

	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Primeiras Consultas	195 220	176 589	193 653	-9,5%	9,7%
Consultas Subsequentes	549 915	466 634	524 567	-15,1%	12,4%
Total de Consultas Externas	**745 135**	**643 223**	**718 220**	**-13,7%**	**11,7%**
% Primeiras Consultas	26,2%	27,5%	27,0%	4,8%	-1,8%
Índice de Consultas Subsequentes / Primeiras Consultas	2,8	2,6	2,7	-6,2%	2,5%

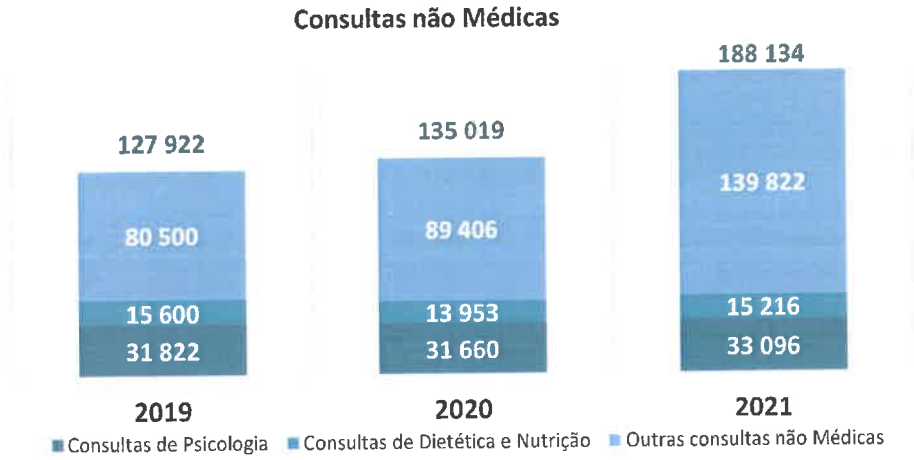
Evolução Mensal do N.º Consulta Externa em 2021



Entre muitas outras, as especialidades que mais aumentaram o número de consultas realizadas, foram Oftalmologia, Cardiologia, Dermatologia, Otorrinolaringologia e Estomatologia.

É também de referir ainda a diminuição do recurso ao acompanhamento de situações por via não presencial, revelando o regresso desta atividade à normalidade, passando a representar 19,3% do total de consultas em 2021 versus os 26,9% em 2020.

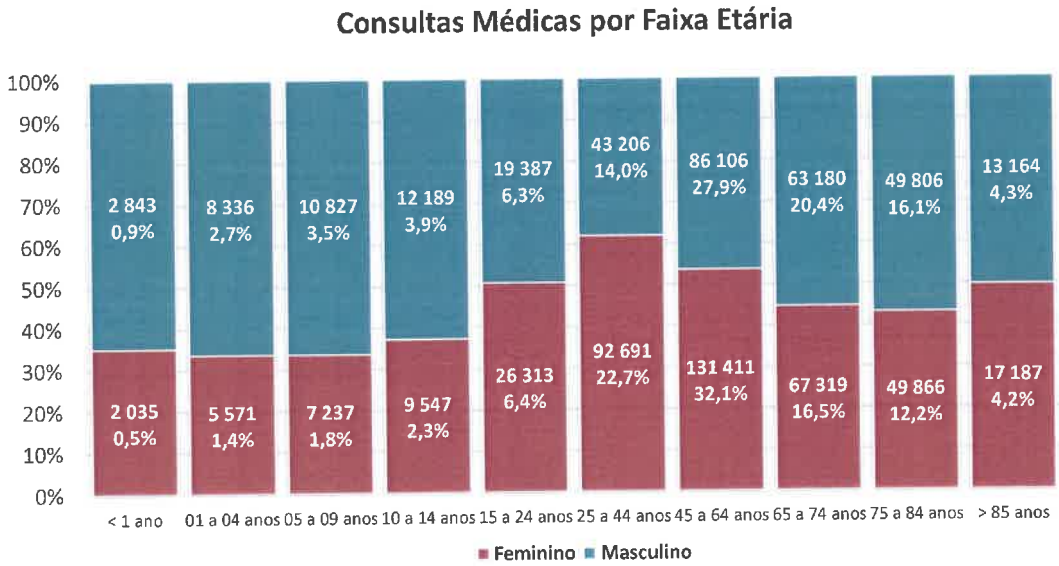
No que concerne às consultas não médicas, observou-se um crescimento de 39,5%.



Face a 2020, observou-se um acréscimo no número de consultas realizadas a doentes internados (9,03%).

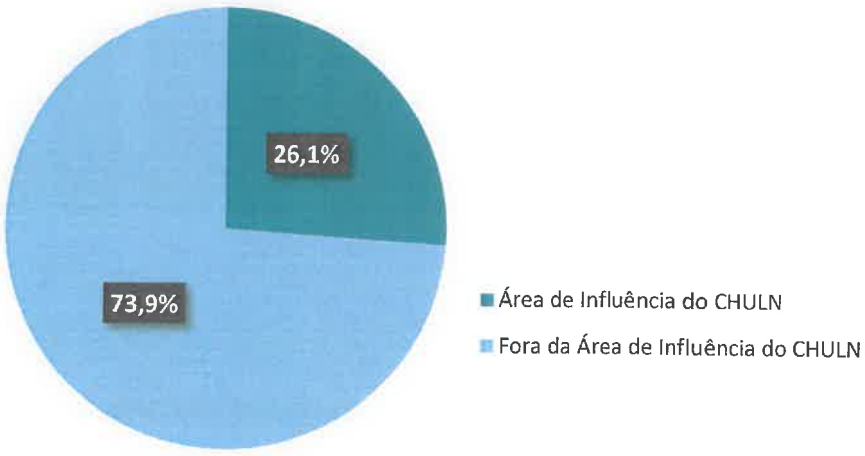


No gráfico seguinte, visualiza-se a distribuição das consultas por escalões etários e por género. Realça-se que, em 2021, o género feminino representou 57% e o género masculino 43%, sendo este comportamento estável ao longo do triénio. A faixa etária com maior relevância para ambos os géneros é a dos 45 aos 64 anos.



Das consultas realizadas em 2021, quase 73,9% dizem respeito a utentes fora da área de influência direta do Hospital, com tendência crescente nos últimos anos, associada à livre escolha do prestador de cuidados e à melhoria da acessibilidade. As consultas referentes a utentes da área de influência direta são, maioritariamente, do Concelho de Lisboa (82,6%).

Consultas Médicas por Área de Influência do CHULN



No entanto, analisando a nível nacional, os distritos com maior representatividade foram, Lisboa com 78,8%, Setúbal 8,3%, Leiria 4,8%, e Santarém 3,9%. No distrito de Lisboa, 29,9% pertence aos concelhos de Loures e Odivelas e 18,7% aos concelhos de Sintra e Amadora.

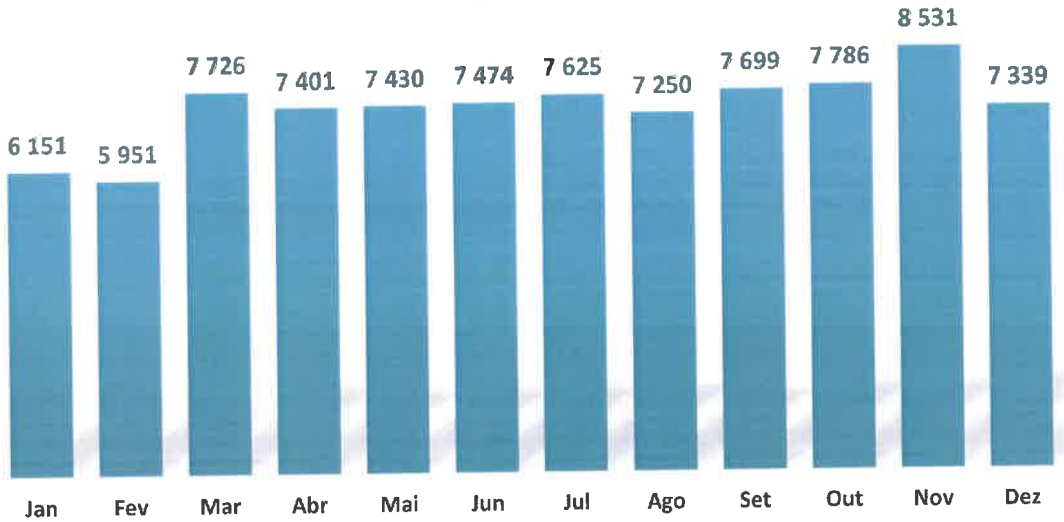
2.7 Hospital de Dia

Relativamente ao Hospital de Dia, observa-se um aumento de sessões realizadas, assim como de doentes tratados (+13,9% e +13,8%, respetivamente).

No período em análise, a média de sessões realizadas por doente é de 5,16, semelhante ao mesmo período de 2020.

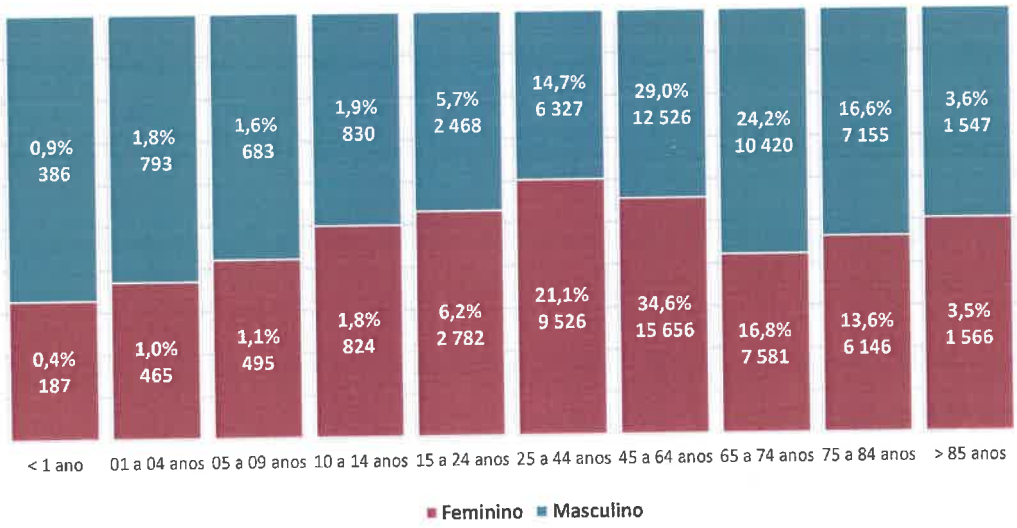
	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
N.º Sessões	90 994	77 561	88 363	-14,8%	13,9%
N.º Doentes Tratados	17 120	15 046	17 119	-12,1%	13,8%
N.º Sessões / Doente	5,32	5,15	5,16	-3,0%	0,1%

Evolução Mensal do N.º Sessões em 2021



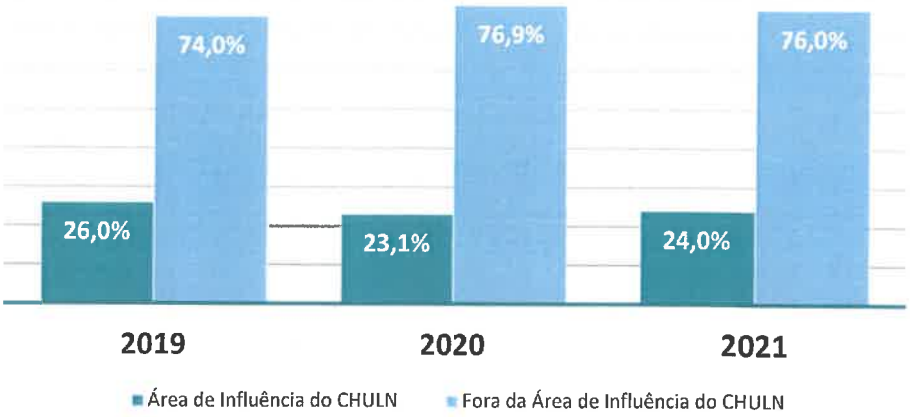
A análise por escalão etário e por género dos doentes tratados em Hospital de Dia evidencia o grupo etário dos 45 a 64 anos com 31,9% do total de sessões realizadas. No total, predomina o género Feminino (51,2%) tal como aconteceu em 2020.

Sessões de Tratamento por Faixa Etária



Do total de sessões realizadas em 2021, 76% foram realizadas a doentes fora da área de influência direta do CHULN, valor que relativamente ao ano 2020 sofreu um decréscimo (-1,2%).

Sessões de Tratamento por Área de Influência



Na apreciação por distrito, 78% das sessões de Hospital de Dia em 2021, foram realizadas a doentes residentes no distrito de Lisboa, 10,2% no de Setúbal, 3,9% no de Leiria, e 3,9% no de Santarém. No distrito de Lisboa, 21,3% pertence aos concelhos de Loures e Odivelas e 18,4% aos concelhos de Sintra e Amadora.

2.8 Urgência

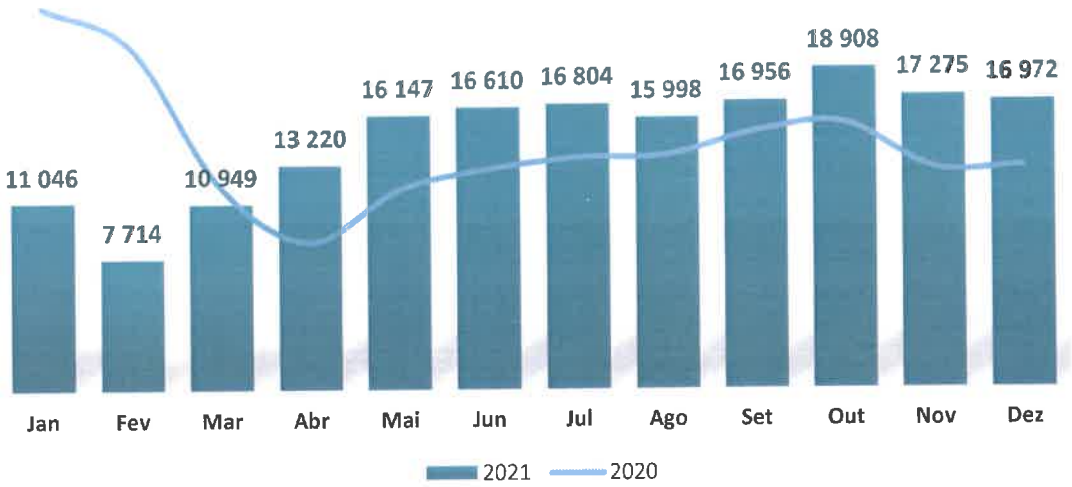
O Serviço de Urgência do CHULN é composto por três áreas de atendimento, Urgência Central, Urgência de Ginecologia e Obstetrícia e Urgência Pediátrica.

O número de atendimentos em Serviço de Urgência situou-se nas 178 599 admissões em 2021, com cerca de 11,4% que originaram episódio de internamento. O CHULN atendeu em média 489 doentes por dia nas suas valências de urgência polivalente.

	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Urgência Central	186 423	132 360	131 423	-29,0%	-0,7%
Urgência Ginecológica e Obstétrica	18 923	14 059	15 887	-25,7%	13,0%
Urgência Pediátrica	46 345	25 952	31 289	-44,0%	20,6%
Total	**251 691**	**172 371**	**178 599**	**-31,5%**	**3,6%**

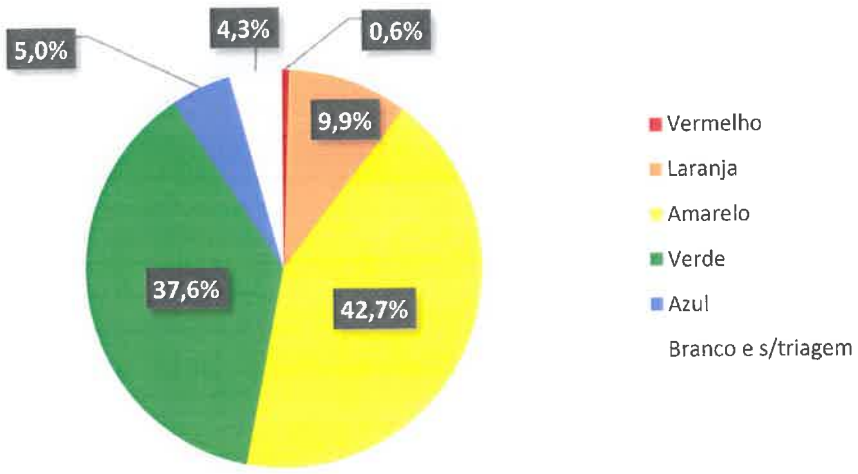
Apesar do número de atendimentos em 2021 na urgência geral ter diminuído, constata-se que este fenómeno foi resultado da quebra acentuada da afluência no período de Janeiro a Abril, retomando a procura, desde então, uma tendência intermédia entre o nível pré-pandemia e o nível registado em 2020.

Evolução Mensal do N.º Atendimentos



Em 2020 no âmbito do serviço de urgência foi necessária uma profunda reorganização de recursos para receber de forma segura todos os utentes, quer por suspeita de infeção por SARS-CoV-2, quer por outra patologia ou sintomatologia. Assim, registou-se uma reorganização estrutural de recursos humanos, dos circuitos e do estabelecimento de protocolos. Observou-se uma mudança na utilização do serviço de Urgência Central, verificando-se que os episódios classificados como urgentes de acordo com o protocolo de Triagem de Manchester (classificados com cor vermelha, laranja ou amarela) correspondem a 53%, invertendo a tendência observada em anos anteriores (49%). Esta tendência é ainda mais notória se analisarmos apenas o movimento da urgência não Covid.

Atendimentos na Urgência Central por triagem de Manchester

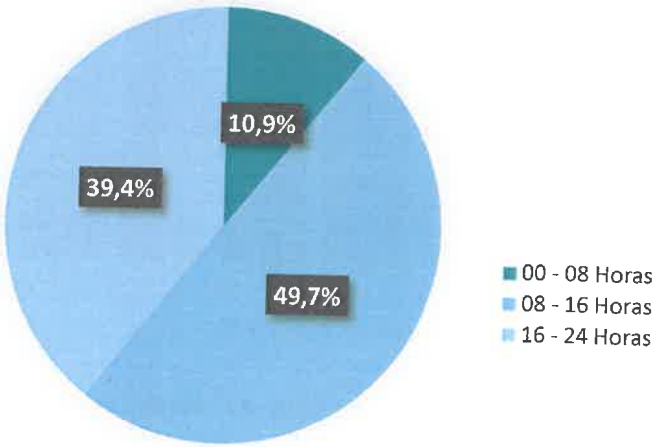


No Serviço de Urgência Central, face ao período homólogo verifica-se o seguinte comportamento:

Triagem de Manchester	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Vermelho	851	720	724	-15,4%	0,6%
Laranja	16 212	12 395	12 979	-23,5%	4,7%
Amarelo	71 507	54 959	56 138	-23,1%	2,1%
Verde	87 725	53 602	49 388	-38,9%	-7,9%
Azul	6 011	5 801	6 600	-3,5%	13,8%
Branco e s/triagem	4 117	4 883	5 594	18,6%	14,6%
Total	186 423	132 360	131 423	-29,0%	-0,7%

No período horário compreendido entre 8H00 e as 16H00, verifica-se uma maior afluência na Urgência, o que se traduz numa percentagem de 49,7% do total de atendimentos.

Atendimentos por Turnos



A análise do destino após atendimento no Serviço de Urgência demonstra que 51,9% dos doentes são encaminhados para o domicílio, sem indicação de continuidade de cuidados dentro do sistema de saúde.

Em 2021, face ao período homólogo, o número de doentes internados pelo serviço de urgência aumentou 1,6%, no entanto, o peso destes doentes sobre o total de atendimentos diminuiu ligeiramente face ao período homólogo, passando de 11,6% para 11,4%.

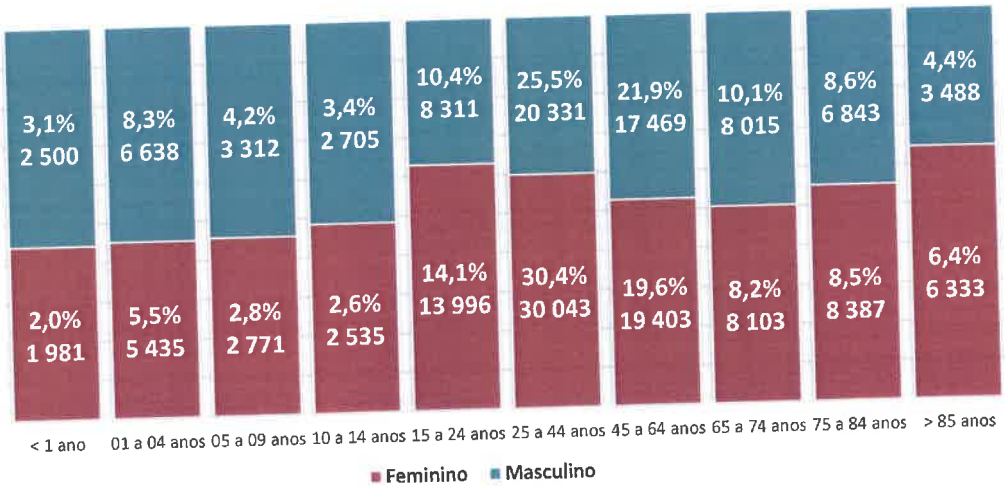
	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Abandono	16 216	9 440	12 462	-41,8%	32,0%
Centro de Saúde / Médico Família	52 076	32 624	36 635	-37,4%	12,3%
Consulta Externa	17 091	10 332	11 474	-39,5%	11,1%
Domicílio	135 531	95 242	92 706	-29,7%	-2,7%

Falecidos	345	462	542	33,9%	17,3%
Internamento	24 616	20 051	20 381	-18,5%	1,6%
Transferência para outros hospitais	5 790	4 209	4 222	-27,3%	0,3%
Saída contra parecer médico	26	11	177	-57,7%	1 509,1%
Total	**251 691**	**172 371**	**178 599**	**-31,5%**	**3,6%**

De salientar o forte impacto da redução da afluência à urgência na redução do número de internamentos (- 4235 doentes/ano) relativamente ao período pré-pandemia, fenómeno ainda sem uma explicação completa para efeitos da projeção futura da atividade assistencial urgente e do seu real impacto nas necessidades de internamento.

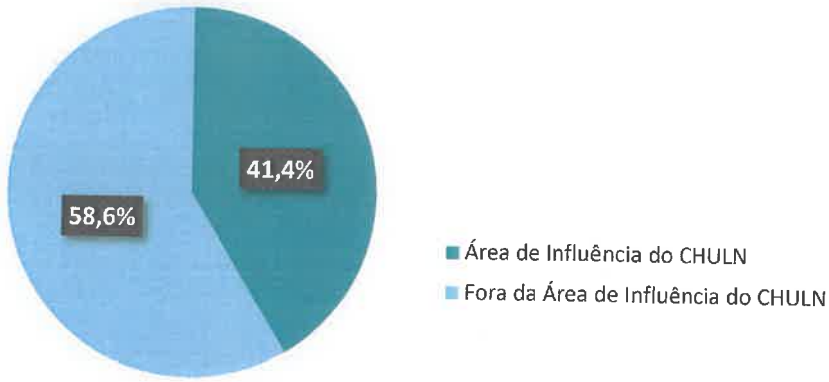
Na análise por faixa etária e por género dos doentes assistidos na urgência, salienta-se o grupo dos 25 a 44 anos. Há um predomínio do género feminino (55,4%).

Atendimentos por Faixa Etária



Ao analisar o número de atendimentos por área de influência, verificou-se que 58,6% dos atendimentos em Serviço de Urgência não pertencem à área de influência direta da Instituição (conforme se pode observar na representação gráfica que se segue), tendência mantida ao longo dos últimos anos. De salientar que o número de atendimentos da área de influência direta aumentou 5,1%.

Atendimentos por Área de Influência do CHULN



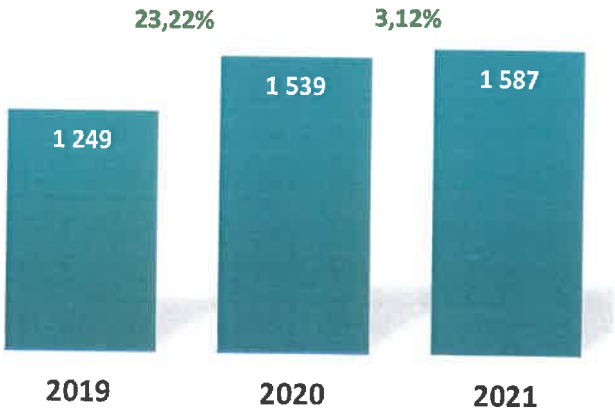
Na apreciação por distrito, 87,3% dos doentes atendidos na Urgência em 2021, são residentes no distrito de Lisboa, 5,5% no de Setúbal, 1,6% de Leiria e 1,5% de Santarém. No distrito de Lisboa, 21,0% pertence aos concelhos de Loures e Odivelas e 16,6% aos concelhos de Sintra e Amadora.

2.9 Apoio Domiciliário

Mantendo a aposta nos cuidados de proximidade, com atenção às características dos utentes e respetivas necessidades, o serviço domiciliário é uma área de intervenção que merece especial destaque.

Em 2021, o CHULN apresentou um aumento de 3,12% no número de visitas domiciliárias.

N.º de Visitas Domiciliárias



2.10 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

O quadro seguinte apresenta os MCDT realizados, entre 2018 e 2020, no CHULN.

Grupo de Exames	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Anatomia Patológica	118 191	81 037	102 707	-31,4%	26,7%
Diagnóstico por Autópsia	1 075	617	716	-42,6%	16,0%
Diagnóstico por Citopatologia	22 363	12 096	14 523	-45,9%	20,1%
Diagnóstico por Histopatologia	34 722	25 748	30 783	-25,8%	19,6%
Exames Especiais	60 031	42 576	56 685	-29,1%	33,1%
Anestesiologia	2 786	2 064	3 245	-25,9%	57,2%
Cardiologia	88 033	62 001	73 188	-29,6%	18,0%
Atos de Diagnóstico	83 594	58 435	69 254	-30,1%	18,5%
Electrocardiologia	53 065	35 376	41 253	-33,3%	16,6%
Ecocardiografia	13 647	10 660	14 592	-21,9%	36,9%
Cateterismo Cardíaco	4 977	4 394	4 921	-11,7%	12,0%
Outros Estudos	11 905	8 005	8 488	-32,8%	6,0%
Atos Terapêuticos	4 203	3 456	3 787	-17,8%	9,6%
Outros	236	110	147	-53,4%	33,6%
Cirurgia Maxilo-Facial	215	109	146	-49,3%	33,9%
Dermatologia	10 888	6 077	4 068	-44,2%	-33,1%
Estomatologia	6 080	2 466	4 614	-59,4%	87,1%
Estudos do Sono	3 849	1 304	1 784	-66,1%	36,8%
Gastrenterologia	25 821	13 655	21 135	-47,1%	54,8%
Técnicas Endoscópicas	19 966	11 281	17 753	-43,5%	57,4%
Técnicas Não Endoscópicas	5 624	2 303	3 293	-59,1%	43,0%
Estudos Funcionais	231	71	89	-69,3%	25,4%
Genética	9 544	7 348	8 602	-23,0%	17,1%
Ginecologia / Obstetrícia	8 158	6 380	7 750	-21,8%	21,5%
PMA	582	377	459	-35,2%	21,8%
IVG	750	343	630	-54,3%	83,7%
Outros	6 826	5 660	6 661	-17,1%	17,7%
Imagiologia/Radiologia	420 094	345 601	398 386	-17,7%	15,3%
Angiografia	1 709	2 386	2 650	39,6%	11,1%
Radiologia de Intervenção	3 189	2 916	3 551	-8,6%	21,8%
Ecotomografia (Ecografia)	68 277	43 730	55 450	-36,0%	26,8%
Ressonância Magnética (RM)	13 275	11 843	14 610	-10,8%	23,4%
Tomografia Computorizada (TC)	67 037	73 735	93 090	10,0%	26,2%
RX Convencional	266 604	210 991	229 035	-20,9%	8,6%
Outros	3	0	0	-100,0%	-
Imuno-Alergologia	9 934	5 098	5 345	-48,7%	4,8%
Imuno-Hemoterapia	104 547	123 489	245 223	18,1%	98,6%
Análises e Técnicas	82 622	97 975	210 139	18,6%	114,5%
Tratamentos Transfusionais	21 925	25 514	35 084	16,4%	37,5%
Medicina Física e Reabilitação	306 967	220 553	286 302	-28,2%	29,8%
Nefrologia	17 367	8 378	11 446	-51,8%	36,6%
Neurofisiologia, Neurologia e Outros Proc. Disc. N.	25 043	18 871	20 572	-24,6%	9,0%
Eletroencefalografia	4 164	3 930	4 165	-5,6%	6,0%
Eletromiografia	3 000	2 206	2 781	-26,5%	26,1%
Neuropsicologia	1 371	941	833	-31,4%	-11,5%
Potenciais Evocados Somato-Sensitivos e S.	257	177	256	-31,1%	44,6%
Ultrassonografia	10 757	8 263	9 268	-23,2%	12,2%
Procedimentos de Neurodesenvolvimento	3 371	1 773	1 002	-47,4%	-43,5%
Outros	2 123	1 581	2 267	-25,5%	43,4%
Oftalmologia	43 591	30 176	48 369	-30,8%	60,3%
Oncologia Médica	20 999	19 741	21 499	-6,0%	8,9%
Ortopedia	1 635	792	1 715	-51,6%	116,5%
Otorrinolaringologia	9 636	5 562	10 129	-42,3%	82,1%
Patologia Clínica	6 771 296	5 733 873	6 694 649	-15,3%	16,8%

Grupo de Exames	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Bioquímica	5 330 983	4 436 821	5 138 522	-16,8%	15,8%
Hematologia e Hemóstase	880 086	731 412	852 801	-16,9%	16,6%
Imunologia	214 660	156 923	191 432	-26,9%	22,0%
Microbiologia	345 567	408 717	511 894	18,3%	25,2%
Pneumologia	64 330	31 054	40 898	-51,7%	31,7%
Fisiopatologia respiratória	46 410	20 946	29 098	-54,9%	38,9%
Ventilação não invasiva	7 413	2 833	3 728	-61,8%	31,6%
Técnicas endoscópicas	7 390	5 191	5 764	-29,8%	11,0%
Técnicas não Endoscópicas	1 758	1 252	1 582	-28,8%	26,4%
Reabilitação Respiratória	1 308	562	445	-57,0%	-20,8%
Outros	51	270	281	429,4%	4,1%
Psiquiatria	34 423	23 220	21 753	-32,5%	-6,3%
Radioterapia/Radioncologia	26 538	26 858	34 903	1,2%	30,0%
Tratamentos Simples	7 859	8 202	6 379	4,4%	-22,2%
Tratamentos Complexos	11 451	11 896	19 637	3,9%	65,1%
Reumatologia	3 493	1 957	2 564	-44,0%	31,0%
Serviços e Técnicas Gerais	208 953	176 238	186 652	-15,7%	5,9%
Urologia	5 688	4 616	5 663	-18,8%	22,7%
TOTAL	8 348 099	6 958 518	8 263 307	-16,6%	18,8%

No quadro seguinte é possível constatar que o CHULN é quase autónomo no que respeita aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica que realiza aos seus utentes (98,7% realizados internamente); com exceção nas áreas de Medicina Nuclear, Oxigenoterapia Hiperbárica, e em alguns testes/análises, para os quais o CHULN não dispõe de equipamentos ou técnicas implementadas para a sua realização. No caso dos exames do grupo da Transplantação de Tecidos e Órgãos, estes são realizados no Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

Nos restantes grupos, os MCDT são realizados no exterior quando a capacidade instalada se revela insuficiente para responder às necessidades dos dois hospitais (HSM e HPV).

2021 Grupo de Exames	Realizados no CHULN	Realizados no Exterior	Peso %
Anatomia Patológica	102 707	578	99,4%
Anestesiologia	3 245	482	87,1%
Cardiologia	73 188	0	100,0%
Cirurgia Maxilo-Facial	146	0	100,0%
Dermatologia	4 068	0	100,0%
Estomatologia	4 614	0	100,0%
Estudos do Sono	1 784	0	100,0%
Gastrenterologia	21 135	325	98,5%
Genética	8 602	9 680	47,1%
Ginecologia / Obstetrícia	7 750	68	99,1%
Imagiologia/Radiologia	398 386	70 755	84,9%
Imuno-Alergologia	5 345	0	100,0%
Imuno-Hemoterapia	245 223	160	99,9%
Medicina Física e Reabilitação	286 302	0	100,0%

Medicina Nuclear	0	5 569	0,0%
Nefrologia	11 446	0	100,0%
Neurofisiologia, Neurologia e Outros Procedimentos de Disciplinas Neurológicas	20 572	515	97,6%
Oftalmologia	48 369	2	100,0%
Oncologia Médica	21 499	0	100,0%
Ortopedia	1 715	0	100,0%
Otorrinolaringologia	10 129	1	100,0%
Patologia Clínica	6 694 649	9 235	99,9%
Pneumologia	40 898	8	100,0%
Psiquiatria	21 753	0	100,0%
Radioterapia/Radioncologia	34 903	7 533	82,2%
Reumatologia	2 564	0	100,0%
Serviços e Técnicas Gerais	186 652	1 593	99,2%
Transplantação de Tecidos e Órgãos	0	1 960	0,0%
Urologia	5 663	130	97,8%
TOTAL	**8 263 307**	**108 594**	**98,7%**

2.11 Acesso aos Cuidados de Saúde

A Pandemia por SARS-CoV-2 teve consequências imprevistas, na medida em que afetou de forma significativa a satisfação das necessidades em saúde. Durante o 1º Trimestre de 2021, foram satisfeitas apenas necessidades urgentes e programadas prioritárias, com suspensão das necessidades programadas. Apesar da retoma gradual da atividade assistencial, o reforço das medidas de segurança implicou o redesenho e prolongamento de quase todos os processos assistenciais, com relativo prejuízo da eficiência.

Neste contexto dependeu a evolução da acessibilidade aos cuidados cirúrgicos e a gestão das listas de espera, na medida em que o desempenho assistencial nesta área ficou subordinado à necessidade e intensidade de eventual mobilização de recursos (enfermarias e recursos humanos) para o plano assistencial COVID, que se pretendeu minimizar.

Determinante foi a capacidade de resposta dos serviços e das equipas assistenciais à globalidade e diversidade de necessidades, à flexibilidade e adaptação às exigências colocadas, sendo que a experiência vivenciada durante a primeira fase da pandemia evidenciou o enorme potencial e competência dos nossos profissionais, constituindo um capital de confiança em fases mais intensas.

Passamos assim, a apresentar os resultados obtidos relativamente à Lista de Inscritos para Cirurgia e à Lista de Espera para Primeiras Consultas via CTH (Consulta a Tempo e Horas).

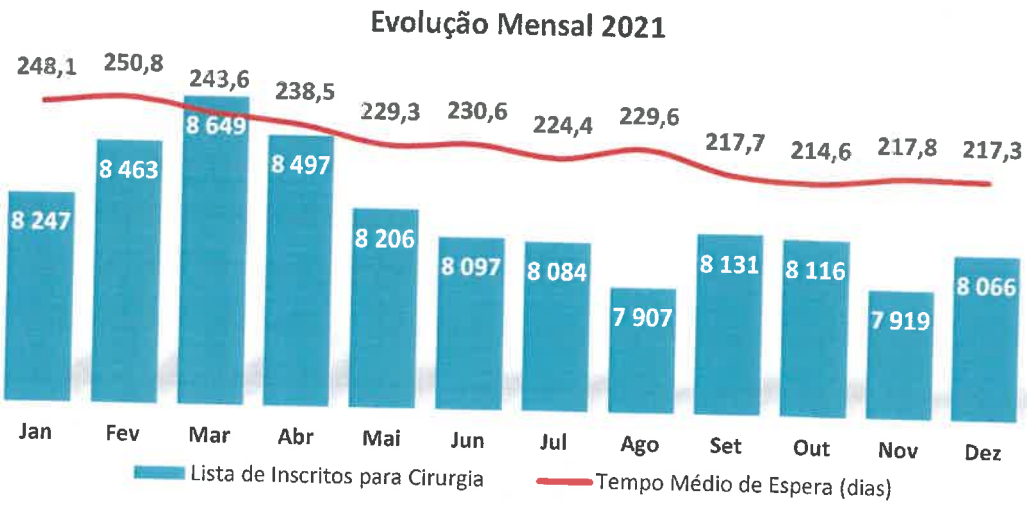
Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC)

No período em análise aferiu-se um número total de inscritos para cirurgia no CHULN de 8.066, representando uma diminuição de 2,5%, comparativamente ao período homólogo, determinada essencialmente pelo aumento do número de doentes operados 26,6%.

Verifica-se que, ao longo de 2021, a procura foi recuperando do decréscimo das referenciações via Cuidados de Saúde Primários como consequência da Covid-19, tendo superado os níveis de procura anteriores à pandemia, como se evidencia pelo número de novas entradas em LIC em 2021, 25.879 face a 19.989 em 2020 e 25.625 em 2019.

O quadro seguinte apresenta alguns dos indicadores da lista de espera demonstrativos do desempenho do CHULN.

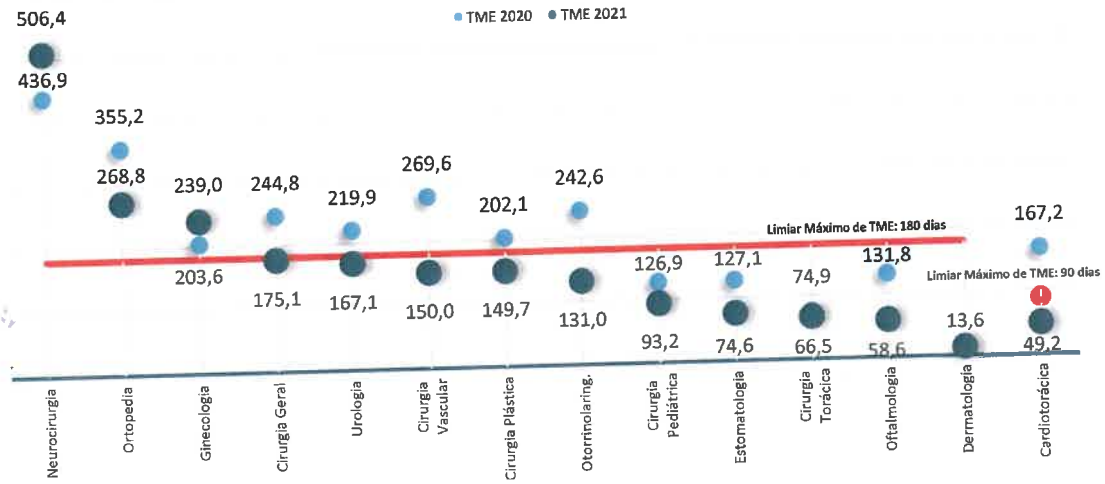
	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
N.º Inscritos em LIC	10 426	8 274	8 066	-20,6%	-2,5%
Mediana de Tempo de Espera (dias)	138,0	152,5	109,0	10,5%	-28,5%
Tempo Médio de Espera (dias)	206,10	250,29	217,30	21,4%	-13,2%
% Doentes Operados em Tempo Adequado	76,42	74,48	83,55	-2,5%	12,2%
% Doentes Prioritários Inscritos	4,34	4,38	6,56	0,7%	49,9%
% Doentes Oncológicos em LIC> TMRG	33,33	20,81	27,10	-37,6%	30,2%
% Doentes em LIC> 12 meses	17,09	23,34	17,26	36,5%	-26,1%
% Doentes em LIC com TE <TMRG	55,71	51,49	65,04	-7,6%	26,3%



Comparativamente com o período homólogo, verificou-se que o número de inscritos para cirurgia aumentou significativamente para as especialidades de Neurocirurgia (+366 doentes em LIC) e Ginecologia (+143 doentes em LIC).

No gráfico abaixo é possível consultar o tempo médio de espera (em dias), comparando com os resultados obtidos no mesmo período de referência em 2020.

Tempo Médio de Espera para Cirurgias



Os tempos de espera variam entre os 13,6 dias na especialidade de Dermatologia e os 506,4 dias na especialidade de Neurocirurgia.

Tal como se verificou no número de doentes em LIC, os Tempos Médios de Espera (TME) registam também uma redução de -13,2% em 2021, face a 2020, o que corresponde a -33 dias. Globalmente, verifica-se que a maioria dos serviços apresentam melhorias significativas de desempenho em termos de TME. Dos quinze serviços cirúrgicos apenas dois registam deterioração dos TME: Neurocirurgia (+15,9%) e Ginecologia (+17,4%). Todavia, o bom desempenho dos restantes doze serviços corrigiu o desempenho da Neurocirurgia e da Ginecologia neste indicador, face ao período homólogo.

Considerando que a Neurocirurgia, normalmente, necessita de cuidados intensivos pós cirúrgicos, tendo a capacidade de resposta na área não Covid sofrido restrições por força da reconversão em unidades intensivas Covid, só no mês de Setembro de 2021 se iniciou o plano de recuperação desta especialidade, esperando-se inverter esta tendência ao longo de 2022; com a abertura recente de um recobro específico, prevendo-se que a capacidade instalada atualmente permita um incremento na atividade na ordem dos 30%, complementada com a contratualização externa das infraestruturas que permitam às equipas médicas do CHULN operar doentes no setor privado e social.

No caso da Ginecologia, a devolução do bloco operatório ao serviço em outubro de 2021, que durante largos meses esteve afeto à atividade cirúrgica Covid, irá permitir a recuperação da atividade acumulada no período covid.

Lista de Espera para 1ª Consultas via CTH

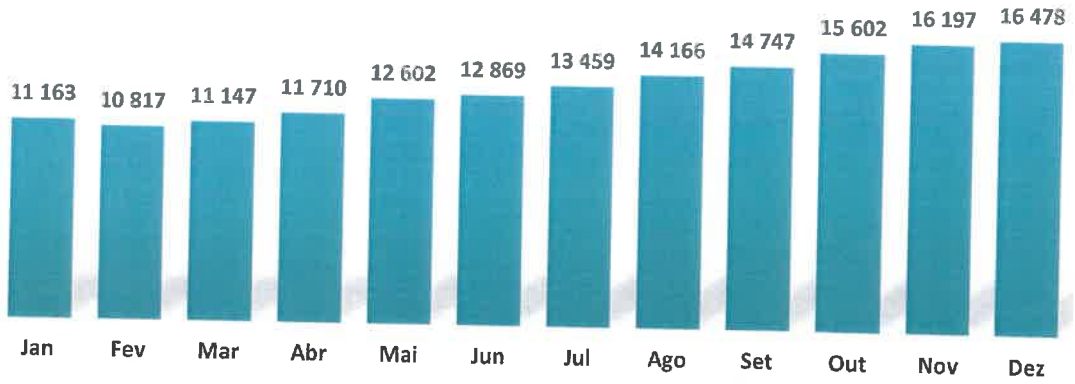
Relativamente ao número de pedidos em Lista de Espera para Consulta (LEC), via Consulta a Tempo e Horas (CTH), provenientes dos Cuidados de Saúde Primários, observou-se um crescimento de 37,3% (registando-se mais 4.478 pedidos em espera comparativamente ao período homólogo). A resolução dos pedidos com tempo médio de espera superior a 9 meses passou de 2.847 para 1.072 pedidos.

O tempo médio de avaliação dos pedidos diminuiu, situando-se nos 6,08 dias. Do ponto de vista da procura, registou-se um aumento significativo de 52,5% (+20.728) no número de novos pedidos recebidos, comparando com o valor obtido no mesmo período em 2020.

Pedidos de 1ª consulta via CTH	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Número de pedidos em Espera	24 717	12 000	16 478	-51,5%	37,3%
Tempo Médio de avaliação do pedido - Triagem (dias)	10,86	7,32	6,08	-32,6%	-16,9%
Tempo Médio de Espera dos Pedidos para realização de 1ª Consulta (dias)	262,41	216,53	164,92	-17,5%	-23,8%

No gráfico seguinte apresentam-se a evolução do n.º de pedidos em espera por mês.

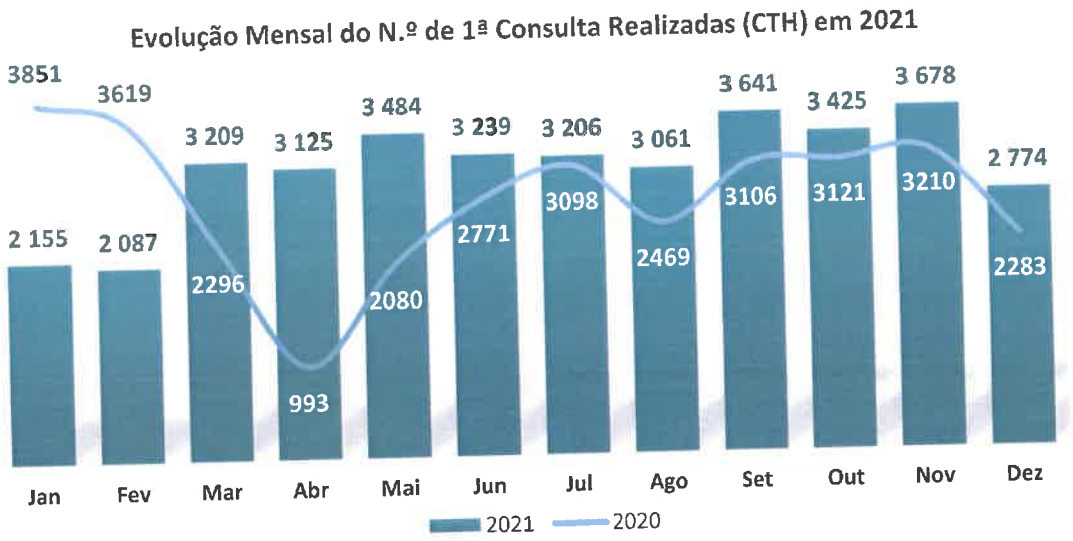
Evolução Mensal do N.º Pedidos em Espera de 1ª Consulta (CTH) em 2021



No âmbito das consultas realizadas via CTH, verificou-se um aumento de 12,7%, e uma diminuição considerável do tempo médio de resposta passando de 183,51 para 96,21 dias. A percentagem de consultas realizadas em tempo adequado foi de 71,4%.

1ª Consultas Realizadas	2019	2020	2021	Δ % 20/19	Δ % 21/20
Primeiras Consultas Médicas	153 474	143 692	156 569	-6,4%	9,0%
Primeiras Consultas via CTH	41 746	32 897	37 084	-21,2%	12,7%
Total de Primeiras Consultas	**195 220**	**176 589**	**193 653**	-9,5%	9,7%
% Primeiras consultas realizadas via CTH	21,4%	18,6%	19,1%	-12,9%	2,8%
% 1ª Consultas realizadas (CTH) em Tempo adequado	57,2%	49,9%	71,4%	-12,8%	43,0%
Tempo Médio de Resposta de 1ª consultas Realizadas (CTH) (dias)	146,01	183,51	96,21	25,7%	-47,6%

Como se pode verificar a resposta nos meses de janeiro e fevereiro foi igualmente condicionada durante o período mais intenso da pandemia, tendo-se retomado a atividade normal a partir de março.



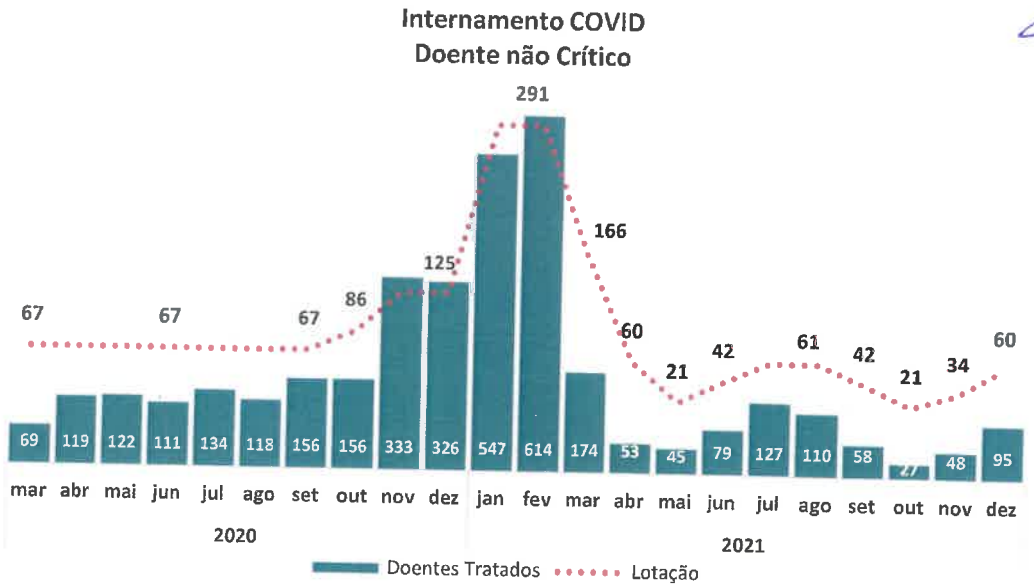
As especialidades com maior resolução para dar resposta à Lista de Espera para 1ª Consulta foram: a Dermatologia (+2.364 consultas); a Neurocirurgia (+1.866 consultas); a Oftalmologia (+1643 consultas); a Imuno-Alergologia (+1.340) e a Pneumologia (+1.062 consultas).

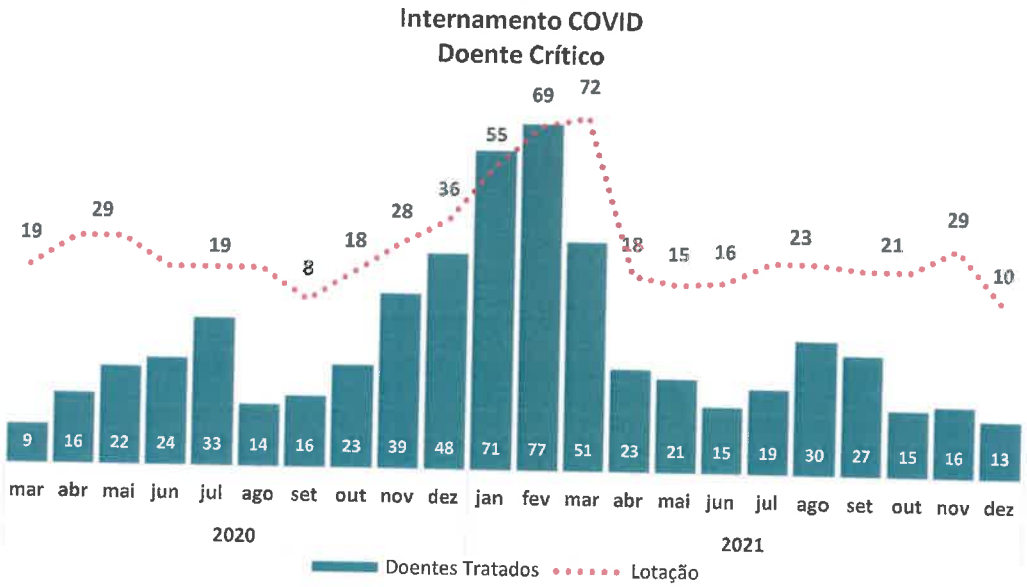
2.12 SARS-CoV-2 no CHULN em 2021

Por força dos níveis de infeção máximos por SARS-CoV 2 registados no país e na região de Lisboa e Vale do Tejo, o CHULN, no inicio de Janeiro de 2021, viu-se forçado a ativar o plano de contingência Covid no nível máximo (403 camas na totalidade), condicionado a resposta às necessidades não Covid, na estrita medida das infraestruturas e recursos necessários à ativação plena daquele plano.

Esta ativação ocorreu no espaço de um mês, ou seja, entre a 1ª e a 2ª semana de Fevereiro.

Na área de adultos foram ativadas 291 das 313 camas previstas e nos cuidados intensivos foram ativadas 69 das 71 camas previstas.





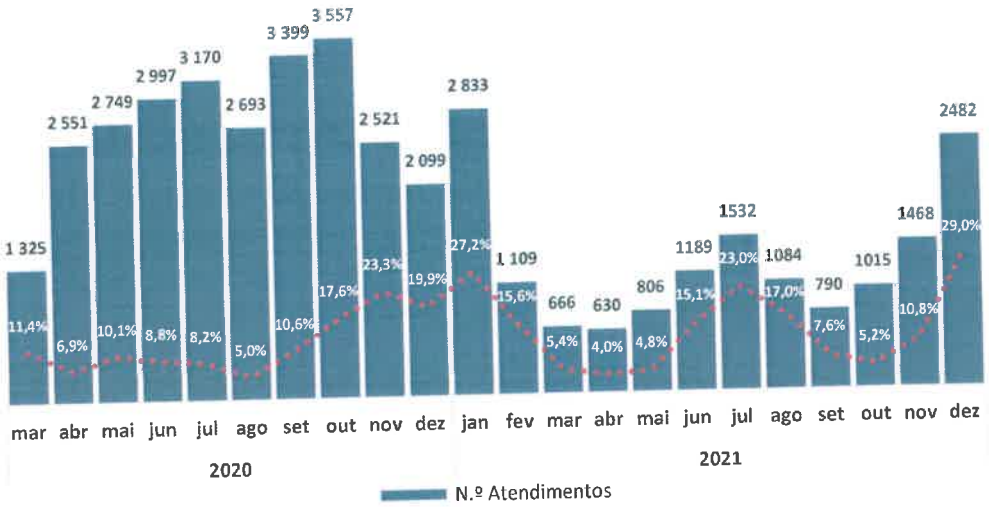
No final do ano 2020 contabilizou-se um total de 1.587 doentes tratados nas unidades COVID e 1.981 doentes tratados em 2021.

Verificou-se em 2021 um aumento da taxa de mortalidade face aos doentes tratados em 2020, passando de 17,6% para 21,9%. Em termos da média do número de dias de doentes saídos do Internamento a Demora Média por doente tratado foi de 12,5 dias.

Na **Urgência**, foi redefinido o circuito dos doentes, separando os casos suspeitos de Covid-19 (ADR-Urgencia e Serviço de Urgência) e os não suspeitos. Constatou-se, ao longo destes dois anos, um acentuado decréscimo na procura dos serviços de urgência por parte de doentes Não-COVID. No geral, verificou-se um decréscimo aproximado de duzentas admissões diárias.

Registaram-se em 2021 um total de 15.604 admissões na Urgência COVID (representando 10,6% do total de admissões na Urgência Central). Em média, por dia, foram admitidos quarenta e três doentes no ADR Serviço de Urgência, 17,6% revelaram teste SARS-CoV-2 positivo.

N.º Atendimentos na Urgência COVID vs Taxa de Positividade



Do total de doentes admitidos na Urgência COVID, 48,5% dos doentes residiam fora da área de influência do CHULN.

Em termos de destino dos episódios da Urgência COVID, verificou-se que 21,6% tiveram alta para o internamento em unidades COVID, tendo os restantes doentes seguido principalmente para o domicílio (45,0%) e reencaminhados para os Cuidados de Saúde Primários (19,6%).

Ao nível da **Consulta Externa**, e sempre que possível, foram criados novos atos de consulta não presencial de forma a evitar a deslocação do doente e a aglomeração desnecessária de pessoas na instituição.

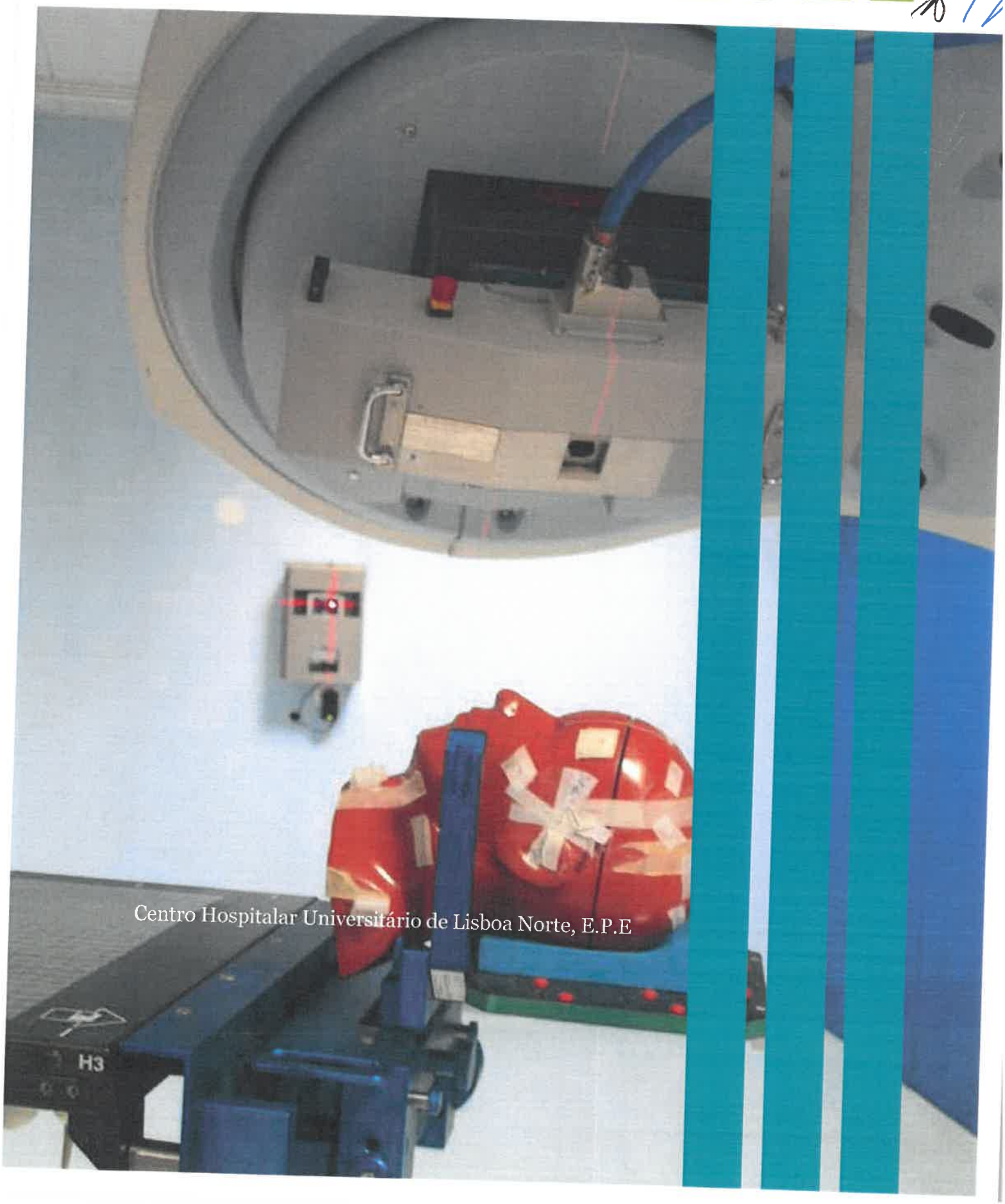
No que respeita a **MCDT**, foi criado pelo Serviço de Patologia Clínica um laboratório específico para diagnóstico COVID, com funcionamento das 8h às 24h, todos os dias da semana. No ano de 2021 realizaram-se 201.311 testes COVID, o que representou, em média, 551 testes por dia, dos quais, 36,4% foram pedidos pela Consulta Externa e 23% pela Urgência.

A pandemia COVID obrigou as instituições a um esforço acrescido em termos de resposta a uma situação que surgiu de forma rápida e simultaneamente impactante. O CHULN reorganizou serviços e circuitos, alterou estruturas assistenciais, reafectou e direcionou recursos financeiros, humanos e técnicos para dar a melhor resposta possível aos doentes COVID e doentes Não-COVID. Tratou-se de um processo exaustivo e *ad continuum* ao longo do ano, sendo que se pode

afirmar que a instituição e os profissionais revelaram resiliência, dinamismo, flexibilidade e capacidade de adaptação face a este desafio.



Relatório e Contas 2021



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E

3 Ensino e Formação

O Centro de Formação (CF) está integrado na estrutura de serviços de apoio geral do CHULN, tendo como **atribuições** promover o desenvolvimento e coordenação da formação de todos os colaboradores com vista à melhoria das competências profissionais traduzindo-se na melhoria da qualidade dos serviços a prestar ao utente.[1]

No **âmbito** da sua atuação do CF presta serviços de formação profissional e desenvolve a sua atividade em todas as fases do Ciclo Formativo: Diagnóstico de necessidades de formação, conceção, desenvolvimento e inovação de produtos de formação, planeamento e organização de ações de formação, execução de ações de formação, avaliação e /ou certificação de aprendizagens.

3.1 Certificação do Centro de Formação

O Centro de Formação (CF) do CHULN é acreditado pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) .

O Centro de Formação adotou o Sistema de Gestão da Formação Profissional e é certificado desde 25 de julho de 2016 pela Norma Portuguesa NP 4512:2012; O Sistema de Gestão da Formação profissional foi consolidado em 2019, com a renovação da Certificação pela APCER, cumprindo os requisitos da NP4512:2012.

3.2 Dados Gerais de 2021

Durante o ano de 2021, o Centro de Formação (CF) do CHULN concebeu, planeou, realizou e avaliou os seguintes tipos de produtos formativos, enquadrados em dois Projetos - Saúde 2021 e Transversal 2021:

- **Cursos / Ações de Formação** - atividade concreta de formação que visa atingir objetivos de formação previamente definidos;
- **Sessões Formativas / Conferências / Jornadas** - atividade concreta de formação, de curta duração, que visam a sensibilização e a informação de determinados temas.

A pandemia SARS-CoV-2 teve uma forte influência na implementação do Plano de Formação, considerando que a formação profissional esteve suspensa entre meados de 22 de janeiro e 19 de abril de 2021.

Demonstram-se, seguidamente, os indicadores gerais de toda a atividade formativa desenvolvida em 2021, representados sucintamente nos quadros infra:

Atividade do CF 2021 – N.º Produtos Formativos

	Nº de Cursos	Nº de Produtos Formativos	
	Desenvolvidos	Parciais	Completas
Totais	75	1	138

Especificando por tipos de produtos formativos, os números anteriormente apresentados, distribuíram-se da seguinte forma:

N.º Produtos Formativos, n.º Formandos Aprovados, N.º de Horas

	Ações de Formação/Cursos	Sessões Formativas /Jornadas	Total
N.º Ações de Formação / Sessões Formativas Jornadas	93	46	**139**
N.º Formandos Aprovados	1.529	577	**2.106**
N.º Horas	1.296,5	66	**1.362,5**

Analisando os resultados acima apresentados, e apesar da suspensão de realização de formação presencial entre 22-01-2021 e 19-04-2021, por aplicação normativa no âmbito da Pandemia Covid 19, o que significou constrangimentos na realização da formação (especialmente os cursos de treino e simulação, normalmente realizados pelo CF na Cirurgia Experimental), o Centro de Formação conseguiu realizar mais 101,37% de produtos formativos face a 2020.

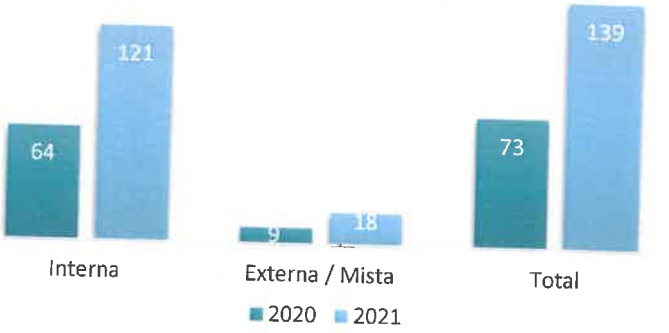
Relativamente ao número de produtos formativos, regista-se um decréscimo de 61% face ao realizado no ano transato. O número de formandos aprovados decresceu 55% e o número de horas ministradas decresceu 53%.

A aposta na realização de formação num novo formato – E-Learning e B-Learning, principalmente para um elevado número de formandos[2] foram também um dos contributos para os números apresentados.

Na fase de Planeamento da atividade de 2021, definiu-se que alguns cursos realizar-se-iam em regime misto, ou seja, com formandos internos e externos, permitindo uma maior troca de experiências, vivências e competências entre os formandos.

Apesar da pandemia, a qualidade dos produtos formativos contribuiu para que fosse possível realizar 18 ações de formação, refletindo a procura contínua por profissionais de outras instituições.

Tipos de Ações de Formação



Os cursos desenvolvidos no ano em análise enquadram-se na Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação, conforme legislação em vigor.

O quadro seguinte relaciona esta classificação com o n.º de ações, n.º de formandos e n.º de horas ministradas.

Sendo a Saúde o *core business* do CHULN e sendo a classe médica e a classe de enfermagem as classes predominantes nas ações de formação, não é surpreendente que o mesmo se reflita nos valores apurados na classificação 72-Saúde.

Relação entre áreas de formação, n.º de ações, n.º de formandos e n.º de horas ministradas

Área de Formação	N.º Ações	N.º Formandos[3]	N.º horas
090 - Desenvolvimento Pessoal	13	173	226
09 - Desenvolvimento Pessoal	**13**	**173**	**226**

Área de Formação	N.º Ações	N.º Formandos[3]	N.º horas
140- Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação	1	12	90
14-Formação Prof/Formadores	**1**	**12**	**90**
347-Enquadramento na organização/empresa	2	36	26
34 - Ciências Empresariais	**2**	**36**	**26**
482 - Informática na ótica do utilizador	10	91	224
48 - Informática	**10**	**91**	**224**
721 - Medicina	49	1.183	519,75
723 - Enfermagem	6	96	77
726 – Terapia e Reabilitação	2	27	4
729 - Saúde - programas não classificados noutra área de formação	11	144	104,5
72-Saúde	**68**	**1.450**	**705,25**
861 - Proteção de Pessoas e Bens	25	332	37,5
862 – Higiene e Segurança no Trabalho	11	136	12,75
86 - Serviços de Segurança	**36**	**468**	**50,25**
Total	**139**	**2.366**	**1.362,5**

Relatório e Contas 2021



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E



4 Atividades de Apoio

4.1 Serviço Social e Gabinete do Cidadão

Neste capítulo pretende-se divulgar as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social (SS) e Gabinete do Cidadão (GC) do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE (CHULN), com referência a 2021, que no fundo, exprimem um traço de continuidade e consolidação em relação ao trabalho de desenvolvimento e afirmação deste Serviço como uma estrutura de referência dentro desta Unidade Hospitalar.

O contexto da pandemia foi e continua a ser particularmente exigente em diversas áreas, nomeadamente, nos Hospitais, porque efetivamente o nosso campo de intervenção são os doentes e as famílias e/ou cuidadores onde os efeitos da pandemia tiveram e têm implicações muito duras do ponto de vista económico e do ponto de vista social e que, infelizmente, perdurarão no tempo.

Como seria imperativo o SSGC acompanhou a necessidade de adaptação rápida a novos métodos de trabalho, designadamente, ao nível da comunicação com os doentes e suas famílias/cuidadores.

4.1.1 Atividade do Serviço Social

A atividade assistencial do SS do CHULN, que abrange as grandes áreas funcionais de ação direta do Internamento, Ambulatório e Urgência, é seguidamente representada através de indicadores globais e setoriais.

1. Atividade Assistencial Global

A análise global da atividade do SS ao longo de 2021 demonstra um assinalável crescimento de 20,3%, conforme se documenta no quadro seguinte.

Atividade Assistencial Global

Departamentos	Nº Doentes Atendidos			Δ %	Δ %
	2019	2020	2021	20/19	21/20
Cirurgia	775	605	695	-21,9	14,9
Coração e Vasos	846	877	1133	3,7	29,2
Especialidades Cirúrgicas	1647	1238	1611	-24,8	30,1
Medicina	5776	5106	6021	-11,6	17,9
MCDT'S	530	227	253	-57,2	11,5
Neurociências e Saúde Mental	2267	2134	2544	-5,9	19,2
Obstetrícia e Ginecologia	584	530	548	-9,2	3,4
Oncologia	849	877	1747	3,3	99,2
Pediatria	1718	1495	1837	-13,0	22,9
Tórax	1032	745	742	-27,8	-0,4
Urgência e Medicina Intensiva	1380	1489	1338	7,9	-10,1
Unidade de Hospitalização Domiciliária	-	101	85	-	-15,8
Colaboradores CHULN	14	12	13	-14,3	8,3
TOTAL	**17.418**	**15.436**	**18 567**	**-11,4**	**20,3**

Fonte: Glintt – HS - Gestão de Informação do Serviço Social – CHULN

2. Desempenho do Serviço Social na Resolução das Altas não Coincidentes

O número de episódios sociais em análise no quadro seguinte é apenas o decorrente do Internamento e Serviço de Urgência Central, uma vez que são os únicos que poderão gerar protelamentos por razões sociais.

Assim, em 2021, dos 9.000 episódios sociais ficaram protelados 120 doentes, com uma média de 21 dias de internamento inapropriado. Sublinha-se que destes 120 doentes, 34 foram, entretanto, integrados em cama de retaguarda.

Número de Situações Atendidas e Número de Situações de Protelamento

Departamentos	2020				2021			
	Doentes Atendidos	Doentes Protelados	% Protelados /Atendidos	Demora Média	Doentes Atendidos	Doentes Protelados	% Protelados /Atendidos	Demora Média
Cirurgia	440	4	0,9	7,2	535	5	0,9	12,2
Coração e Vasos	488	2	0,4	11	577	3	0,5	13
Especialidades Cirúrgicas	457	21	4,6	12,4	571	5	0,9	16
Medicina	3.258	112	3,4	20,8	3.519	70	2,0	20,6
Neurociências e Saúde Mental	509	16	3,1	40,6	538	17	3,2	34,4
Obstetrícia e Ginecologia	430	-	-	-	394	1	0,3	10
Oncologia	131	-	-	-	107	1	0,9	5
Pediatria	567	16	2,8	16,7	945	7	0,7	24,4
Tórax	538	4	0,7	19	391	7	1,8	18,4
Unidade de Hospitalização Domiciliária	101	-	-	-	85	-		-
SUC	1489	7	0,5	5	1338	4	0,3	14
TOTAL	8.403	182	2,2	20,2	9.000	120	1,3	21,7

3. Doentes integrados em camas de retaguarda

O maior nº de doentes integrados em camas de retaguarda corresponde a doentes referenciados à RNCCI, sendo a tipologia de Média Duração/Convalescença a que tem maior peso (83,%).

O tempo médio de resposta para admissão em unidades de tipologia de Média Duração e Reabilitação foi de 27 dias (dependendo dos prestadores escolhidos pelas famílias) e, mantêm-se em constante rotatividade de doentes.

O tempo médio de resposta para admissão em unidades de tipologia de Longa Duração e Manutenção foi de 35 dias (também dependendo dos prestadores escolhidos).

Em março de 2020 e final de 2021, observou-se uma notável celeridade de resposta, tanto da SCML como da Segurança Social. Contudo, na atualidade, voltou a sentir-se a morosidade dos processos burocráticos para resolução das situações sociais.

4.1.2 Atividade do Gabinete do Cidadão

Este capítulo apresenta os indicadores mais relevantes do movimento global do Gabinete do Cidadão (GC) do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte (CHULN), designadamente, o

tratamento de exposições nas suas diversas tipologias – reclamações, louvores, pedidos e sugestões – e os atendimentos personalizados efetuados pelos assistentes sociais no GC.

Nesta área de atividade importa sublinhar que face à pandemia COVID-19 e às medidas restritivas implementadas, o volume de processos apresentados, à semelhança do ano anterior, refletem a uma expressiva diminuição, quando comparado com anos pré-Covid.

1. Total de Processos

No ano de 2021 registaram-se no GC, 2.704 processos, em todas as suas tipologias, o que corresponde a uma redução de 0,3% em relação a 2020.

Total de Processos



Fonte: Base de Dados do GC – CHULN

2. Processos Por Tipo de Ocorrência

Da análise global dos processos verificou-se uma considerável descida em todo o tipo de tipologias, com exceção dos louvores e sugestões:

Processos por Tipo de Ocorrência

Tipo de ocorrência	2019	2020	2021	Var % 21/20
Louvores	625	439	539	22,8
Pedidos	1 238	447	361	-19,2
Reclamações	3 040	1 810	1 784	-1,4
Sugestões	39	17	20	17,6
TOTAL	4 942	2 713	2 704	-0,3

Fonte: Base de Dados do Gabinete do Cidadão – CHULN

O Gabinete do Cidadão tem procurado consolidar uma cultura de saúde centrada no cidadão, no contexto de uma estratégia de responsabilidade, autonomia, rigor e transparência, (re) ajustando e (re) pensando a prestação de serviços e cuidados às necessidades reais do cidadão, sendo a satisfação dos utentes/cidadãos, o compromisso deste Centro Hospitalar e, em particular, deste Gabinete.

4.2 Serviço de Saúde Ocupacional

A missão do Serviço de Saúde Ocupacional (SSO) centra-se na proteção da saúde e segurança dos trabalhadores do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte (CHULN) no que respeita, essencialmente, à prevenção dos riscos de natureza profissional ("problemas de saúde" ligados ao trabalho) e ainda à promoção da sua saúde no local de trabalho. Como política de Saúde, Segurança e Higiene pretende-se contribuir para a manutenção da saúde e da capacidade de trabalho dos trabalhadores do CHULN, tendo em consideração o binómio trabalho/saúde.

Para tal, o SSO tem desenvolvido vários programas de gestão de riscos profissionais que visam a minimização dos riscos associados ao trabalho e ainda a promoção da saúde dos trabalhadores. Esses programas, que são apresentados em cada plano de atividades, incluem diversas ações que, globalmente, se enquadram em quatro grandes áreas de intervenção:

- A vigilância da saúde, orientada em função da exposição aos diferentes fatores de risco de natureza profissional e seus potenciais efeitos adversos na saúde, a avaliação da aptidão para o trabalho que visa a adaptação da atividade à situação concreta de saúde dos profissionais do CHULN e a promoção da sua saúde no local de trabalho;
- A vigilância do ambiente de trabalho, através de ações de identificação e quantificação dos fatores de risco nos locais de trabalho, hierarquização do risco para a segurança e saúde e proposta de medidas preventivas e corretivas que visem a minimização dos riscos;
- A formação e informação sobre a prevenção de riscos de natureza profissional e sobre promoção da saúde no local de trabalho;
- A investigação em saúde ocupacional e a formação pré e pós-graduada em Medicina do Trabalho, Segurança e Higiene do Trabalho, Enfermagem do Trabalho e noutras áreas afins da Saúde Ocupacional.

Em 2021, tal como tinha acontecido em 2020 (a partir de março), as prioridades na atividade do SSO necessitaram de ser adaptadas de acordo com o plano de contingência do Serviço, com os objetivos de manter as atividades essenciais do SSO e minimizar o impacto da pandemia por SARS-CoV-2 (COVID-19) nos profissionais do CHULN.

Os níveis de prioridade foram respeitados sendo que, de acordo com a fase da pandemia, as atividades de nível mais baixo (nível 3) e de nível intermédio (nível 2) foram suspensas por

determinados períodos sendo ativadas logo que possível, tendo o serviço sempre assegurado as atividades de prioridade elevada (nível 1).

O Serviço possui instalações adequadas em ambos os polos, Hospital de Santa Maria (HSM) e Hospital Pulido Valente (HPV), o que se considera uma importante mais-valia para o bom funcionamento e imagem do mesmo.

Em 7/9/2018 o Serviço de Saúde Ocupacional obteve a Certificação da Qualidade pela NP EN ISO 9001:2015 (o polo HSM já era certificado pela ISO 9001:2008 para a prestação de serviços internos de saúde, segurança e higiene do trabalho desde 2016, enquanto o polo HPV do SSO foi também integrado no Processo da Qualidade e certificado em 2018). Apesar da pandemia, em agosto de 2021, foi realizada a Auditoria Externa que permitiu a renovação da certificação do sistema de gestão da qualidade.

Os quadros seguintes sintetizam os resultados alcançados em 2021.

Síntese das principais atividades realizadas em 2021 pelo SSO no âmbito da pandemia COVID-19

INDICADORES DE ATIVIDADE	N
Rastreio de contactos de profissionais no âmbito da pandemia	6.856
Nº de profissionais rastreados no âmbito de *cluster's*: consultas / rastreios telefónicos	4.652
Nº de *cluster's* acompanhados	504
Nº de profissionais rastreados fora de *cluster's*: consultas médicas presenciais	2.204
Consultas a profissionais para adaptação do posto de trabalho por risco individual de COVID-19 grave (consultas presenciais)	45
Nº de profissionais com COVID-19 - acompanhados telefonicamente durante o isolamento	750
COVID-19 notificada como doença profissional (de acordo com critérios da DGS e contexto epidemiológico)	438
Exames ocasionais de retorno ao trabalho após COVID-19 (consultas presenciais)	438
Caraterização de postos de trabalho de profissionais com COVID-19 notificada como doença profissional	93
Testes RT PCR SARS-CoV-2 requisitados pelo SSO	6.132
Testes RT PCR realizados com colheita de exsudado nasofaríngeo no SSO	3.859
Testes serológicos para pesquisa de ac SARS-CoV-2 requisitados pelo SSO a profissionais do CHULN (após COVID-19 ou após vacinação)	5.836
Testes serológicos SARS-CoV-2 efetuados com colheitas de sangue venoso no SSO	1.748
Nº de profissionais vacinados com pelo menos 1 dose da vacina contra a COVID-19 administrada no CHULN	6.023
Nº de profissionais com esquema primário vacinal contra a COVID-19 administrada no CHULN	5.934
Nº de profissionais vacinados com a dose de reforço da vacina contra a COVID-19 administrada no CHULN	4.879
Nº de vacinas contra a COVID-19 administradas a profissionais do CHULN/Trabalhadores de empresas prestadoras	14.448/1.590
Visitas aos locais de trabalho e pareceres com propostas de medidas que minimizem o risco de transmissão SARS-CoV-2	5

INDICADORES DE ATIVIDADE	N
Colaboração na elaboração do plano de contingência para o CHULN e elaboração do plano de contingência para o SSO	Plano aplicado
Registo no programa do SSO para gestão da pandemia e comunicação interna e externa conforme definido	Sim
Colaboração na monitorização de resultados dos testes Ag SARS-CoV-2 de rastreio periódico e acompanhamento dos profissionais com autoteste positivo	Sim 19.380 TrAg
Realização de ações de formação sobre a prevenção da transmissão do SARS-CoV-2 (Sessões/nº profissionais)	2 Sessões (13 profissionais)

Síntese das principais atividades realizadas em 2021 pelo SSO no âmbito da saúde do trabalho

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2021
Total de exames de saúde/consultas (presenciais e telefónicas) a profissionais do CHULN	13.289
Total de exames de saúde/consultas presenciais a profissionais do CHULN	8.637
Taxa de realização de exames de admissão	84,4%
Contactos médicos com chefias - readaptação profissional	135
Relatórios clínicos solicitados ao SSO e respondidos no prazo legalmente estabelecido	100% 122
Entrevistas de enfermagem	2.105
Educação para a saúde (nº de indivíduos abrangidos pelo programa)	33
Atos de enfermagem	7.652
Número de inoculações de vacinas	17.815
Número de inoculações de vacina contra a gripe sazonal da época em curso	3.120
Percentagem de profissionais do CHULN vacinados contra a gripe na época gripal em curso	46,9%
Registo de imunidade para a hepatite B no processo clínico individual dos profissionais	4.626
Registo de imunidade para o sarampo no processo clínico individual dos profissionais	4.317
Registo de imunidade para a parotidite no processo clínico individual dos profissionais	4.013
Registo de imunidade para a rubéola no processo clínico individual dos profissionais	3.972
Registo de imunidade para a varicela no processo clínico individual dos profissionais	3.795
Acompanhamento de situações de exposição não protegida a agentes biológicos (Bacilo da tuberculose ou outros agentes biológicos) e monitorização de profissionais da saúde	100% (9; 118 PS)
Nº Provas da tuberculina /testes IGRA realizados para diagnóstico de tuberculose latente	427
Avaliação de situações e acompanhamento dos profissionais com exposição a outros ag. biológicos	100% (3; 4 PS)
Percentagem de AT com risco biológico com acompanhamento clínico e concluídos até um ano de acompanhamento	100%

Síntese das principais atividades realizadas em 2021 pelo SSO no âmbito da da segurança e higiene do trabalho

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2021
Análise e caracterização de postos de trabalho, incluindo postos de trabalho das DP notificadas	138
Visitas programadas aos locais de trabalho (e respetivas matrizes de avaliação de riscos)	33 com MAR 5 solicitadas
Medidas preventivas e corretivas propostas (M) e monitorizadas (N)	752
Entrevista ao acidentado para caraterização do acidente efetuadas pelo Técnico SHT	96,9%
Registo e análise dos acidentes de trabalho notificados ao SSO	100% dos AT
Visitas aos locais de trabalho no contexto de AT com elaboração de pareceres técnicos	91 visitas 32 pareceres
Relatório analítico dos AT notificados no ano anterior	Efetuado
Ligação com as chefias dos serviços (mail) com informação sobre o tipo e número de AT ocorridos no ano anterior	Realizado
Avaliações quantitativas de fatores de risco efetuadas pelo SSO	Realizado
Avaliação qualitativa dos químicos CMR no CHULN e procedimentos associados a nível de registos e pareceres técnicos	Realizado
Monitorização da exposição a gases anestésicos de acordo com o programa específico	18 serviços
Monitorização das dosimetrias individuais de acordo com as ações definidas no programa de proteção radiológica	100%

Na vertente científica e de investigação, o SSO participou em projetos de investigação, em publicações de artigos científicos e apresentação de trabalhos originais.

O Serviço tem-se feito representar externamente e tem colaborado a nível de Comissões técnicas/grupos de trabalho com várias Entidades Externas, de que são exemplos a ARSLVT (coordenação do programa de vacinação no CHULN), a Direção-Geral da Saúde (participação na Comissão para elaboração dos guias técnicos), a Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde Ocupacional e o Colégio da Ordem dos Médicos de Medicina do Trabalho.

4.3 Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica

Os Serviços Farmacêuticos são certificados pela Norma NP EN ISO 9001:2015, sendo sua missão o apoio na prestação dos melhores cuidados de saúde, com elevados níveis de competência, excelência e rigor, participando ativamente na formação pré e pós-graduada e na investigação, respeitando sempre o princípio da humanização e promovendo o orgulho e sentimento de pertença de todos os profissionais.

No final de 2021, os Serviços Farmacêuticos contavam com um total de 164 colaboradores, distribuídos pelos seguintes grupos profissionais:

- 70 Farmacêuticos;
- 48 Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (Ramo Farmácia);
- 33 Assistentes Operacionais;
- 13 Assistentes Técnicos.

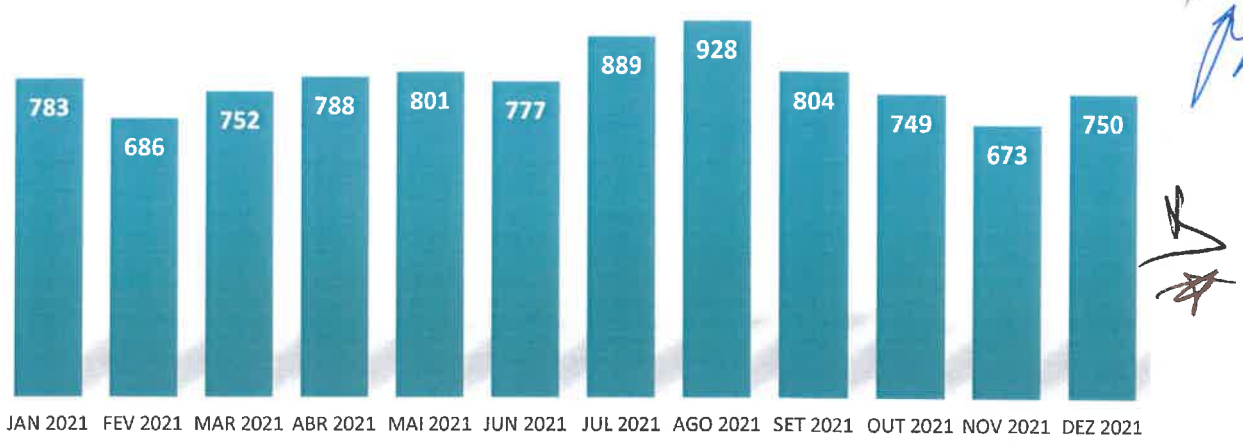
O Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica (SGTF) do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE (CHULN) desempenha todas as funções básicas da Farmácia Hospitalar e ainda várias atividades diferenciadas, cuja importância e imprescindibilidade se evidencia tendo em consideração a rápida evolução no campo farmacoterapêutico e a complexidade de problemas (efeitos adversos, interações medicamentosas) colocados por muitas das novas abordagens terapêuticas.

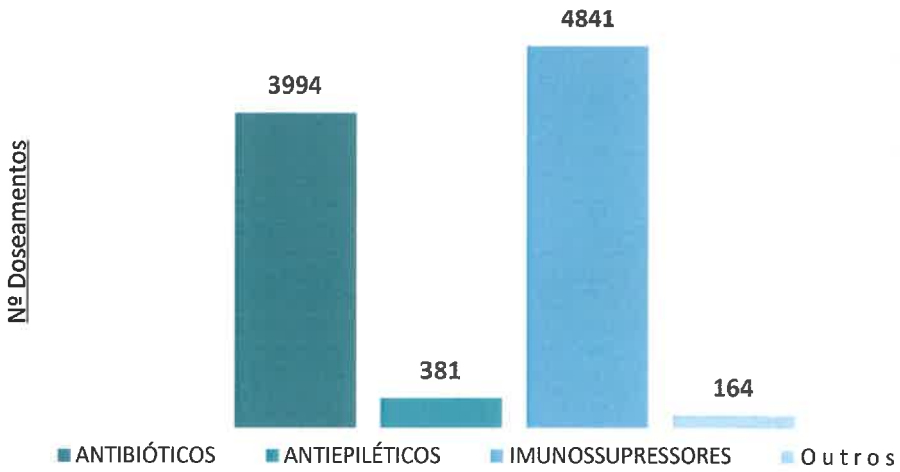
Compete-lhe, portanto, atuar como estrutura de suporte da atividade assistencial, adicionando mais-valias ao processo, tanto de forma direta como indireta e sendo corresponsável com os resultados obtidos na saúde dos utentes e na sustentabilidade do modelo assistencial.

Atividades clínicas

	2020	2021
Validações de prescrições	156.085	171.606

Monitorização da Terapêutica Farmacológica





A distribuição do consumo de medicamentos pelos principais setores assistenciais preços brutos (sem descontos financeiros) foi a seguinte:

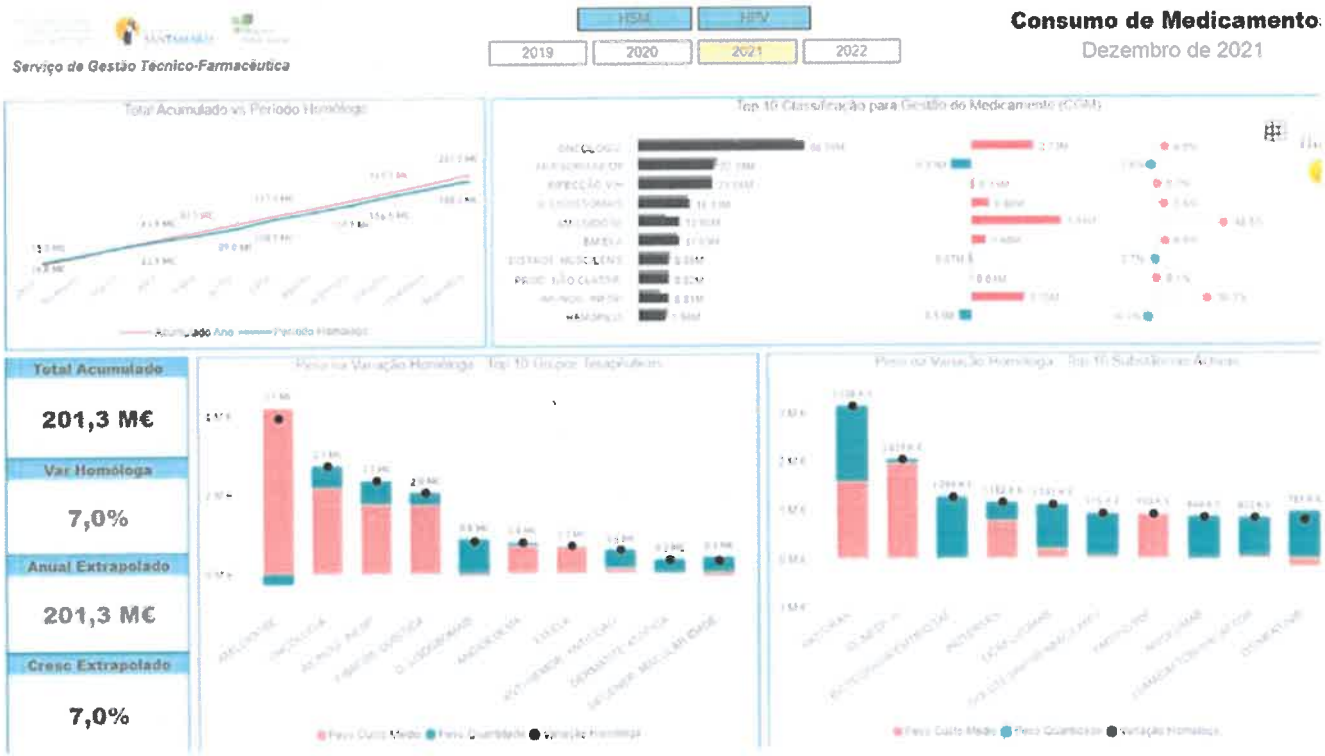
Consumos

	2020	2021	Δ % 21/20
Total Consumo Medicamentos	188 179 112 €	202 408 636 €	7,6%
Hospital de Dia	99 217 316 €	115 517 641 €	16,4%
Consulta Externa	57 534 523 €	55 231 397 €	-4,0%
Consumo Farmácia de Ambulatório (€)	88 577 935 €	90 702 960 €	2,4%
Consumo Farmácia de Ambulatório (Nºdtes)	18.636	18.511	-0,7%
Programa de Cedência De Proximidade - PAM-H (Nºdtes)	4.154	4.525	8,9%

Doentes de Centros de Prescrição Privada (€)	12 092 429 €	11 142 647 €	-7,9%
Doentes de Centros de Prescrição Privada (Nºdtes)	1.464	1.438	-1,8%
Internamento	16 623 023 €	16 350 497 €	-1,6%

Sobre o valor dos consumos haverá que considerar a totalidade dos descontos obtidos através da negociação de protocolos e preços de aquisição, e que em 2021 atingiu valor record – 37 336 289 euros - por comparação com o esforço obtido nos dois últimos anos:

- 2019 – 31.739.915 euros
- 2020 – 34.468.190 euros



Medidas de redução do custo com medicamentos

Medidas

	2020	2021	Δ % 21/20
Poupança Anual em Biossimilares	2 256 639 €	2 141 821 €	-5,1%
Outras Medidas de Redução de Despesa com Medicamentos (REM, Novos Genéricos, Outras)	-	1 006 038 €	-
Total	2 256 639 €	3 147 859 €	+39,5%

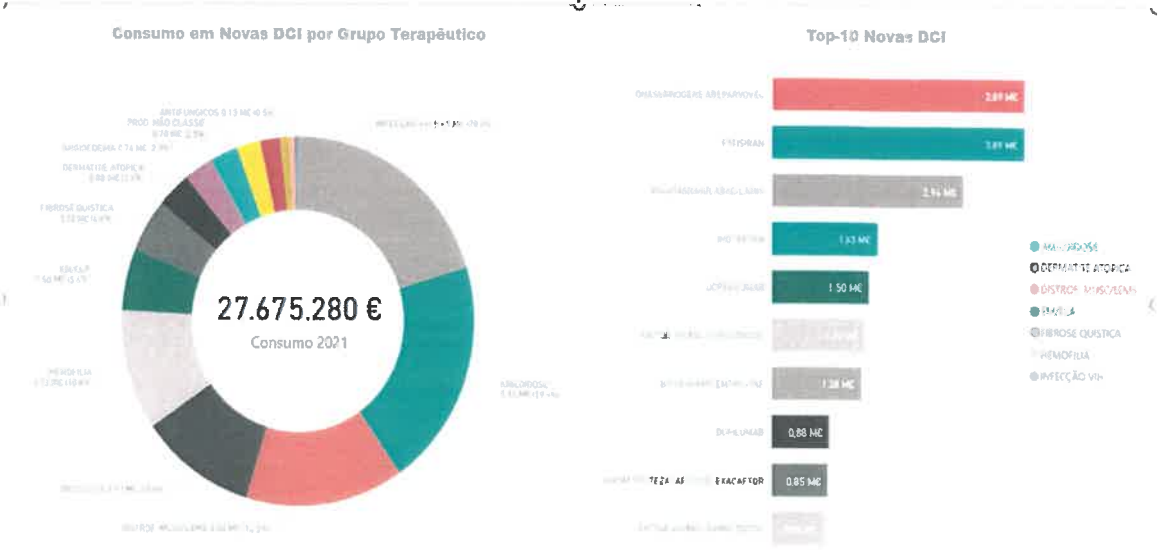
REM – Utilização de Medicamentos da Reserva Estratégica para a COVID-19; Outras – Substituição por medicamento igual, mas de outra dosagem; Genéricos – Introdução de medicamentos genéricos, nomeadamente na área da oncologia

Pese embora a evolução do sistema de financiamento, nomeadamente em 2021 em que várias patologia do foro da Reumatologia, passaram a poder ser faturadas e financiadas, ainda há um conjunto de patologias que não são financiadas (v.g. hemofilia) ou o financiamento previsto é muito insuficiente em relação ao real custo atual das terapêuticas (v.g. patologias hemato-oncológicas) ou para a mesma patologia (v.g. atrofia muscular cerebral) o Ministério da Saúde, nos termos da regulamentação em vigor, assume o pagamento de alguns medicamentos (Nusinersen) mas ainda não outros bastante mais onerosos (Zolgensma). A despesa em 2021 com medicamentos utilizados em patologias não financiadas ou insuficientemente financiadas totalizou 71 793 540 euros, como se pode verificar no quadro seguinte, agravando de forma significativa a situação económico-financeira e afetando a sustentabilidade do CHULN.

Medicamentos sem financiamento direto (em valor)

Patologias	Valor estimado não financiado por patologia
HIV	4 747 270,08 €
Hepatite C – Boceprevir, Petinterferão alfa-2a, Petinterferão alfa-2b, Ribavirina	35 153,45 €
Tuberculose e Lepra	2 946,80 €
Esclerose Lateral Amiotrófica	244 741,81 €
Síndrome de Lennox-Gastaut	6 823,97 €
Hemofilia – Doentes tratados com Fator VIII (recombinante)	4 919 648,26 €
Hemofilia - Outros	3 111 105,63 €
Patologia Oncológica	37 273 775,45 €
Morquio Syndrome (MPS Tipo IV)	362 490,56 €
Deficiência em lipase ácida lisossomal	853 758,96 €
Outras Patologias	16 345 825,99 €
Total	67 903 540,96 €
Atrofia Muscular Espinal (Zolgensma)	3 890 000,00 €
Total Geral	71 793 540,96 €

O CHULN pela sua missão, como instituição de grande diferenciação, com um vasto conjunto de Centros de Referência e equipas com larga experiência em patologias raras e complexas com terapêuticas muito onerosas e incorporando muita inovação traduzida em ganhos de vida ou qualidade de vida dos doentes, naturalmente provoca nestes e nas associações de doentes a expetativa de disponibilização das terapêuticas de última geração. No ano de 2021 a despesa com medicamentos considerados inovadores representou

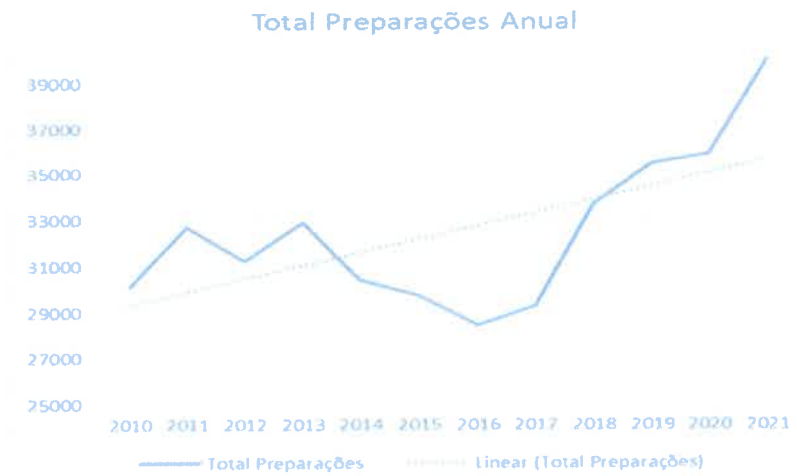


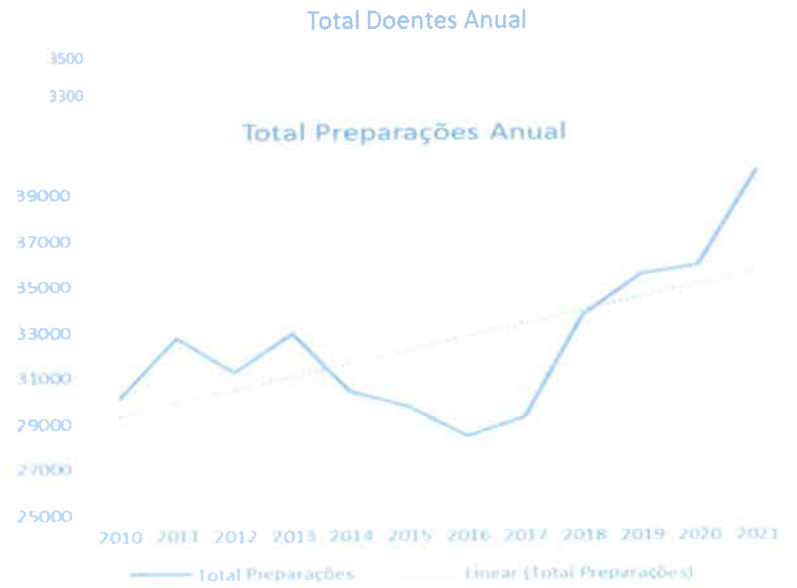
Nota: Consideram-se novas DCI, todas as novas substâncias activas dos últimos 3 anos.

Atividade do Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica

Produção

	2020	2021
Ensaios Clínicos Ativos	195	234
Medicamentos Reembalados	1 977 078	1 914 052





Programa de Acesso ao Medicamento Hospitalar (PAM-H)

No contexto da pandemia por COVID-19, foi desenvolvido um programa de cedência de medicamentos em regime de proximidade do utente (PAM-H) que consistiu na entrega de

medicamentos de meio hospitalar no domicílio do doente ou em farmácia comunitária de proximidade (casuística infra).

O Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte realizou 17.670 entregas de medicação em casa dos doentes no ano 2021 (cerca de 4.525 doentes). Em média, o Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica do CHULN fez chegar diariamente medicamentos a 80 doentes dos 18 distritos do Continente, mas também na Madeira e nas ilhas açorianas do Pico, Graciosa, Terceira e Faial.

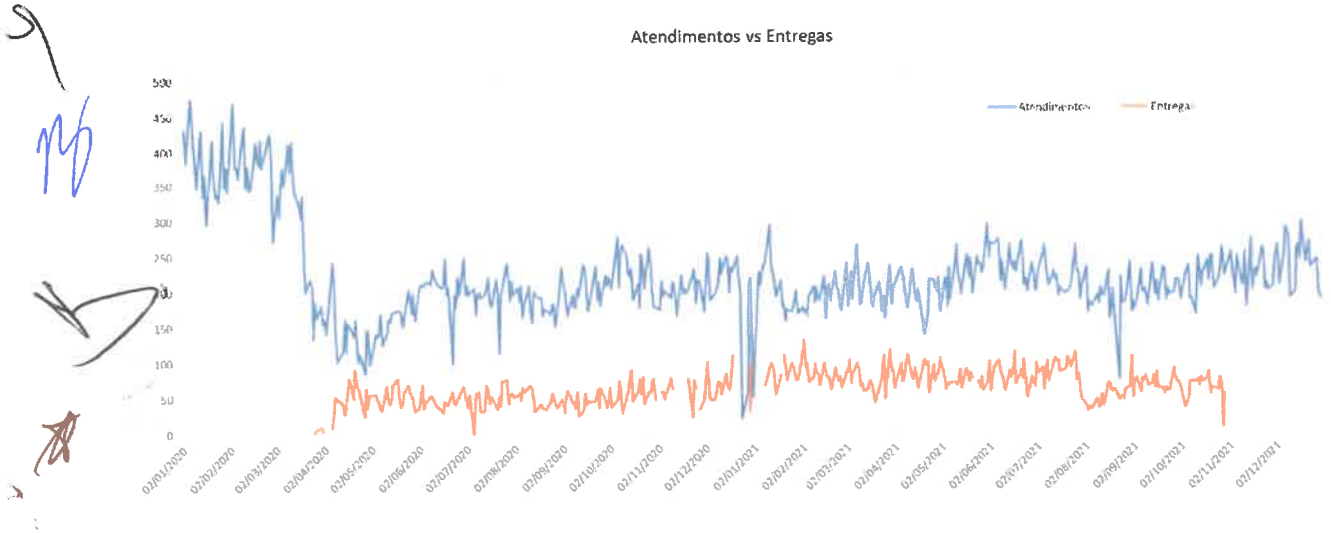
Das áreas terapêuticas envolvidas, destacam-se as doenças reumáticas (Artrite Reumatóide, Espondilite Anquilosante, Psoríase, Artrite Psoriática) e a Esclerose Múltipla e Esclerose Lateral Amiotrófica que representaram perto de 6 mil entregas em proximidade. Mas o Programa de Acesso ao Medicamento Hospitalar do CHULN abrange outras áreas, como doentes crónicos imunodeprimidos, transplantados renais, os doentes sob terapêutica com medicamentos biológicos, oncológicos ou com fibrose quística. Destaque ainda para os cerca de 1.900 envios de medicação na área pediátrica realizados no último ano.



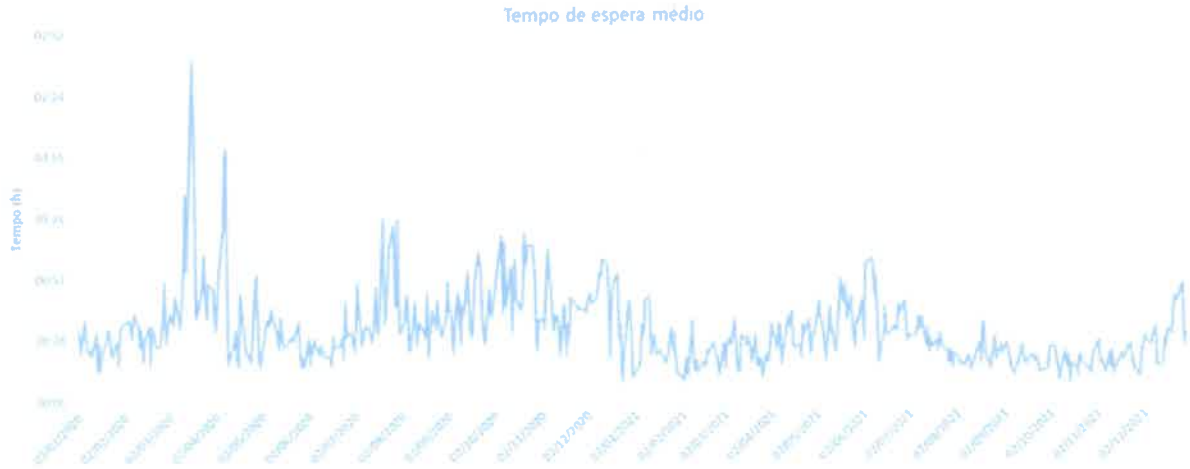
O Programa de Acesso ao Medicamento Hospitalar (PAM-H) tornou mais fácil e seguro o levantamento de medicação, que passou a ser enviada para uma farmácia de proximidade ou domicílio do doente. Um serviço de entregas de medicamentos ao domicílio que é totalmente gratuito para o utente e que cumpre a legislação em matéria de certificação de transporte de medicamentos, com todas as garantias de segurança envolvidas. Para aceder ao programa, o doente ou representante legal apenas necessitam de enviar os dados para os contactos de apoio farmacêutico, disponíveis no *site* do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte.

O CHULN continuou, paralelamente e desde o início da pandemia Covid-19, a ceder medicação presencialmente a mais de 20 mil doentes, com adoção de modelos facilitadores do acesso, minimizando a necessidade de deslocação do doente ao Hospital de Santa Maria. Medidas que

incluem a cedência, com termo de responsabilidade e envio de prescrições por via eletrónica, aos doentes seguidos em consultórios externos ao CHULN.



Todas as alterações introduzidas na Farmácia de Ambulatório do Hospital de Santa Maria permitiram a redução do tempo de espera garantindo o cumprimento das regras de segurança.



4.4 Instalações e Equipamentos

O Serviço de Instalações e Equipamentos exerce a sua atividade no âmbito da engenharia clínica e hospitalar, desenvolvendo ações de manutenção das instalações e equipamentos hospitalares, a segurança das instalações e equipamentos, a exploração das redes e centrais técnicas, bem como a conceção de projeto de remodelações e beneficiações.

Em 2021 foi implementada uma nova plataforma de gestão e acompanhamento do histórico dos equipamentos, no âmbito da Certificação de Qualidade do CHULN.

O novo «Módulo das Certificações» vem permitir, a utilizadores autorizados em cada Unidade, Serviço ou Departamento consultar o histórico de manutenções dos equipamentos, através da visualização tanto dos relatórios, como dos pedidos feitos através da plataforma Máximo. Esta funcionalidade veio facilitar, não só o acesso à informação em tempo real, mas também o acompanhamento do pedido, desde que este foi realizado, até à sua conclusão, permitindo fazer prova do mesmo, crucial para processos de Auditoria em Sistemas de Qualidade.

O sistema informático gerou 12.917 pedidos para manutenção preventiva e pelo próprio SIE foram emitidos 2.868 pedidos.

Em 2021, a atividade de manutenção foi apoiada pelo Armazém 6, cujo abastecimento teve um custo inferior face a 2020, uma vez que no ano transato o CHULN foi sujeito a diversas intervenções devido a:

- COVID 19 - Obras de adaptação por causa da pandemia
- Apoio à empreitada de substituição das janelas no âmbito do POSEUR

No ano de 2021, destacam-se as seguintes intervenções:

Requalificação do Serviço de Medicina Intensiva

Este projeto implicou a beneficiação e ampliação das instalações com o propósito de melhorar as condições e garantir uma prestação de cuidados de qualidade ao doente crítico e permitiu, por um lado, melhorar as condições físicas respondendo adequadamente às boas práticas e requisitos específicos do serviço e, por outro, aumentar a dotação de camas críticas, passando para mais do dobro da capacidade instalada nesta unidade.

Central Térmica

Na área das instalações, encontram-se em curso a execução de projetos que irão contribuir para a sustentabilidade da Instituição e transformar o HSM num hospital mais amigo do ambiente: Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, que compreende projetos inovadores para a recuperação e alteração da tipologia técnica de equipamentos, visando a Redução Sustentável dos Consumos de Energia.

Neste âmbito, a construção da Central térmica, Solar Térmico e Gestão Técnica Centralizada consiste na construção de sistemas de produção de energia térmica para a climatização e água quente sanitária, de modo a garantir um funcionamento energeticamente eficiente das instalações, assegurar uma eficaz manutenção e a ininterruptibilidade de fornecimento.

A produção da água para climatização e água quente sanitária será feita na Central térmica, edifício em construção no exterior do edifício do hospital, e através do funcionamento de 4 chillers, 3 caldeiras a gás e 91 painéis solares na cobertura da central. Estes fluidos serão distribuídos pelo hospital através de um anel de distribuição, situado no piso -2 do hospital, e várias prumadas a construir nos ductos verticais que serviam os antigos monta- alimentos e monta-sujos.

Transição para uma frota elétrica

Na área dos transportes, encontra-se em curso a aquisição de quatro veículos elétricos ligeiros financiados pela ARSLVT, 1 veículo ligeiro financiado pelo fundo ambiental e duas carrinhas híbridas através de verba remanescente do POSEUR.

Esta aposta irá permitir reduzir a pegada de carbono resultante da sua frota de veículos, pelo facto de não emitirem gases, torna-os amigos do ambiente, baixos custos de manutenção e isenção de Imposto Sobre Veículo (ISV) e Imposto Único de Circulação (IUC).

4.5 Serviço de Logística e Stocks

Sendo o Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte (CHULN), um dos maiores e mais prestigiados do país, conseguimos imaginar a importância nevrálgica que o Serviço de Logística e Stocks desempenhou para assegurar os equipamentos de proteção individual (EPI's) de todos os profissionais e pacientes.

Como podemos constatar a pandemia impôs entraves logísticos que dificultaram a importação e o transporte de artigos, obrigando fabricantes e distribuidores a readequar processos e encontrar soluções inovadoras, face a uma panóplia de novos problemas: Uma procura mundial sem precedentes pelos mesmos artigos, e em simultâneo o aumento de custos colossal, embargos alfandegários, medidas protecionistas como há muito não se via, a proibição de exportação de artigos em vários países, e a necessidade que muitos dos nossos fornecedores tiveram de fazer em optar entre a demora do transporte marítimo, mas a maior capacidade de encomendar mais mercadoria, ou o recurso ao rápido transporte aéreo, mas menor capacidade de expedir volumes de material igual ao marítimo, e a um preço muito mais elevado.

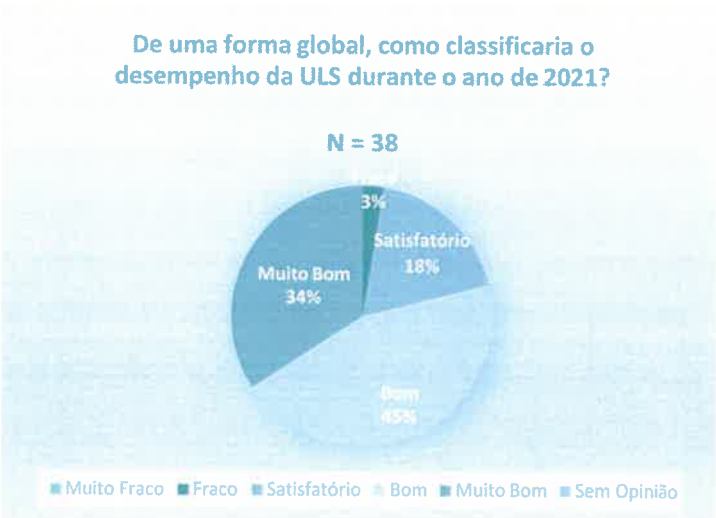
Externamente, os desafios eram muitos, dado que a pandemia impôs entraves logísticos que dificultaram a importação e o transporte de artigos, obrigando fabricantes e distribuidores a readequar processos e encontrar soluções inovadoras, face a uma panóplia de novos problemas.

Com um sistema oleado, robusto e certificado, conseguiu-se mapear bem os cenários para o atendimento das necessidades e desafios que diariamente foram colocados, mas também, foram situações como estas que reforçaram a necessidade de todas as instâncias de decisão na Saúde Pública olharem com mais atenção para investimentos em soluções consistentes e perenes na Logística Hospitalar.

A resposta dada aos grandes desafios colocados, na opinião dos serviços utilizadores, colhida através de questionário da avaliação, foi bastante positiva

4.5.1 Inquérito de Satisfação 2021

O inquérito de satisfação anual do SLS é por isso uma ferramenta essencial para a recolha e análise dessa informação sendo os resultados de 2021 os seguintes:



Os dados refletem a valorização prestada pelos nossos Clientes Internos relativamente ao desempenho do SLS durante o ano de 2021 e onde a larga maioria dos inquiridos (79%) considerou que a prestação se situou entre os níveis de Bom ou Muito Bom.

Adicionalmente, 29% dos inquiridos consideraram que o SLS subiu a sua prestação de Serviço face ao ano anterior, fator que deve reforçar a nossa prestação tendo em conta o contexto inusitado em que nos encontramos.

Como pontos fortes da atividade do SLS, os Serviços do CHULN salientam os seguintes aspetos: Disponibilidade, Simpatia, Profissionalismo, Resposta às questões colocadas, Rapidez no fornecimento, Qualidade do Serviço e Atendimento por Correio eletrónico.

4.5.2 Sistema de Gestão da Qualidade

O papel da Qualidade neste Serviço é o de servir de suporte à atividade prestada, desde a gestão de topo até à parte operacional, e nesse aspeto o SGQ tem cumprido o seu propósito, conforme determina o feedback comunicado pelas diversas entidades que auditam o SLS nesse sentido.

De fato, esse deve ser um motivo adicional de orgulho, uma vez que não só o SLS conseguiu sempre manter o seu SGQ em conformidade com aquilo que é determinado pela norma – numa era onde existiram certificações a serem suspensas – mas também ser vanguardista dentro desta instituição. Relembramos que fomos o primeiro Serviço certificado a avançar para a transição para a última versão da NP EN ISO 9001 e a lançar bases para eventualmente podermos vir a ter no futuro um Sistema Integrado de Gestão. Paralelamente, também sempre abrimos as nossas portas à partilha de conhecimento, contribuindo para a formação de novos auditores na área da Qualidade, tanto internamente como externamente.

O SGQ tem-se provado verdadeiramente fulcral nesse capítulo, por força das auditorias a que o sistema é sujeito, bem como às constatações que derivam das mesmas. Foi nessa lógica que conseguimos por exemplo instalar um sistema de controlo da temperatura, forçar uma substituição do aparelho de climatização do armazém central, pressionar a manutenção de equipamentos e infraestruturas, e se é certo que existe muito trabalho a ser feito nestes campos, também é inegável o contributo que a existência de um sistema desta natureza tem dado nesse capítulo, no que concerne à sensibilização e à pressão que o mesmo efetua nas esferas fora do SLS.

Tendo sempre como base a lógica da melhoria contínua, 2021 foi um ano onde se iniciou uma nova fase do SGQ, para que o mesmo possa ter um papel cada vez mais ativo e determinante na nossa atividade. No último trimestre iniciou-se uma revisão geral a todo o Sistema, não numa lógica de alterar profundamente aquelas que são as suas fundações, mas sim de forma a implementar um novo *mindset* agregado à Qualidade, no sentido de a tornar ainda mais ativa e determinante naquela que é a nossa atividade diária.

Nesse sentido, foram elaboradas e implementadas novas matrizes de apoio à gestão, executadas novas metodologias de controlo pré e pós-atividade bem como alterações às ferramentas já existentes no Sistema. A nossa lógica será a de que todos os elementos que compõem o SGQ forneçam o seu contributo de uma forma cada vez mais "natural" e estejam focados na resolução dos desafios que nos são colocados, derivem eles de constatações enunciadas em contexto de auditoria ou da simples atividade diária.

4.6 Unidade Gestão Hoteleira

A Unidade de Gestão Hoteleira (UGH) empenhou-se ativamente em cumprir a missão que lhe está incumbida, debruçando-se em proporcionar aos Utentes do CHULN a melhor conjuntura hoteleira, numa preocupação constante pela rentabilização dos recursos disponíveis em regime de *outsourcing*, e assegurando o decorrer normal das prestações de serviços contratualizadas pelo CHULN durante o ano 2021, através do planeamento, organização, direção e controlo das atividades nas seguintes áreas hoteleiras:

- Prestação de serviços de alimentação a doentes e colaboradores;
- Prestação de lavagem e tratamento de roupa hospitalar;
- Prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos hospitalares;
- Prestação de serviços de higiene e limpeza;
- Prestação de serviços manutenção de zonas verdes;
- Prestação de serviços de desinfestação;
- Prestação de serviços de distribuição de ceias aos colaboradores.

Em 2021, foram integradas na UGH novas áreas funcionais, nomeadamente:

- Gestão do alojamento médico;
- Gestão das Rouparias;
- Gestão do Setor Costura, Setor das Trouxas Cirúrgicas (dobragem) e do Setor da Roupa Especial;
- Gestão de aquisição e distribuição de fardamento a Colaboradores do CHULN.

No âmbito do combate à pandemia Covid-19, em 2021, a UGH teve como missão garantir a manutenção de medidas adicionais no âmbito da aquisição das prestações hoteleiras (reforço de limpeza e desinfeção, reforço para recolha e tratamento de resíduos, reforço para recolha e distribuição de roupa hospitalar, reforço de ceias para colaboradores em regime noturno) e no âmbito das aquisições para assegurar as atividades de apoio às áreas hoteleiras (fatos verdes e sacos roxos).

Na missão da UGH foi integrada a manutenção do projeto de "biodescontaminação" junto dos serviços clínicos e não clínicos, visando maximizar não só a segurança dos colaboradores, como proporcionar as condições adequadas para o desenvolvimento da atividade clínica e não clínica em todos os serviços do CHULN.

No âmbito da responsabilidade ambiental, em 2021 a UGH assumiu também a missão de elaboração e execução de um projeto de "plantação/requalificação de zonas verdes dentro do perímetro do HSM" com plantação de árvores e outras espécies tais como arbustos em substituição de árvores abatidas dentro do perímetro do CHULN.

4.6.1 Indicadores de Produção

Apresentam-se infra os indicadores de produção tendo por base as quantidades reais apuradas nas diversas áreas hoteleiras e a respetiva lotação praticada no CHULN em 2021:

Área hoteleira	Indicadores	2021	
Prestação de serviços de alimentação a doentes e colaboradores	Nº de refeições servidas a doentes do CHULN	Ano	1 872 336
		Mês	156 028
		Dia	5 130
		Cama	1 852
Prestação de lavagem e tratamento de roupa hospitalar	Kgs de Roupa limpa distribuída aos serviços do CHULN	Ano	1 629 806
		Mês	135 817
		Dia	4 465
		Cama	1 612
Prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos hospitalares	Kg de Resíduos produzidos pelos serviços do CHULN	Ano	2 633 533
		Mês	219 461
		Dia	7 215
		Cama	2 605
Prestação de serviços de higiene e limpeza e desinfeção	Nº de horas de limpeza executadas no CHULN	Ano	525 916
		Mês	43 826
		Dia	1 441
		Cama	520
Prestação de serviços manutenção de zonas verdes	Nº de horas de jardinagem executadas no CHULN	Ano	16 138
		Mês	1 345
		Dia	44
Prestação de serviços de desinfestação	Nº de intervenções executadas no CHULN	Ano	24 insp. 12 prog.
Prestação de serviços de fornecimento, abastecimento e distribuição de ceias aos colaboradores	Nº de ceias fornecidas a colaboradores do CHULN em regime noturno	Ano	203 958
		Mês	16 997
		Dia	559

4.6.2 Projeto "Biodescontaminação de Ar e Superfícies"

No sentido de prevenir, conter, mitigar a infeção epidemiológica por COVID-19, a UGH desenvolveu esforços no ano 2021, para assegurar a execução do projeto a longo prazo "Biodescontaminação de ar e superfícies" no CHULN, iniciado em 2020.

No ano 2021, o modelo de biodescontaminação adotado foi um modelo assente em ações de biodescontaminação de caráter curativo, a determinar diariamente pelo Grupo de Coordenação Local do Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos (GCLPPCIRA), com execução pela equipa interna da UGH por recurso a aquisição de consumíveis (agente desinfetante H2O2) e demais bens necessários (indicadores químicos) à biodescontaminação de ar/superfícies, com disponibilização de dois equipamentos portáteis e facilmente transportáveis para desinfeção de ar e superfícies por nebulização seca e adequado à utilização de uma concentração baixa de Peróxido de Hidrogénio (H2O2) e Iões de Prata (Ag).

No ano 2021, verificou-se desde Janeiro a abertura de novos serviços de contingência Covid e/ou conversão de serviços não Covid em serviços Covid e cuja evolução da epidemia Covid-19 traduziu-se na persistência de um número elevado de novos casos de infeção, verificado essencialmente nos Serviços Clínicos do HSM (em Doentes e Profissionais) e que comprometia a capacidade de manutenção da atividade diária desses mesmos Serviços.

De modo a evitar o encerramento prolongado desses mesmos Serviços ao longo do ano 2021, e perante um cenário de súbito aumento exponencial do número de pedidos de descontaminações terminais (total de 43 pedidos só no mês de janeiro de 2021), a realizar nos serviços do HSM e do HPV (blocos/enfermarias/quartos/gabinetes e outras áreas comuns tais como copas e instalações sanitárias), a UGH viu-se forçada a manter as medidas adicionais para o combate à pandemia e executou um total de 139 ações de biodescontaminação no CHULN, repartidas em 116 biodescontaminações executadas nos Serviços do HSM e 23 biodescontaminações executadas nos serviços do HPV.

Nº de pedidos de biodescontaminação Executados em 2021

	HSM	HPV	CHULN
Janeiro	29	14	43
Fevereiro	27	1	28
Março	13	4	17
Abril	5		5
Maio	3		3

Junho	5		5
Julho	5		5
Agosto	5		5
Setembro	2	1	3
Outubro	4	1	5
Novembro	4		4
Dezembro	14	2	16
TOTAL	116	23	139

Trata-se de um projeto a longo prazo, vislumbrando-se inclusive um modelo pós-Covid19, assente em ações de biodescontaminação não só de carater curativo como também de caráter preventivo, com impacto no controlo da infeção hospitalar, dado que o agente desinfetante é, segundo estudos científicos, eficaz na redução para níveis seguros para o ser humano de vários tipos de micro-organismos: bactérias, vírus, esporos, fungos, bolores. Acresce ainda que se trata de um projeto sustentável a nível ambiental uma vez que o agente desinfetante é biodegradável a 99,9%, não tóxico e não corrosivo.

4.7. Serviço de Sistemas de Informação

Durante o ano de 2021 o contexto pandémico, para além de ter obrigado ao adiamento de uma parte significativa de iniciativas programadas, obrigou também a que a fossem alocados a iniciativas relacionadas com este contexto a maior parte dos recursos materiais e humanos do SSI.

Pese embora este facto, foram sendo desenvolvidas algumas iniciativas, destacando-se como mais relevantes as seguintes:

- Adoção de um novo modelo de organização, assente em Unidades Funcionais, visando este garantir uma resposta mais articulada e eficiente, em todos os aspetos que constituem as competências e responsabilidades do SSI.
- Redimensionamento e expansão dos recursos da infraestrutura, de forma a dar resposta às necessidades inerentes ao Teletrabalho;
- Ainda na componente de infraestruturas, foram desenvolvidas diversas ações destinadas a reforçar a segurança desta componente, tais como a implementação, na Firewall em uso, de mecanismos de redundância e de alta disponibilidade, e a substituição, por novas, das soluções de Anti-Virus e de Mail FIltering.

- Também nesta componente de infraestruturas, foram alocados os recursos necessários para a reestruturação integral de todos os sistemas servidores utilizados pelas soluções Glintt, em uso no CHULN.

- Expansão da informatização clínica nos seguintes Hospitais de Dia: Gastrenterologia, Imuno-Hemoterapia, Hemofilia; Pneumológico (HPV);

- Reorganização de espaços e informatização de algumas Unidades de tratamentos diferenciados, tais como: SMI, UTIC e UNEIC

- Implementação de nova solução para gestão de armazéns avançados do SGTF e *upgrade* da solução de armários dispensadores.

- Também no SGTF, implementação do sistema MVO, destinado a impedir a entrada de medicamentos falsificados no circuito de abastecimento legal.

- Expansão da solução de Gestão Documental ELO, até à data apenas em uso na área clínica e unicamente como suporte documental do Processo Clínico Eletrónico, para áreas de gestão administrativa, com a implementação de projeto-piloto no Secretariado do CA.

- Desenvolvimento interno de diversas soluções, destinadas a dar resposta a necessidades ditadas pelo contexto pandémico, tais como plataformas de gestão de recrutamento (RH) e de gestão do processo de vacinação COVID, dos profissionais do CHULN.

- Adaptação e configuração nas soluções de BI de indicadores e *dashboards* de monitorização dos recursos disponíveis, como por exemplo a ocupação dos Serviços de Internamento.

4.8. Gabinete de Comunicação e Relações Públicas

A Comunicação é uma área estratégica na sedimentação da reputação da marca CHULN e no reforço do seu papel social: quer em termos externos, com presença estruturada e proactiva na comunicação social e enquanto emissor de importantes mensagens de saúde pública; quer internamente, através da divulgação sistemática da atividade e inovação dos serviços do CHULN, sendo ao mesmo tempo dinamizadora de projetos potenciadores do sentimento de pertença dos profissionais.

O desempenho do CHULN durante a pandemia marcou a informação divulgada interna e externamente em 2020 e também em 2021, pelo grande impacto na autoconfiança, autoestima e coesão interna, mas também com fortes mensagens de saúde pública e uma muito positiva imagem percecionada por utentes e sociedade em geral. Prova disso é o facto de o CHULN ter sido em dois anos consecutivos – 2020 e 2021 – reconhecido como uma das duas marcas que mais confiança gera nos portugueses, num ranking de Responsabilidade Social que avalia a relevância, a consideração, a confiança, admiração, preferência e recomendação por parte dos cidadãos.

O GCRP procurou, com grande abertura e transparência, na fase mais intensa da pandemia dar nota das grandes transformações efetuadas no CHULN para dar resposta ao plano de contingência covid, ativado ao nível máximo e dos bons resultados obtidos pelas equipas nas várias áreas assistenciais, procurando incutir confiança na organização e no trabalho assistencial.

A estratégia da comunicação abrangente e proactiva permitiu que nos diversos órgãos de informação e comunicação social fossem divulgadas mais de 8 mil notícias durante o ano de 2020, tendo sido um dos dois centros hospitalares sobre quem mais se publicou e divulgou informação relevante durante a pandemia.

No espaço de apenas um ano, entre março de 2020 e março de 2021, o CHULN triplicou o número de seguidores na sua página de Facebook, passando de 10 mil para 30 mil, tendo terminado o ano de 2021 com 32 mil seguidores. Desde o início da pandemia, o Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte reativou e dinamizou ainda a sua página de Linkedin, importante instrumento de comunicação institucional que conta com cerca de 9 mil seguidores, e criou novas páginas oficiais de Instagram e Twitter, numa estratégia de potenciação e segmentação de informação em função dos diferentes públicos-alvo.

O GCRP nunca descurou e procurou sempre dar nota da missão do CHULN na área não covid, nomeadamente dos diversos planos de retoma e recuperação de atividade assistencial, de modo a mitigar nesta área os efeitos da pandemia, objetivo que também se considera alcançado.

O principal objetivo estratégico consistia na divulgação interna e externa da excelência da organização e do trabalho assistencial nas diversas áreas e serviços do CHULN. Trabalho iniciado em 2020 e que teve continuidade e foi ampliado em 2021, mercê da maior adesão dos serviços e equipas ao papel da comunicação na evidência e partilha do que mais relevante acontece e ao grande dinamismo e proatividade da estrutura de comunicação do CHULN.

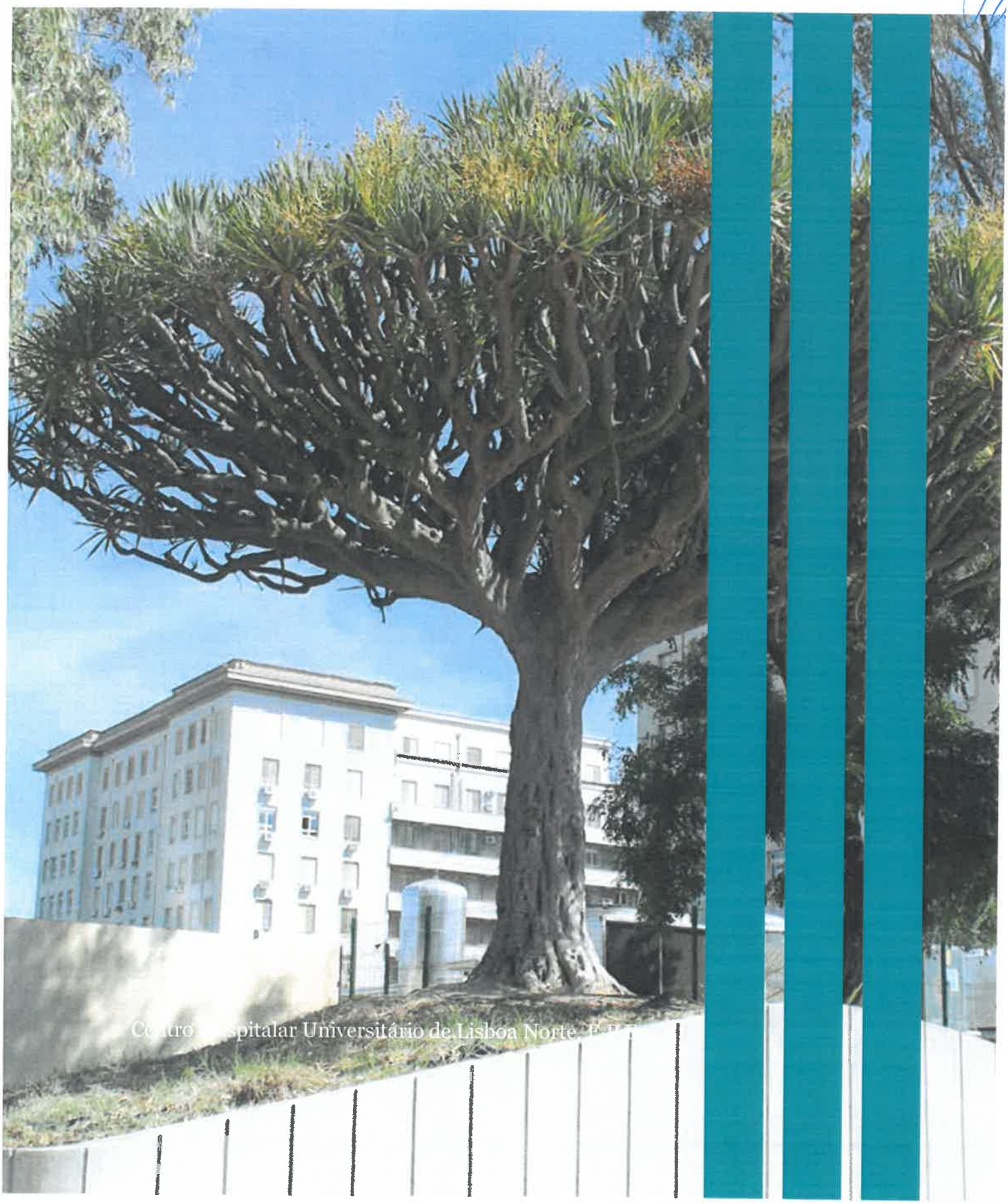
No âmbito dos suportes de informação e comunicação, foi possível, que através da reativação de newsletters, da intranet ou site do CHULN, toda a informação institucional mais relevante fosse objeto de divulgação e destaque.

Procurando a curto prazo reforçar os meios e a estrutura de informação e comunicação interna e externa, num sentido mais profissionalizado, foi elaborado projeto cuja execução se espera ocorra no 1º semestre de 2022.

Entre os principais objetivos do plano de comunicação do CHULN para o ano de 2022, estão a renovação do site institucional, com a reformulação de páginas dos serviços e maior ligação aos utentes; a criação de novas rubricas, com recurso a formatos inovadores, como podcasts, que potenciem a capacidade técnica dos profissionais do CHULN; a renovação da imagem do centro hospitalar, com uniformização gráfica e aposta no marketing digital, bem comoparcerias e protocolos com instituições na área da comunicação.



Relatório e Contas 2021





5. Recursos Humanos

5.1 Gestão de Efetivos

Os Recursos Humanos constituem uma parte essencial da organização e são fundamentais para o sucesso da mesma.

Em relação ao mês homólogo de 2021, há um aumento de 1,8% do número de efetivos (mais 118 efetivos), com particular expressão nos grupos profissionais de Assistentes Operacionais (mais 24 efetivos), Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica (mais 33 efetivos), Médicos Internos (mais 21 efetivos), Enfermagem (mais 18 efetivos) e Médicos especialistas (mais 11 efetivos).

Grupo Profissional	dez/19			dez/20			dez/21			Var. 2021/20 (%)		
	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H
Dirigente	52	56	49	51	54	48	51	54	47		-0,5%	-0,5%
Médico - Total	**1 468**	**1 606**	**1 405**	**1 444**	**1 582**	**1 384**	**1 476**	**1 622**	**1 419**	**2,2%**	**2,5%**	**2,5%**
Especialistas	848	897	785	848	901	789	859	917	802	1,3%	1,7%	1,7%
Internos	484	553	484	515	589	515	506	578	506	-1,7%	-1,7%	-1,7%
IAC	128	146	128	73	83	73	103	118	103	41,1%	41,1%	41,1%
Internos	**612**	**699**	**612**	**588**	**672**	**588**	**609**	**696**	**609**	**3,6%**	**3,6%**	**3,6%**
Outros	8	9	8	8	9	8	8	9	8			
Enfermagem	2 018	2 016	1 764	2 034	2 032	1 778	2 052	2 049	1 793	0,9%	0,9%	0,9%
Farmacêutico	50	50	44	48	48	42	47	47	41	-2,1%	-2,1%	-2,1%
Téc. Superior Saúde	25	26	22	25	26	22	25	26	23		0,3%	0,3%
TDT	492	490	429	519	516	452	541	539	472	4,2%	4,5%	4,5%
Outro Pes.Téc.Superior	179	185	162	182	188	165	199	205	179	9,3%	9,0%	9,0%
Informática	24	26	22	24	26	22	24	26	22			
Docente	14	14	12	14	14	12	13	13	11	-7,1%	-7,3%	-7,3%
Assistente Técnico	592	622	544	625	654	572	632	659	576	1,1%	0,7%	0,7%
Assistente Operacional	1 525	1 528	1 337	1 568	1 571	1 375	1 592	1 595	1 395	1,5%	1,5%	1,5%
Outro Pessoal	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
Total	6 443	6 621	5 793	6 538	6 714	5 875	6 656	6 838	5 983	1,8%	1,8%	1,8%

Em relação ao Plano de Recursos Humanos previsto para 2021, as principais diferenças relativamente aos efetivos de pessoal tiveram que ver com os seguintes fatores:

- Redução do número de medicos internos, principalmente dos internos do ano comum, situação que é contralada centralmente pelas estruturas do Ministério da Saúde e da Ordem dos Médicos;
- Contratação de enfermeiros em menor número do que previsto, dado que o principal reforço, na area dos cuidados intensivos, não gerou candidaturas suficientes e porque

não se ativaram as 50 camas de enfermaria previstas no Plano de Atividades e Orçamento de 2021

5.2 Gestão da Despesa com Pessoal

Relativamente á despesa com pessoal verificou-se um crescimento na rubrica da **remuneração base** de 2,5% em virtude do reforço de efetivos, mas ainda assim, em linha com a dotação de despesa prevista no Contrato-Programa, como se pode verificar no quadro seguinte.

Gastos com Pessoal			
Descrição	2020	2021	2021
	Executado	Executado	Previsto CP
Remunerações Base	114 008 190 €	116 916 631 €	116 725 044 €
Suplementos de Remuneração	40 245 194 €	43 616 476 €	41 038 559 €
Trabalho Extraordinário	26 153 833 €	25 391 388 €	25 800 939 €
Noites e Suplementos	8 959 953 €	9 091 326 €	9 637 070 €
Outros Suplementos	5 131 408 €	9 133 762 €	5 600 551 €
Subsidios de Férias e Natal	18 711 639 €	19 726 571 €	21 265 581 €
Encargos sobre remunerações	39 631 336 €	40 975 210 €	39 468 626 €
Outras Despesas com Pessoal	3 592 581 €	3 799 581 €	3 877 287 €
TOTAL	216 188 941 €	225 034 469 €	222 375 097 €

Ainda na rubrica **remuneração base**, mas com reflexo noutras rubricas, há a considerar o valor das promoções e valorizações remuneratórias concretizadas, embora o valor previsto não tenha sido alcançado, como se pode verificar no seguinte quadro.

Promoções/valorizações

Grupos profissionais	OE 2021 (previsto agosto 2020)	Realizado 2021
Dirigente		
Médico	201 266	217 068
Enfermagem	497 886	
Farmacêutico/TSS	9 438	
Téc.Diag.Terapêutica	201 935	19 953
Técnicos Superiores	21 210	
Informática	12 256	
Docente		
Assistente Técnico	55 862	
Assistente Operacional		
Total Geral	**814 517**	**237 021**

Mesmo assim e ainda na rubrica da **remuneração base**, a execução da despesa registou desvios mínimos (0,1%) em relação ao previsto n Contrato-Programa, como se pode verificar no quadro seguinte:

Despesa

Grupos profissionais	OE 2021 (revisto OE 2022)	Realizado 2021	Realizado/ revisto agosto 2021
Dirigente	3 062 211	3 075 741	**0,4**
Médico	98 148 251	98 639 096	**0,5**
Enfermagem	65 062 792	64 924 728	**-0,2**
Farmacêutico/TSS	2 857 550	2 776 079	**-2,9**
Téc.Diag.Terapêutica	14 042 619	13 990 279	**-0,4**
Técnicos Superiores	5 207 293	5 178 410	**-0,6**
Informática	837 698	884 023	**5,5**
Docente	327 227	327 878	**0,2**
Assistente Técnico	9 878 192	9 798 263	**-0,8**
Assistente Operacional	23 346 970	23 293 216	**-0,2**
Total Geral	**222 770 804**	**222 887 714**	**0,1**

O principal desvio ocorreu na rubrica **Outros Suplementos**, principalmente em virtude do programa de cirurgia adicional para recuperação das listas de espera e atividade programada não executada no período mais intenso da pandemia (1º trimestre), ter registado uma despesa superior à prevista em cerca de 2 200 000€, pelos seguintes motivos:

- Reforço do número de cirurgias em atividade adicional em relação ao previsto;
- Alargamento do pagamento às equipas de acordo com o nível de severidade 2 em linha com a prática noutros hospitais;

Há a registar ainda a redução da **despesa com horas extraordinárias** relativamente ao previsto e em relação a 2020, bem como o controlo da despesa nas restantes rubricas, sem prejuízo do reforço geral de efetivos na área assistencial.

5.3 Absentismo

Constata-se em 2020 e 2021 um acréscimo significativo do absentismo, de forma generalizada, tendo como fundamento a pandemia.

Taxa absentismo

Grupos profissionais	2019	2020	2021
Dirigente	4,1%	1,1%	3,2%
Pessoal Médico	6%	7%	9,0%
Pessoal de Enfermagem	8,8%	10,3%	11,0%
Farmacêutico/TSS	7,2%	7,0%	5,0%
Pessoal Téc. Diagnóstico e Terapêutica	11,8%	10,7%	10,0%
Técnico Superior	8%	10%	8,0%
Pessoal de Informática	2,2%	1,6%	1,0%
Educador Infancia	23,3%	16,7%	14,0%
Assistente Técnico	8,4%	10,3%	8,0%
Assistente Operacional	11,6%	14,0%	13,0%
	8,9%	10,3%	**11,0%**

Efetivamente, contraíram infeção por Sars-CoV-2 mais de 1000 colaboradores do CHULN, gerando diretamente um elevado volume de absentismo, ao que acresce o absentismo de colaboradores em isolamento por contractos de alto risco com suspeitos colaboradores do CHULN, doentes, familiares ou membros da sociedade.

Em conclusão, uma parte considerável da despesa com trabalho extraordinário, designadamente o acréscimo registado em 2020 e 2021, justifica-se para substituição de colaboradores ausentes por motivos relacionados com a pandemia.

5.4 Caracterização dos Recursos Humanos

No gráfico seguinte pode-se verificar a distribuição da estrutura de recursos humanos por grupos profissionais



Apresentam-se de seguida os principais indicadores de Recursos Humanos:

Tipo de indicadores	Indicadores	dez/19	dez/20	dez/21
Estrutura Profissional e Orgânica dos Efetivos	Taxa de Tecnicidade (2)	2,01	1,95	1,96
	Percentagem de Efetivos Inseridos em Corpos Especiais (3)	62,89	62,25	62,21
	Percentagem de Médicos em Formação (Internos)	45,47	40,72	41,26
	Nº de Enfermeiros por Médico	1,38	1,41	1,29
	Percentagem de Pessoal em Serviços Prestadores de Cuidados	87,71	88,88	88,52
Nacionalidade	Percentagem de Efetivos Estrangeiros	3,27	3,59	3,82
	Percentagem de Efetivos com Nacionalidade Espanhola	0,57	0,55	0,53
Carga Horária	Percentagem de Efetivos (Total) com 40 horas	21,54	21,09	21,20
	Percentagem de Médicos (Total) com 42 horas	11,24	10,60	10,16
	Percentagem de Médicos (Não Internos) com 42 horas	19,28	17,87	17,30
	Percentagem de Médicos (Não Internos) com 40 horas	48,25	51,99	55,59
	Percentagem de Enfermeiros com Horário Acrescido	0,00	0,00	0,00
	Percentagem de Enfermeiros com 40 horas	1,64	1,28	1,02
	Percentagem de TSS/Farmacêutico com Horário Acrescido	0,00	0,00	0,00
	Percentagem de TSS/Farmacêutico com 40 horas	10,67	10,96	11,11
	Percentagem de TDT com Horário Acrescido	0,00	0,00	0,00
	Percentagem de TDT com 40 horas	0,81	0,77	0,74

(2) - Relação entre o número de efetivos com funções técnicas e o restante pessoal

(3) - Médicos, Enfermeiros, Farmacêutico, TSS e TDT

5.5 Estrutura Etária e por Género

Os indicadores relativos à estrutura etária não traduzem significativas alterações em relação aos anos anteriores.

Grupo Profissional	dez/19			dez/20			dez/21		
	HSM	HPV	CHLN	HSM	HPV	CHLN	HSM	HPV	CHLN
Dirigente	51,4		51,4	52,6		52,6	53,2		53,2
Médico	40,6	51,8	41,3	40,7	51,8	41,3	40,5	52,8	41,1
Enfermagem	37,1	39,8	37,4	37,4	40,6	37,8	37,7	41,5	38,2
Farmacêutico	44,9	48,0	45,2	45,3	50,8	45,9	46,4	51,8	46,9
Téc. Superior Saúde	47,7	44,0	47,5	48,6	45,0	48,5	49,7	46,0	49,5
TDT	42,2	44,7	42,6	41,8	45,8	42,4	41,8	46,9	42,5
Outro Pes. Téc. Superior	42,2	42,7	42,2	42,8	43,6	42,9	42,5	44,7	42,6
Informática	45,6		45,6	46,5		46,5	47,5		47,5
Educador Infância	49,6		49,6	50,6		50,6	50,8		50,8
Assistente Técnico	46,4	47,2	46,5	46,7	46,9	46,7	47,0	48,1	47,1
Assistente Operacional	46,5	47,9	46,7	46,2	48,1	46,5	46,6	48,1	46,8
Outro Pessoal	60,8		60,8	61,8		61,8	62,8		62,8
Total	41,8	45,0	42,1	41,9	45,4	42,3	42,1	46,1	42,5

A taxa de emprego feminino mantém-se elevada, como consequência da predominância das mulheres nos dois grupos profissionais mais representativos (enfermeiros e assistentes operacionais) e reflete, também, a constante evolução dos médicos no mesmo sentido (em 31/12/2021, cerca de 62,1% eram mulheres). Recordemos que esta taxa, em 31/12/2020, era de 62%.

Grupo Profissional	dez/19			dez/20			dez/21		
	HSM	HPV	CHLN	HSM	HPV	CHLN	HSM	HPV	CHLN
Dirigente	65,4		65,4	64,7		64,7	62,7		62,7
Médico	60,4	67,0	60,8	62,0	63,5	62,0	61,9	65,4	62,1
Enfermagem	85,9	83,7	85,6	85,9	83,4	85,5	85,5	83,5	85,3
Farmacêutico	88,6	83,3	88,0	88,4	100,0	89,6	88,1	100,0	89,4
Téc. Superior Saúde	70,8	100,0	72,0	70,8	100,0	72,0	70,8	100,0	72,0
TDT	81,7	82,9	81,9	82,4	82,7	82,5	82,2	82,4	82,3
Outro Pes.Téc.Superior	83,4	80,0	83,2	83,7	80,0	83,5	82,5	80,0	82,4
Informática	25,0		25,0	25,0		25,0	25,0		25,0
Educador Infância	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0
Assistente Técnico	81,6	83,1	81,8	81,5	81,3	81,4	80,6	81,8	80,7
Assistente Operacional	75,9	76,2	76,0	75,4	78,0	75,8	75,9	76,5	75,8
Outro Pessoal	20,0								
Total	76,2	79,3	76,5	76,6	79,3	76,9	76,4	79,1	76,7

Relatório e Contas 2021





6 Investimentos

6.1 Execução do Programa de Investimentos

O ano de 2021 foi caracterizado no primeiro quadrimestre pela continuação da resposta à situação pandémica devido à Covid-19, e deste modo o CHULN continuou a reorganizar-se de modo a responder às necessidades de resposta ao seus utentes, mantendo a qualidade técnica, qualidade do atendimento e qualidade dos profissionais, na prestação de cuidados de Saúde.

Observando a fase da execução dos programas e projetos investimento, este apontou para a manutenção do nível de investimento em anos anteriores, e no final do ano encontrava-se concretizado em 17,9 M€. Estes valores garantiram a continuidade do esforço de investimento efetuado nos projetos iniciados em 2020 nomeadamente focados na "Eficiência Energética do Hospital de Santa Maria" e em ações de resposta das infraestruturas dos serviços, bem como as necessárias benfeitorias de conservação e reparação dos edifícios, dando-se destaque também, para a prossecução da modernização dos equipamentos e sistemas médicos, bem como a continuidade do desenvolvimento dos sistemas de informação.

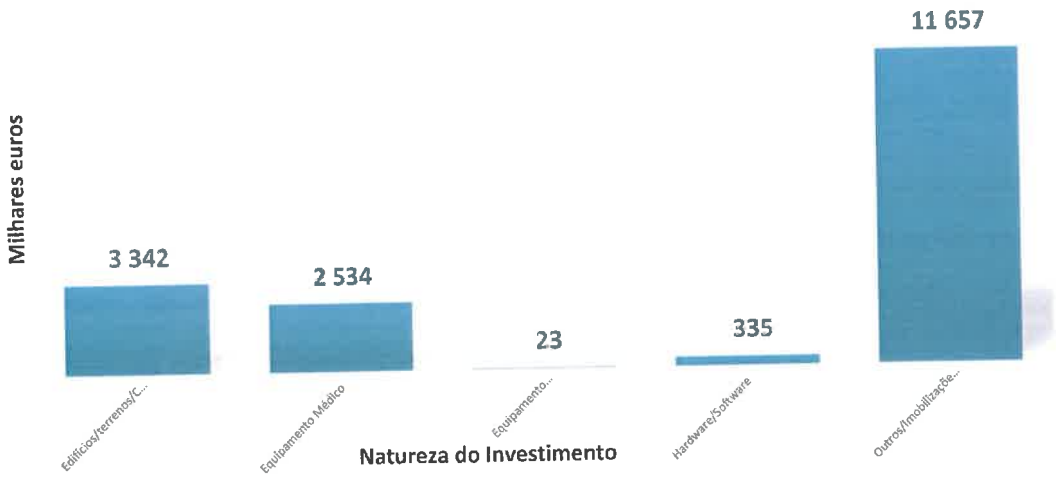
A execução do programa de investimentos atingiu o valor acima referido, com a seguinte desagregação por natureza:

Natureza do Investimento	Valores (milhares de euros)
Edifícios/Construções/Instalações	3 342
Equipamento Médico	2 534
Equipamento Administrativo	23
Hardware /Software	335
Outros/Imobilizações em Curso	11 657
Total	**17 891**

Fonte: Serviço de Gestão Financeira

Em termos gráficos:

Execução do Programa de Investimentos – 2021



Fonte: Serviço de Gestão Financeira

6.2 Projetos Co-Financiados

No âmbito do Programa Portugal 2021, no último triénio, o Centro, efetuou as necessárias candidaturas, para o financiamento dos seguintes projetos:

- **SAMA** – *"Patient Digital Cicle: from past to future"*, custo total de 1 milhão de euros, cuja candidatura se encontra em restruturação;
- **SAMA** – *"Citizen Care: Implementação de um novo modelo de atendimento e prestação de cuidados de saúde ao Cidadão"*, com o custo total de 1 milhão de euros, cuja candidatura se encontra execução, após recente restruturação;
- **SAMA** – *" Connecting Patient Anywhere"*, com um custo total 2,4 milhões de euros, após a candidatura ter sido alvo de restruturação, encontra-se em execução;
- **SAMA** – *"Integração de Cuidados em pessoa com multipatologia do CHULN e ACES"*, com um investimento total de 557.750,00€ e um financiamento de 317 638,63€, encontra-se em execução;
- **POSEUR** – *"Eficiência energética nos Edifícios da Administração Publica Central"* com um custo de 15,81 milhões de euros e financiamento de 14,60 milhões de euros.

No período de 2019 e 2021 a execução dos financiamentos obtidos por cofinanciamento ascendeu a **15** milhões euros.

6.3 Evolução dos Investimentos ao Longo do Último Triénio

O quadro *infra* compara os investimentos realizados e em curso de execução durante os anos de 2019 a 2021. Da sua análise, poderá extrair-se o seguinte:

1) Durante o período em análise registou-se um indispensável investimento no equipamento médico, em que atingiu as **23,1** milhões de euros, evidência do Centro na atualização na renovação e inovação tecnológica dos seus aparelhos de forma a contribuir para a melhoria da prestação dos cuidados de saúde. Acresce ainda 1,5 milhões de euros que no final do ano ainda se encontram em curso por finalizar os respetivos processos.

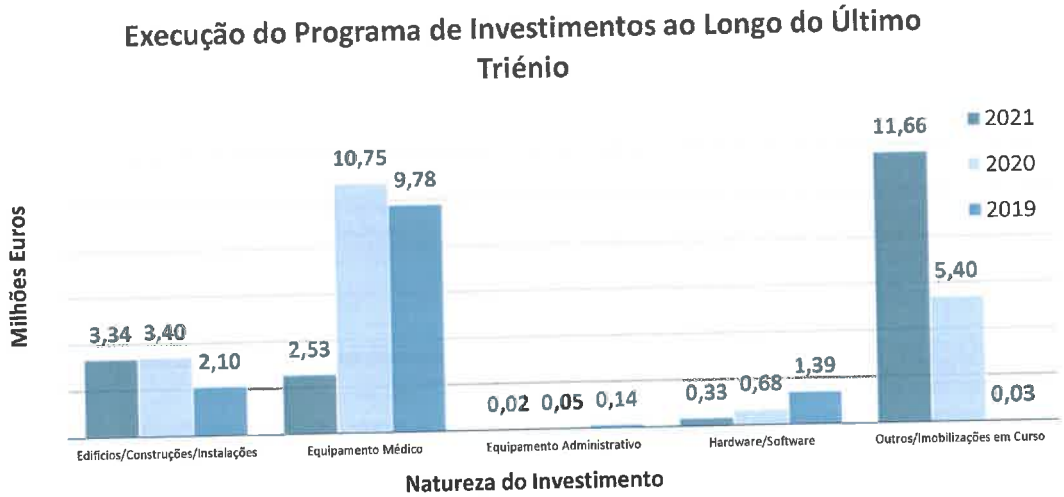
   Salientamos em 2020 os valores adquiridos por doações de 4,9 milhões de euros concernentes a ventiladores, monitores e bombas e seringas infusoras.

2) Nas benfeitorias das infraestruturas, o investimento ascendeu, no triénio em apreciação, a **8,8** milhões de euros e caracterizou-se essencialmente por intervenções de construção/melhoria e remodelação dos diversos serviços do Centro, bem como nas infraestruturas do projeto de eficiência energética, cerca de 8,3M€ refletidos nas imobilizações em curso envolvendo essencialmente a obra, a alteração da caixilharia (vãos e janelas), substituição de lâmpadas e instalação de painéis fotovoltaicos.

Nas tecnologias de informação e comunicação, o investimento realizado cerca de 2,4 milhões, foi direcionado essencialmente para o processo de renovação e revitalização do parque tecnológico (hardware e software).O investimento diminui em acumulado para cerca de metade pois foi 2018 o ano de maior esforço nesta área.

Milhares de Euros

Natureza do Investimento	2021	2020	2019
Edifícios/Construções/Instalações	3,34	3,4	2,10
Equipamento Médico	2,53	10,75	9,78
Equipamento Administrativo	0,03	0,05	0,14
Hardware /Software	0,33	0,68	1,39
Outros/Imobilizações em Curso	11,66	5,40	0,03
Total	**17,89**	**20,28**	**13,44**



Fonte: Serviço de Gestão Financeira

6.4 Financiamento do Investimento Efetuado

O quadro seguinte exibe as distintas origens dos fundos que suportaram os investimentos, nos últimos três anos.

Podemos concluir, que o recurso ao autofinanciamento se nos apresenta como nota dominante, assumem também grande relevância no investimento realizado, os subsídios ao investimento e outros, fator particularmente relevante, no contexto atual de pandemia no ano de 2020.

Milhares de Euros

Natureza do Investimento	2021	2020	2019
Investimento Total	17 891	20 276	13 440
Auto - Financiamento	8 923	15 281	9 627
Subsídios ao Investimento	7 694	3 991	3 670
Outras Fontes	1 274	4 995	143

Fonte: Serviço de Gestão Financeira

Incluído nas Outras Fontes encontram-se as doações com particular destaque no ano de 2020, como medida de resposta do Governo para combate á Covid-19, de equipamentos de cuidados intensivos adquiridos pela ACSS (ventiladores, bombas de perfusão, seringas infusoras, e consumíveis) no valor de 4 milhões de euros.

No ciclo de gestão 2017-2019 o esforço de autoinvestimento rondou os 5,1 M euros/ano, manifestamente insuficiente para garantir a satisfação das necessidades globais de investimento, na altura estimadas em 130 M euros. Na Estratégia do CHULN 20-22 foi previsto um aumento considerável do autoinvestimento (10,9 M euros/ano). Este esforço não considerou, obviamente, necessidades de investimento motivadas por fatores extraordinários como foi a pandemia, motivo que dificultou a concretização em 2020 e 2021 de alguns projetos previstos. O início desses projetos está previsto em 2022 e finalização de alguns deles em 2023.



Relatório e Contas 2021



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E







7 Cumprimento das Orientações Legais

Este capítulo foi elaborado com base no ofício circular nº 1365 de 6 de março de 2018 da Direção Geral do Tesouro e Finanças que divulga as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017, para as Entidades Publicas Empresariais do Sector da Saúde, uma vez que, para 2021, em 20 de janeiro de 2022, continuam apenas a ser disponibilizadas instruções específicas para empresas não financeiras.

1. A explicitação das condições e níveis do cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Agosto e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado.

a) Identificação dos objetivos definidos pelo acionista para 2021, explicitação do grau de execução dos mesmos, assim como justificação dos desvios e medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

O Contrato-Programa, celebrado anualmente entre a Tutela e o CHULN define as orientações e objetivos de gestão no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde, em termos de produção contratada, bem como a respetiva remuneração, incentivos institucionais atribuídos em função do cumprimento de objetivos de Acesso, Qualidade Assistencial e Eficiência Económico-financeira, e os Gastos e Rendimentos inerentes a execução da atividade assistencial.

No exercício de 2021 o CHULN conseguiu alcançar, apesar de tudo, bons resultados, quer no chamado Índice de Desempenho Global 101,5%, que integra os objetivos de Acesso, de desempenho assistencial, quer no desempenho do Serviço de Urgência 106,7%.

Grau de cumprimento dos objetivos do CP 2021

Cumprimento dos objetivos	
Índice de Desempenho Global dos objetivos contratualizados	101,5%
Índice de Desempenho Global do Serviço de Urgência	106,7%
Atividade Assistencial	94,2%
Desempenho Económico-Financeiro	-61,7%

Ao nível do cumprimento da atividade assistencial negociada com a ARSLVT, o CHULN alcançou uma taxa de execução do CP 2020 de 94,2%.

b) Evidência da execução do plano de atividades e orçamento para 2021 designadamente quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento, justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas e a aplicar;

RENDIMENTOS E GASTOS (€)	Acumulado ano 2020	Acumulado ano 2021	Orçamento ano 2021 *	Desvio face ao Orçamento	
				Em valor	Em %
Impostos, contribuições e taxas	3 826 173 €	2 794 236 €	4 600 000 €	-1 805 764 €	-39,26
Vendas	5 196 €	8 881 €	5 000 €	3 881 €	77,62
Prestações de serviços e concessões	292 690 383 €	370 066 234 €	379 485 203 €	-9 418 969 €	-2,48
Transferências e subsídios correntes obtidos	139 145 325 €	104 742 556 €	104 795 879 €	-53 322 €	-0,05
Variações nos inventários da produção	0 €	0 €	0 €	0 €	
Trabalhos para a própria entidade	1 929 416 €	1 809 064 €	1 500 000 €	309 064 €	20,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-213 228 862 €	-231 071 707 €	-231 046 000 €	25 707 €	0,01
Fornecimentos e serviços externos	-63 000 867 €	-68 639 512 €	-69 853 432 €	-1 213 920 €	-1,74
Gastos com o pessoal	-216 188 942 €	-225 034 469 €	-222 375 097 €	2 659 372 €	1,20
Transferências e subsídios concedidos	0 €	0 €	0 €	0 €	
Prestações sociais	0 €	0 €	0 €	0 €	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0 €	0 €	0 €	0 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-7 882 591 €	-138 134 €	0 €	138 134 €	
Provisões (aumentos/reduções)	-3 678 430 €	-2 191 023 €	-500 000 €	1 691 023 €	338,20
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0 €	0 €	0 €	0 €	
Aumentos/reduções de justo valor	0 €	0 €	0 €	0 €	
Outros rendimentos e ganhos	18 072 751 €	16 330 326 €	17 000 000 €	-669 674 €	-3,94
Outros gastos e perdas	-2 541 690 €	-1 146 394 €	-400 000 €	746 394 €	186,60
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	**-50 852 137 €**	**-32 469 941 €**	**-16 788 448 €**	**-15 681 494 €**	**93,41**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-10 140 111 €	-11 221 050 €	-10 200 000 €	1 021 050 €	10,01
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0 €	0 €	0 €	0 €	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	**-60 992 248 €**	**-43 690 991 €**	**-26 988 448 €**	**-16 702 543 €**	**61,89**
Juros e rendimentos similares obtidos	12 531 €	27 326 €	5 000 €	22 326 €	
Juros e gastos similares suportados	-38 467 €	-43 985 €	-40 000 €	3 985 €	
Resultado antes de impostos	**-61 018 183 €**	**-43 707 649 €**	**-27 023 448 €**	**-16 684 202 €**	**61,74**
Imposto sobre o rendimento	-29 000 €	-38 000 €	0 €	38 000 €	
Resultado líquido do período	**-61 047 183 €**	**-43 745 649 €**	**-27 023 448 €**	**-16 722 202 €**	**61,88**
Variação dos **Gastos** relevantes para EBITDA	-506 521 381 €	-528 221 239 €	-524 174 529 €	4 046 710 €	0,77

Variação dos **Rendimentos** relevantes para EBITDA	455 669 244 €	495 751 298 €	507 386 081 €	-11 634 783 €	-2,29
EBITDA	**-50 852 137 €**	**-32 469 941 €**	**-16 788 448 €**	**-7 588 073 €**	**93,41**

* de acordo com a Demonstração de Resultados incluída no Contrato Programa 8/01/2021

Evolução de Recursos Humanos

Grupo Profissional	dez/19			dez/20			dez/21			Var. 2021/20 (%)		
	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H
Dirigente	52	56	49	51	54	48	51	54	47		-0,5%	-0,5%
Médico - Total	**1 468**	**1 606**	**1 405**	**1 444**	**1 582**	**1 384**	**1 476**	**1 622**	**1 419**	**2,2%**	**2,5%**	**2,5%**
Especialistas	848	897	785	848	901	789	859	917	802	1,3%	1,7%	1,7%
Internos	484	553	484	515	589	515	506	578	506	-1,7%	-1,7%	-1,7%
IAC	128	146	128	73	83	73	103	118	103	41,1%	41,1%	41,1%
Internos	**612**	**699**	**612**	**588**	**672**	**588**	**609**	**696**	**609**	**3,6%**	**3,6%**	**3,6%**
Outros	8	9	8	8	9	8	8	9	8			
Enfermagem	2 018	2 016	1 764	2 034	2 032	1 778	2 052	2 049	1 793	0,9%	0,9%	0,9%
Farmacêutico	50	50	44	48	48	42	47	47	41	-2,1%	-2,1%	-2,1%
Téc. Superior Saúde	25	26	22	25	26	22	25	26	23		0,3%	0,3%
TDT	492	490	429	519	516	452	541	539	472	4,2%	4,5%	4,5%
Outro Pes.Téc.Superior	179	185	162	182	188	165	199	205	179	9,3%	9,0%	9,0%
Informática	24	26	22	24	26	22	24	26	22			
Docente	14	14	12	14	14	12	13	13	11	-7,1%	-7,3%	-7,3%
Assistente Técnico	592	622	544	625	654	572	632	659	576	1,1%	0,7%	0,7%
Assistente Operacional	1 525	1 528	1 337	1 568	1 571	1 375	1 592	1 595	1 395	1,5%	1,5%	1,5%
Outro Pessoal	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
Total	6 443	6 621	5 793	6 538	6 714	5 875	6 656	6 838	5 983	1,8%	1,8%	1,8%

c) Evidência do grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE e notas justificativas dos respetivos desvios.

No Capitulo 8 apresentamos a execução orçamental no que concerne ao orçamento financeiro e económico;

No Capitulo 6 destacamos o Investimento executado no ano de 2021.

2. Da gestão do risco financeiro, com descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo renumerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise de eficiência da política de financiamento.

O Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE não regista qualquer Passivo remunerado nos últimos 5 anos.

3. Do cumprimento dos limites de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro

Tal como referido no Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE não regista qualquer Passivo remunerado nos últimos 5 anos, sendo que a aprovação dos mesmos está sujeita a autorização da Tutela.

4. À evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, e divulgação dos atrasos de pagamentos (arrears), conforme definidos no Decreto-Lei nº65-A/2011 de 17 de Maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

Evolução do prazo médio de pagamentos (PMP)

Prazo Médio Pagamentos - PMP	2021				2020				Δ %
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	4ºT 21/ 4º T 20
Prazo (dias)	167	170	168	168	268	244	209	176	-4,5%

Durante o ano de 2021 verificou-se um acréscimo de gastos significativos, conforme se apresenta na pag. 135, estando em grande parte associado ao combate à pandemia e à retoma da atividade programada. Assim e graças ao reforço de verbas que nos foram disponibilizadas pela ACSS, apesar da pressão de pagamentos a pessoal adicional e dos fornecimentos associados às infraestruturas Covid e recuperação da atividade cirúrgica foi possível reduzir o PMP a fornecedores externos, tal como permitiu reduzir o valor dos Arrears, face ao período homólogo.

Detalhe da dívida conforme definidos no Decreto-Lei nº65-A/2011 de 17 de Maio

Divida vencida (valor €)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.1º DL65-A				
	0-90 dias	90-120	120-240	240-360	>360
Aquisições de bens serviços	51 088 097 €	1 552 692 €	2 297 821 €	1 912 218 €	78 718 030€
Aquisições de capital	817 091 €	77 920 €	- €	10 130€	- €
Total	**51 905 188 €**	**1 63 612 €**	**2 297 821 €**	**1 922 348 €**	**78 718 030 €**

De referir que nos termos do nº 2 do artigo 14.o do Decreto-Lei nº 18/2016 de 13 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 35-A/2016 de 30 de junho, irá proceder à divulgação no sitio da internet das dividas certas, liquidas e exigíveis.

5. As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista, emitidas aquando da aprovação das últimas contas.

No âmbito do cumprimento das recomendações do acionista não existe nada a relevar. O último parecer do acionista foi efetuado sobre as contas de 2012.

No seguimento das reservas emitidas na última Certificação Legal de Contas, foi designado um Grupo de Trabalho, visando analisar a situação das diferenças de integração das várias aplicações, relacionadas com os stocks do CHULN.

6. Das remunerações, designadamente

a) Órgãos sociais -. Conselho de Administração

O Conselho de Administração do CHULN, nomeado para o triénio 2019-2021, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2019, de 24 de maio de 2019, publicada no Diário da República, 1.ª série — N.º 100 — 24 de maio de 2019, designa os seguintes membros:

Composição do Conselho de Administração 2019-2021

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma [1]	Data	[Entidade pagadora]	O/D [2]
2019-2021	Presidente	Joaquim Daniel Lopes Ferro	R	17 de maio de 2019	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D
2019-2021	Vogal Executivo (Diretor Clínico)	Luis Filipe Pereira dos Santos Pinheiro	R	17 de maio de 2019	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	O
2019-2021	Vogal Executiva (Enfermeira Diretora)	Ana Paula Dias Costa Fernandes	R	17 de maio de 2019	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D
2019-2021	Vogal Executiva	Maria de Lourdes Caixaria Bastos	R	17 de maio de 2019	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D
2019-2021	Vogal Executivo	Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis	R	17 de maio de 2019	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D

No que concerne à acumulação de funções apresentamos o seguinte quadro:

Membro do Conselho de Administração	Acumulações de funções		
	Entidade	Função	Regime (público/privado)
Diretor Clínico - Dr. Luis Pinheiro	Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa	Assistente Convidado	Publico

Remuneração mensal bruta do Conselho de Administração (Estatuto do Gestor Publico):

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
Joaquim Daniel Lopes Ferro	S	B	4.766,81€	1.666,38€

Luis Filipe P. S. Pinheiro	S	B	4.971,63€	1.561,26€
Maria de Lourdes Caixaria Bastos	S	B	3.903,14€	1.561,26€
Pedro de Andrade P. Pinto Reis	S	B	3.903,14€	1.561,26€
Ana Paula Dias C. Fernandes	S	B	3.903,14€	1.561,26€

Remuneração anual bruta do Conselho de Administração:

	Conselho de Administração a partir de 17-05-2019				
	Joaquim Daniel Lopes Ferro - Presidente	Luis Filipe Pereira Santos Pinheiro - Diretor clínico	Maria De Lourdes Caixaria Bastos - Vogal	Pedro De Andrade Pais Pinto Reis - Vogal	Ana Paula Dias Costa Fernandes - Enfermeira Diretora
Mandato					
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	**89 792,72 €**	**76 608,59 €**	**77 079,96 €**	**77 207,69 €**	**76 337,73 €**
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	Não	Sim	Não	Sim	Não
OPRLO					
Entidade de Origem (identificar)					
Entidade pagadora (origem/Destino)					
1.1.Remuneração Anual	68 437,34 €	56 302,00 €	55 683,85 €	56 074,16 €	56 074,07 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	20 243,97 €	19 190,41 €	19 658,77 €	19 814,89 €	19 190,41 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)					
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010					
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011					
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal					
1.7.Reduções de anos anteriores					
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	**88 681,31 €**	**75 492,41 €**	**75 342,62 €**	**75 889,05 €**	**75 264,48 €**
2. Remuneração variável					
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)					
4.Outras (identificar)					
Subsídio de deslocação					
Subsídio de refeição	1 111,41 €	1 116,18 €	1 049,40 €	1 068,48 €	1 073,25 €
Encargos com benefícios sociais					
Regime de Proteção Social					
- Indicar Regime (ADSE/Seg. Social/Outros)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)
- Valor	12 151,84 €	10 324,73 €	10 250,30 €	10 310,40 €	10 241,76 €
Seguros de saúde					
Seguros de vida					
Seguro de Acidentes Pessoais					
Outros (indicar)					
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)					
Entidade (identificar)					
Remuneração Anual					
Mandato					
Modalidade de Utilização					
Valor de referência da viatura nova					
Ano Inicio					
Ano Termo					
N.º prestações (se aplicável)					
Valor Residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço					
Combustível gasto com a viatura					
Plafond anual Combustível atribuído					
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)					
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)					
Gastos c/ deslocações	**Nome e Cargo**	**Nome e Cargo**	**Nome e Cargo**	**Nome e Cargo**	**Nome e Cargo**
Mandato	I / II				

	Conselho de Administração a partir de 17-05-2019				
	Joaquim Daniel Lopes Ferro - Presidente	Luis Filipe Pereira Santos Pinheiro - Diretor clínico	Maria De Lourdes Caixaria Bastos - Vogal	Pedro De Andrade Pais Pinto Reis - Vogal	Ana Paula Dias Costa Fernandes - Enfermeira Diretora
Custo total anual c/ viagens					
Custos anuais com Alojamento					
Ajudas de custo			687,94 €	250,16 €	
Outras (indicar)					

b) Órgãos sociais – Conselho Fiscal

Segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, a fiscalização e controlo da legalidade da gestão financeira e patrimonial do CHULN passaram a ser exercidos por um Conselho Fiscal, de acordo com a Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

Este órgão de fiscalização é constituído por três membros efetivos e por um suplente, sendo um deles o Presidente do órgão e por um Revisor Oficial de Contas ou por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão, obrigatoriamente de entre os auditores registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, por um período de três anos, renovável por uma única vez. Para o mandato 2017 – 2019 o Conselho Fiscal do CHULN foi nomeado em 29 de novembro de 2017 por Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e da Secretária de Estado da Saúde.

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada no despacho de nomeação, atendendo ao grau de complexidade e de exigência inerente ao exercício do respetivo cargo e tendo em conta os critérios de classificação do Hospital EPE, estabelecidos na resolução do Conselho de Ministros, a que se refere o n.º 4 do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público. Cessando o mandato do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, os titulares mantêm-se em exercício de funções até à designação de novos ou à declaração ministerial de cessação de funções.

Composição do Conselho Fiscal

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório (mensal)
			Forma	Data	
2017-2019	Presidente	José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues	Despacho SET/SES	29/11/2017	Não remunerado

2017-2019	Vogal Efetivo	Paulo Guilherme Fernandes Lajoso	Despacho SET/SES	29/11/2017	1.021,51€
2017-2019	Vogal Efetivo	Carla Sofia Reis Santos	Despacho SET/SES	29/11/2017	1.021,51€
2017-2019	Vogal Suplente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flôr Morais	Despacho SET/SES	29/11/2017	Não remunerado

O Vogal Efetivo Dr Paulo Lajoso exerceu funções até 1 de agosto de 2021 tendo nessa data sido publicada a sua aposentação/reforma através do aviso nº 12682/2021 de 1 de agosto de 2021, emitido pela Caixa Geral de Aposentações, I.P.

c) Órgãos sociais – Revisor de Contas

Nos termos do Despacho Conjunto do SET e SES, de 6 de novembro de 2018, foi nomeada como ROC do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE, para o triénio 2017-2019, incluindo ainda o ano de 2016, a sociedade João Cipriano & Associados, SROC, Lda., inscrita na Ordem dos ROC sob o número 119, registada na CMVM com o número 20161438, com o NIPC 503342742, representada pelo ROC nº 631, João Amaro Santos Cipriano.

De acordo com o nº 6 do artº15º dos Estatutos do CHULN cessando o mandato do ROC, mantém-se o titular em exercício de funções até à designação de novo revisor ou à declaração ministerial de cessação de funções. Dado que não se encontra excedido o número máximo de mandatos legalmente previsto para o exercício de funções de revisão legal de contas pelo mesmo ROC, tal como estabelecido no nº4 do art.º15º dos Estatutos, bem como no art.º 54º da Lei nº140/2015 de 7 de setembro de 2015 que aprovou o novo estatuto da ordem dos revisores oficiais de contas, foi elaborada uma proposta aprovada pelo Conselho Fiscal no sentido de aprovar a renovação para o triénio 2020-2022 do exercício das funções do Revisor Oficial de Contas do CHULN, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas João Cipriano & Associados SROC Lda.

Esta proposta foi aprovada em 24 de janeiro de 2022, por Despacho conjunto para o triénio de 2022-2024, produzindo efeitos á data da sua assinatura.

Número de anos em que o ROC exerce funções na entidade/grupo

Mandato (início-fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC						N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º. Registo na CMVM	Foma (1)	Data	Contratada		

2016 (realizado em 2018)	ROC	João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	119 631	20161438	Despacho Conjunto do SET e SES	06/11/2018	1	1
2017-2029	ROC	João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	119 631	20161438	Despacho Conjunto do SET e SES	06/11/2018	1	1
2020-2022	ROC	João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	119 631	20161438	Proposta Conselho Fiscal	Out/2020	2	2

Remuneração do ROC relativa ao ano de 2021

Nome	Remuneração Anual Bruta
João Cipriano & Associado SROC, Lda. - CLC 2019	24.304,72 €

d) Auditor Externo

O Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, não tem auditor externo. Em 2020 não foram contratados quaisquer serviços adicionais a serviços de auditoria ao auditor externo, cujos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização se encontram definidos nos estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e no Regime jurídico da Supervisão e Auditoria.

e) Restantes Trabalhadores

O Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE aplicou em 2021 as orientações relativas as remunerações vigentes.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º da EGP, no que se refere:

a) À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Não foram utilizados cartões de crédito nem foram reembolsadas despesas de representação pessoal.

As despesas dos membros do Conselho de Administração cumprem os mesmos procedimentos de autorização das restantes.

b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito dado conceito de despesas de representação pessoal.

Não aplicável

c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliários e internet.

Nome	Período	Plafond Mensal	Valor
Joaquim Daniel Lopes Ferro	janeiro a dezembro	70€	632,31€
Luis Filipe P. Santos Pinheiro	janeiro a dezembro	70€	401,88€
Ana Paula Dias Costa Fernandes	janeiro a dezembro	70€	364,72€
Maria de Lourdes Caixaria Bastos	janeiro a dezembro	70€	375,61€
Pedro de Andrade P. Pinto Reis	janeiro a dezembro	70€	329,26€

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Os membros do Conselho de Administração em funções no mandato de 17 maio 2019 a 31 de dezembro de 2021 não usufruem de viaturas de serviço.

8. Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de despesas não documentadas

O ponto acima referido foi aplicado em conformidade com o n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013.

9. Da elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o nº 2 da Resolução de Conselhos de Ministros nº 18/2014 de 7 de Março.

Não existe no Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE diferença nas remunerações pagas a homens e a mulheres.

10. Da elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção conforme o disposto no n. º1 do artigo 46.º do DL n. º133/2013, de 3 de Outubro.

Foi elaborado em 2018 o relatório anual sobre prevenção de corrupção, encontrando-se atualmente em atualização.

11. Da Contratação Pública:

a) Indicações sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2021.

b) Indicações da existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com a referencia à última atualização.

Nos termos do Regulamento Interno do CHULN, compete ao Serviço de Gestão de Compras assegurar a contratação, compra e disponibilização de todos os bens, serviços e empreitadas necessários ao funcionamento do Hospital e ao cumprimento da missão assistencial com que o mesmo se encontra superiormente comprometido, com respeito pelas regras da Contratação Pública previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18 de 2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na Sua redação atual e demais disposições legais aplicáveis.

Decorrente da emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, algumas das aquisições realizadas no âmbito da doença COVID-19, foram instruídas ao abrigo do Decreto -Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, regime legal adequado a esta realidade excecional, em especial no que respeita a matéria de contratação pública, para contingência, mitigação e tratamento da doença COVID -19.

Relativamente aos encargos com contratos de aquisição de serviços, o CHULN encontra-se em cumprimento com o previsto na Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro (LOE2021) e no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho ("DLEO2019" – ainda em vigor, em virtude da ausência de um DLEO2021).

Na sequência das medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS -CoV -2 e da doença COVID -19, o CHULN submete para conhecimento do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no art.º 6.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, todos os contratos abrangidos pelo Decreto -Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, bem como outros contratos celebrados pelas entidades referidas no artigo 7.º do Decreto -Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, de valor igual ou superior a 750.000 euros e por despesa associada para os montantes superiores a 950.000 euros, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, Lei N.º 98/97, de 26 de agosto, e republicações subsequentes,

nomeadamente, a Lei N.º 42/2016, de 28 de dezembro, com as alterações e adaptações previstas na Lei n.º 27-A/2020, de 24 julho.

Para além das aquisições de medicamentos, de material de consumo clinico e de serviços efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde e nas áreas Transversais, mediante convite à apresentação de proposta dirigido aos cocontratantes naqueles CPA e de acordo com o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP, o Serviço de Gestão de Compras efetua igualmente aquisições de bens e serviços pelo Sistema Nacional de Compras Públicas, através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Saúde, na qualidade de entidade voluntária, através de compra centralizada por via de contrato de mandato administrativo, no âmbito da agregação centralizada, promovida pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.

c) Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5M€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de contas, conforme determina o artigo 47.º da LOPTC

Natureza do contrato	Numero processo despesa	Total sem IVA
Material de Consumo Clinico	212A000033	943 500 €
	212G001157	744 000 €
	212A000030	600 000 €
	212A000031	576 210 €
	212A000034	552 500 €
	212A000027	442 500 €
	212G000014	377 000 €
	212A000002	374 250 €
	212A000046	335 520 €
	212A000038	330 600 €
	212G000013	319 400 €
	212G000032	242 790 €
	212G000017	233 000 €
	212G000018	226 900 €
	212G003770	198 560 €
	212G000087	190 300 €
	212G000016	166 390 €
	212G000037	131 725 €
	212G000099	108 505 €
	212G000021	104 150 €
	212G004687	103 600 €
	212G004689	63 067 €
	212G000019	63 067 €
	212G000096	22 840 €
Total de Material de Consumo Clinico		**7 450 373 €**
Serviços	219A000005	8 284 498 €
	219G002566	1 999 887 €
	219X000011	1 839 528 €
	219G000559	772 869 €
	219G000676	524 118 €
	219G001279	417 576 €
	219G000068	331 553 €
Total de Serviços		**14 170 029 €**
Produtos Farmacêuticos	211G000002	19 580 400 €
	211G001036	4 173 168 €
	211G000001	2 274 310 €
	211G000012	2 110 247 €
	211G000509	1 809 290 €
	211G000486	1 789 086 €

Natureza do contrato	Numero processo despesa	Total sem IVA
	211G000631	1 622 500 €
	211G001351	1 596 047 €
	211G000006	1 504 072 €
	211G001850	1 474 127 €
	211G000511	1 315 384 €
	211G000465	974 022 €
	211G000069	899 258 €
	211G001326	876 131 €
	211G000862	833 238 €
	211G000015	652 860 €
	211G000616	652 034 €
	211G000011	631 510 €
	211G000008	610 322 €
	211G000005	601 774 €
	211G000014	570 475 €
	211G001549	564 720 €
	211G000152	484 718 €
	211G000017	461 832 €
	211G001998	409 371 €
	211G000009	403 999 €
	211G001168	403 611 €
	211G001784	389 788 €
	211G001551	380 090 €
	211G000018	364 711 €
	211G000513	264 613 €
	211G002235	249 486 €
	211G001608	240 000 €
	211G001999	227 049 €
	211G001787	221 042 €
	211G000140	199 600 €
	211G001066	199 600 €
	211G001766	195 000 €
	211G000103	193 846 €
	211G000314	192 011 €
	211G002340	186 460 €
	211G000881	186 460 €
	211G001337	186 460 €
	211G002249	185 821 €
	211G002292	182 979 €
	211G000147	182 700 €
	211G000110	177 633 €
	211G001550	176 475 €
	211G000146	175 500 €
	211G002372	168 929 €
	211G000021	162 131 €
	211G001392	137 860 €
	211G001607	137 860 €
	211G000732	137 860 €
	211G000166	136 250 €
	211G001338	135 000 €
	211G000725	132 000 €
	211G001367	132 000 €
	211G001939	132 000 €
	211G000321	131 250 €
	211G000378	128 641 €
	211G000079	95 017 €
	211G001166	90 000 €
	211G001164	88 515 €
	211G000450	75 000 €
	211G002029	64 581 €
	211G001073	42 349 €
	211G000153	30 900 €
	211G000871	25 500 €
	211G002517	22 000 €
	211G000331	20 600 €
	211G001235	11 400 €
	211G002392	912 €
Total de Produtos Farmacêuticos		56 474 386 €
Total Geral		78 094 788 €

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Publicas (SNCP)

Natureza	Total sem Iva
Material de Consumo Administrativo	352 740 €
Imobilizado	93 081 €
Serviços	951 800 €
Material de Consumo Clinico	5 929 429 €
Produtos Farmacêuticos	36 828 939 €
Total	**44 155 989 €**

13. Quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLOE 2019.

As orientações previstas nos números 1 a 4 do art.º 158 do Dec. Lei 84/2019 de 28 de junho não são aplicáveis aos hospitais EPE, tendo em consideração o ponto 5 do referido artigo: "Considerando as especificidades da sua missão, a aplicação do disposto nos nºs 1 e 3 às entidades públicas empresariais integradas no SNS pode ser adaptada nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde."

Em 2021 continua a não existir enquadramento na Lei de Orçamento de Estado (Lei nº48/2021 de 23 de julho).

15. Do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º133/2013 de 3 Outubro, e do artigo 172 da LOE 2021 e artigo 115º do DLEO 2019.

Dando cumprimento ao regime aplicável nos termos do diploma acima referido, em 31 de Dezembro de 2021, cerca de 95,2% das disponibilidades do CHULN estavam depositadas no IGCP. No entanto, o Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE, de acordo com autorização de 21 de outubro de 2020, encontra-se excecionado da aplicação deste parecer para os anos de 2020 e 2021, por motivo de agilização na cobrança de taxas moderadoras e por utilização do sistema de *HomeBanking* do Banco Santander Totta.

Banca Comercial (€)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
CGD - Caixa Geral Depósitos SA	3 480,28 €	3 480,28 €	3 480,28 €	3 480,28 €
Banco Santander Totta	42 823,86 €	120 589,50 €	94 011,67 €	171 373,81 €
TOTAL	**46 304,14 €**	**124 069,78 €**	**97 491,95 €**	**174 854,09 €**

16. Divulgação das recomendações dirigidas ao CHULN resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como as medidas tomadas e o respetivo resultado.

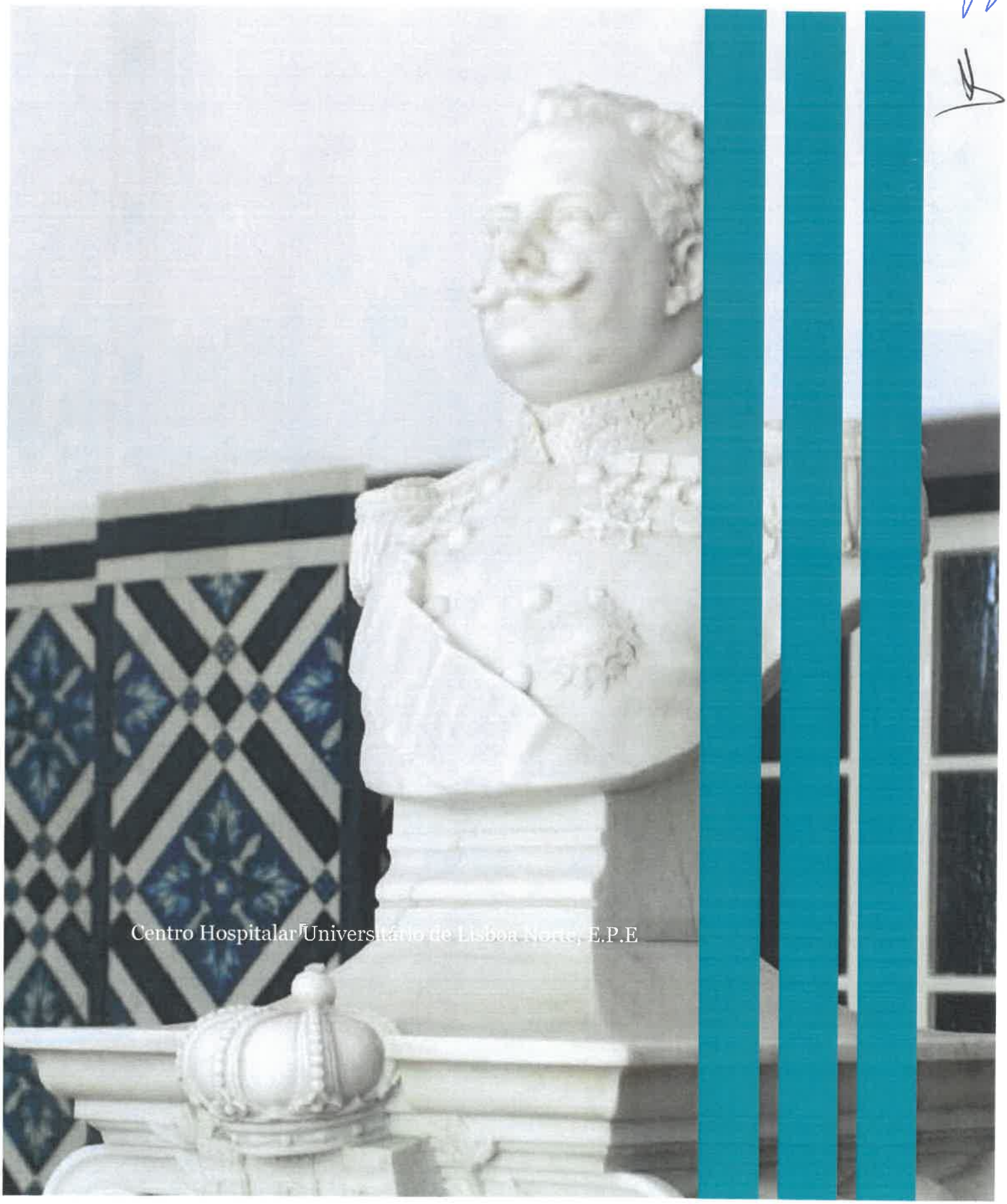
Nos últimos tês anos não foram rececionados no CHULN relatórios referentes a Auditorias do Tribunal de Contas.

19. Informação divulgada no sítio da Internet do SEE (portal da DGTF) a 31 de dezembro de 2021.

	Divulgação			Comentários
	Sim	Não	N. A.	
Existência de Site	X			www.chln.min-saude.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:	X			
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado	X			
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Instrumento de Comunicação de Irregularidades	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	



Relatório e Contas 2021



8 Análise do Desempenho Económico-Financeiro

A informação atinente à Atividade Assistencial e Desempenho Económico-Financeiro, cujo resultado se consubstancia, entre outros, no "Relatório Analítico e Desempenho Económico e Financeiro" e na "Demonstração de Resultados de Acompanhamento", continua a ser reportada com a periodicidade requerida, bem como a informação pretendida pela DGO para monitorização da Execução Orçamental e Despesa/Receita Covide, e para a DGTF através da plataforma SIRIEF, assim como outras de caráter esporádico que ao longo do ano sempre surgem, tendo o carácter de urgência como denominador comum.

A dotação orçamental inicial que nos foi atribuída para 2021 tal como em anos anteriores verificou-se insuficiente tal como antecipávamos e tivemos oportunidade de mencionar em sede de elaboração de memória justificativa do respetivo "Projeto de Orçamento", por escassa, o que nos obrigou a alertar por diversas vezes às Tutelas, Setorial e das Finanças, reforços de capital para solver compromissos assumidos e não pagos de anos anteriores e tentar obter ter um resultado equilibrado no ano, o que acabou por não se concretizar.

A insuficiência de dinheiro e o seu direcionamento para atividades *core* da instituição condiciona inapelavelmente, toda e qualquer proposta de inovação que possamos pensar implementar. No entanto, em 2021 foi efetuado um esforço no sentido de retomar os dois projetos que suportam a aplicação das Normas de Contabilidade Publica nº26 (Contabilidade Orçamental) e nº 27 (Contabilidade de Gestão), do SNC AP.

Contabilidade analítica – iniciámos no último trimestre a implementação de um modelo de obtenção de custos diretos e indiretos, baseado na informação obtida na contabilidade patrimonial, e que, introduzindo as regras de imputação nos permitirá obter uma visão da estrutura de custos por serviço/departamento no CHULN, base da contabilidade de Gestão.

Contabilidade Orçamental – face às inúmeras dificuldades encontradas na sua implementação em anos anteriores, apesar de todo o esforço das equipas internas, ainda não foi possível em 2021 concluir este projeto.

Assim, a presente análise Económico-financeira encontra-se baseada no referencial contabilístico SNC-AP, iniciado em 2018, não totalmente em funcionamento dada as dificuldades ainda não ultrapassadas de implementação da contabilidade orçamental (NCP 26).

Uma vez mais não podemos deixar de referenciar as circunstâncias que afetaram o ano de 2020 e 2021, obrigando a todo um esforço de concentração e articulação de serviços prestados e serviços de suporte e apoio à população que ao CHULN recorreu.

8.1 Desempenho Económico

O Resultado Líquido apresentado em 2021 negativo em 43.745.649€ e o EBITDA negativo de 32.469.941€ compara com um Resultado Líquido negativo de 61.047.183€ e um EBITDA negativo de 50.852.137€ do ano anterior.

Tal como em anos anteriores confirma-se um Resultado Operacional negativo dado o valor dos custos estruturais que o CHULN suporta. Salientamos os valores de CMVMC que continua sempre em crescendo face ao tipo de atividades complexas que prestamos, em termos de cuidados de saúde, chamando-se a atenção para o valor dos medicamentos utilizados em patologias não financiadas (71 793 540€, conforme página 79) aos FSE que acompanham a subida do salário mínimo refletida nas rubricas como limpeza, e alimentação.

Não poderemos, uma vez mais, deixar de salientar que para o resultado negativo em 2020 contribuiu a regularização do valor do Contrato Programa comunicado pela ACSS para o ano de 2014 negativo em 18.533.953€ e a regularização do Contrato Programa de 2015 negativo em 26.952.353€, que deveriam ter sido registados sem resultados registados, e que desvirtua as comparações face ao período homólogo.

Apresentamos no quadro seguinte as principais rubricas que concorrem para os resultados económico e financeiros:

Indicadores de Gastos, Rendimentos e Resultados (M€)	2021	2020	Variação 2021-2020
Gastos operacionais	**528,22**	**506,52**	**4,28%**
Rendimentos operacionais	**495,75**	**455,67**	**8,80%**
EBITDA	**-32,47**	**-50,85**	**-36,15%**
Amortizações	-11,22	-10,14	10,65%
Resultado Operacional antes gastos financiamento	**-43,69**	**-60,99**	**-27,87%**
Juros e rendimentos similares obtidos	0,02	0,01	0,00%
Juros e gasto similares suportados	-0,04	-0,04	0,00%

Resultados antes de impostos	**-43,71**	**-61,02**	**-28,37%**
Imposto do exercício	-0,03	-0,02	0,00%
Resultado Líquido	**-43,74**	**-61,04**	**-28,33%**

Analisando a evolução dos Ganhos e Rendimentos obtemos o seguinte quadro:

RENDIMENTOS OPERACIONAIS (M€)	2021	2020	Variação 2021-2020
Rendimentos operacionais	**495,8**	**455,7**	**8,80%**
Taxas Moderadoras	**2,8**	**3,8**	**-26,32%**
Prestação de Serviços	**370,0**	**292,7**	**26,39%**
SNS - Contrato Programa	356,0	326,2	9,15%
SNS - Acerto CP 2014 e 2015		-45,5	
SNS - Programas Verticais	6,2	5,1	20,86%
Outras entidades	7,8	6,9	12,39%
Transferências e subsídios correntes	**104,7**	**139,1**	**-24,75%**
Outros rendimentos operacionais	**18,1**	**20,0**	**-9,3%**
Juros e outros rendimentos similares	**0,2**	**0,1**	**0,00%**

O aumento global de 8,8%, que se traduz numa variação de 40,1 milhões de euros globais deve-se ao acréscimo de Produção contrabalançada pela diminuição de Custos de Contexto.

Refira-se que, o **Contrato-Programa SNS** foi reconhecido como rendimento não pelo total contratualizado, mas pelo valor faturável conforme comunicado no dia 30 de março pela ACSS.

O valor final do Contrato Programa 2021 inclui 103.195.878,69€ atribuídos a títulos de Rendimentos de Contexto (verba de convergência), o que embora em menor escala, evidencia o desajustamento dos preços do Contrato Programa, quer nas linhas de produção clássicas, quer nas do financiamento compreensivo, registado na rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes.** Dir-se-á que este valor é muito elevado, mas só o encargo com medicamentos utilizados em patologias não financiadas foi de 71 793 540 euros, como foi referido. Acresce o elevado valor da atividade assistencial não assegurado devido aos constrangimentos impostos pela pandemia.

Considerando a divulgação pela ACSS da Circular Informativa nº 1/2020 atualizámos as **Taxas Moderadoras** que se encontravam por cobrar e ainda não reconhecidas em Acréscimos.

A análise por linhas de produção é efetuada em capítulo próprio da Atividade Assistencial.

Os **Programas Verticais** em 2021 referem-se a Incentivos a Transplantes, Assistência Medica ao Estrangeiro, Atrofia Muscular Espinhal, e os valores estão de acordo com os transmitidos pela ACSS em de 29 de março.

A **Produção não SNS** reflete essencialmente os subsistemas, seguradoras e embaixadas. Destaque em 2021 para a estimativa constituída da faturação de hemodiálise que se encontra por validar pela ARSLVT desde 2014, sem que a plataforma instalada responda às validações criadas pela própria ARSLVT.

Em Outros Rendimentos Operacionais destacamos essencialmente a faturação de Medicamentos de Cedência de Ambulatório (11,3M€) em 2021, pois as rubricas de rendas recebidas pela concessão de exploração privada das nossas instalações e dos parques de estacionamento diminuíram drasticamente em consequência da pandemia.

Em relação aos Gastos e Perdas salientamos as principais rubricas, no seguinte quadro:

GASTOS OPERACIONAIS (M€)	2021	2020	Variação 2021-2020
Gastos operacionais	528,22	506,52	4,28%
Materiais de Consumo	231,07	213,23	8,37%
Fornecimento e serviços externos	68,64	63	8,95%
FSE serviços de saúde	20,68	19,83	4,29%
Outros FSE	47,96	43,17	11,1%
Gastos com pessoal	225,03	216,19	4,09%
Outros gastos Operacionais	3,5	14,1	>100%

Analisando em detalhe verificamos que o aumento dos Gastos Operacionais, em termos percentuais, se deve essencialmente à rubrica de Materiais de Consumos e Outros FSE. A mesma variação, mas em valor, permite verificar ainda o aumento em Gastos com Pessoal. O decréscimo de outros gastos operacionais está relacionado com o reforço de imparidades, reconhecendo a dificuldade de cobrança da divida das Regiões Autónomas em 2020. Todavia este valor continua bastante elevado em relação aos anos anteriores a 2021 devido ao reforço das imparidades em termos de processos judiciais em curso (Banca Farmafactoring).

Apresentamos em seguida alguns quadros detalhando as principais variações:

Detalhe de Gastos Operacionais (M€)	2021	2020	Variação 2021-2020
Materiais de Consumo	231,07	213,22	8,37%
Produtos farmacêuticos	176,69	162,81	8,53%
Medicamentos	161,36	147,51	-9,39%
Reagentes e outros	15,33	15,3	0,20%
Material consumo clinico	51,42	47,4	8,48%
Outros materiais de consumo	2,96	3,01	-1,66%

Na análise do consumo de medicamentos por Grupos Fármaco-Terapêuticos, verificou-se que os Grupos Terapêuticos com maiores custos no período em análise peso foram:

- Antineoplásicos e Imunomoduladores, com 42,7 %,
- Anti-Infecciosos, com 13,3%;
- Sistema Nervoso Central 13,3%;
- Sangue, com 7,6 %.

Como se pode verificar na página 78, a razão do aumento da despesa em medicamentos deveu-se fundamentalmente à variação de preços mas também ao acréscimo do número de doentes tratados.

Na variação dos preços estão incluídos os novos medicamentos, nomeadamente na sequência da cessação de programas de acesso precoce (caso da amiloidose e fibrose quística).

Não existem valores significativos de decréscimo dos medicamentos de especial relevo, sendo que o mais significativo foi o grupo dos medicamentos "hormonas e medicamentos usados nas doenças específicas" com menos 514 mil euros.

Os grupos terapêuticos com maior crescimento foram em termos financeiros:

- Sistema Nervoso Central, com mais € 4.715.063 (mais 21,3%);
- Medicamentos Antineoplásicos e Imunomoduladores, com mais € 4.699.989 (mais 5,8 %);
- Aparelho Respiratório, com mais € 2.402.132 (mais 56,6%);
- Vacinas e Imunoglobulinas, com mais € 2.264.236 (mais 33%).

Analisando o consumo de medicamentos por área de produção, observa-se um acentuado peso do consumo de medicamentos no Ambulatório (Consulta Externa + Hospital de Dia), o qual representou 84,4% do consumo total em medicamentos.

Por área, destaca-se o crescimento do consumo de medicamentos na área Outros, com mais 126,1% (€3.671.573) em relação ao período homólogo; e na área Hospital de Dia com mais 16,4 % (€16.300.326).

Em sentido contrário está a área dos MCDTs com uma descida de 59,1% (-3.706.156) e a área da consulta externa com uma descida de 4% (€-2.303.137).

O acréscimo do Material de Consumo Clínico está relacionado com o aumento de produção, nomeadamente registando-se um aumento de 29,5% na linha de artigos cirúrgicos, com relevância nos blocos operatórios de Cirurgia Ambulatório, Oftalmologia, Urologia e bloco operatório de Urgência, havendo também crescimento bastante acentuado em Dispositivos médicos das Unidades de *pacing* Cardíaco, Unidade Cardiologia Intervenção (UCI) e na Unidade Técnicas de Gastro (UTG). Nota também para o contínuo crescimento de consumo no material de proteção (luvas de nitrilo (47%) e máscaras de alta filtração (48%). Em relação aos consumos por serviço, são estes que se destacam (BO Urgência, Urologia, Cirurgia Ambulatório, Oftalmologia, e as Unidades de pacing Cardíaco, UCI, UTG), sendo que 37 centros de custo são responsáveis por 80,4% dos consumos.

No que concerne ao Fornecimentos e Serviços Externos verificamos o seguinte

GASTOS OPERACIONAIS (M€)	2021	2020	Variação 2021-2020
Fornecimento e serviços externos	**68,63**	**63,00**	**8,94%**
FSE serviços de saúde	**20,68**	**19,83**	**4,29%**
Meios complementares de Diagnostico	**5,8**	**5,28**	**9,85%**
Patologia clínica	2,4	1,93	**24,35%**
Meios complementares de terapêutica	**5,7**	**5,63**	**1,24%**
Internamentos	**4,87**	**5,57**	**-12,57%**
Psiquiatria	2,15	1,98	**8,59%**
Continuados	1,16	0,55	**110,91%**
SIGIC	1,56	3,04	**-48,68%**
Outros FSE	**47,95**	**43,17**	**11,07%**
Serviços Médicos e outros RH	2,28	2,33	**-2,15%**
Transporte de doentes	5,59	4,93	**13,39%**
Serviços de alimentação	4,66	4,38	**6,39%**
Serviços de Lavandaria	2,01	1,88	**6,91%**
Vigilância e segurança	2,90	2,91	**-0,34%**
Conservação e reparação	14,39	11,37	**26,56%**
Comunicações	0,42	0,23	**82,61%**
Eletricidade	3,29	3,47	**-5,19%**
Combustíveis e lubrificantes	0,24	0,22	**9,09%**
Água	0,67	0,63	**6,35%**
Limpeza, higiene e conforto	6,03	5,43	**11,05%**

Destacamos o aumento nas rubricas Patologia Clínica acompanhando a produção interna, e em simultâneo o grande decréscimo da rubrica de SIGIC substituída pelo recurso à produção interna. As rubricas de Serviços Médicos pelo recurso à contratação, destinada a reforçar o corpo médico, continuam em linha com os valores verificados no ano anterior.

Quanto aos acréscimos verificam-se nas seguintes rubricas – Lavandaria devido ao reforço de horas contratadas para lavagem extra de roupa e Limpeza, higiene e conforto.

Em relação aos Gastos com Pessoal a sua variação encontra-se explanada em capítulo próprio inserido nos Recursos Humanos.

8.2 Execução Orçamental Económica – Contrato Programa

RENDIMENTOS E GASTOS (€)	Acumulado ano 2020	Acumulado ano 2021	Orçamento ano 2021 *	Desvio face ao Orçamento	
				Em valor	Em %
Impostos, contribuições e taxas	3 826 173 €	2 794 236 €	4 600 000 €	-1 805 764 €	-39,26
Vendas	5 196 €	8 881 €	5 000 €	3 881 €	77,62
Prestações de serviços e concessões	292 690 383 €	370 066 234 €	379 485 203 €	-9 418 969 €	-2,48
Transferências e subsídios correntes obtidos	139 145 325 €	104 742 556 €	104 795 879 €	-53 322 €	-0,05
Variações nos inventários da produção	0 €	0 €	0 €	0 €	
Trabalhos para a própria entidade	1 929 416 €	1 809 064 €	1 500 000 €	309 064 €	20,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-213 228 862 €	-231 071 707 €	-231 046 000 €	25 707 €	0,01
Fornecimentos e serviços externos	-63 000 867 €	-68 639 512 €	-69 853 432 €	-1 213 920 €	-1,74
Gastos com o pessoal	-216 188 942 €	-225 034 469 €	-222 375 097 €	2 659 372 €	1,20
Transferências e subsídios concedidos	0 €	0 €	0 €	0 €	
Prestações sociais	0 €	0 €	0 €	0 €	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0 €	0 €	0 €	0 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-7 882 591 €	-138 134 €	0 €	138 134 €	
Provisões (aumentos/reduções)	-3 678 430 €	-2 191 023 €	-500 000 €	1 691 023 €	338,20
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0 €	0 €	0 €	0 €	
Aumentos/reduções de justo valor	0 €	0 €	0 €	0 €	
Outros rendimentos e ganhos	18 072 751 €	16 330 326 €	17 000 000 €	-669 674 €	-3,94
Outros gastos e perdas	-2 541 690 €	-1 146 394 €	-400 000 €	746 394 €	186,60
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	**-50 852 137 €**	**-32 469 941 €**	**-16 788 448 €**	**-15 681 494 €**	**93,41**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-10 140 111 €	-11 221 050 €	-10 200 000 €	1 021 050 €	10,01
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0 €	0 €	0 €	0 €	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	**-60 992 248 €**	**-43 690 991 €**	**-26 988 448 €**	**-16 702 543 €**	**61,89**
Juros e rendimentos similares obtidos	12 531 €	27 326 €	5 000 €	22 326 €	
Juros e gastos similares suportados	-38 467 €	-43 985 €	-40 000 €	3 985 €	
Resultado antes de impostos	**-61 018 183 €**	**-43 707 649 €**	**-27 023 448 €**	**-16 684 202 €**	**61,74**
Imposto sobre o rendimento	-29 000 €	-38 000 €	0 €	38 000 €	
Resultado líquido do período	**-61 047 183 €**	**-43 745 649 €**	**-27 023 448 €**	**-16 722 202 €**	**61,88**

Variação dos **Gastos** relevantes para EBITDA	-506 521 381 €	-528 221 239 €	-524 174 529 €	4 046 710 €	0,77
Variação dos **Rendimentos** relevantes para EBITDA	455 669 244 €	495 751 298 €	507 386 081 €	-11 634 783 €	-2,29
EBITDA	**-50 852 137 €**	**-32 469 941 €**	**-16 788 448 €**	**-7 588 073 €**	**93,41**

* de acordo com a Demonstração de Resultados incluida no Contrato Programa 8/01/2021

Destacamos aqui as principais variações no que concerne aos Gastos e Perdas, como sejam os decréscimos em FSE em que o destaque vai para a linha de subcontratos cuja orçamentação foi superior aos serviços utilizados no ano e para o SIGIC que contrabalança com o acréscimo dos outros fornecimentos externos, fruto da legislação laboral em vigor que afetou praticamente todas as rubricas de serviços hoteleiros. Este efeito veio a acrescer ao esforço efetuado para dotar a infraestrutura do CHULN de meios de receber os utentes Covid-19, o que significou maiores gastos de limpeza, lavandaria, vigilância.

Os Gastos com Pessoal refletem as alterações legislativas sendo que em 2021 o desvio se destaca nos Outros Suplementos cujo acréscimo é manifestamente inferior ao orçamentado.

Salientamos ainda em 2021 a continuação de reforçar as imparidades perante os processos em tribunal que incluem a Banca FarmaFactoring (2 milhões de euros).

Do ponto de vista dos Rendimentos e Ganhos as maiores variações em termos percentuais relacionam-se com as taxas moderadoras e as prestações de serviços. Devido à continuação da situação de pandemia no primeiro quadrimestre de 2021 o projeto de recuperação de taxas moderadoras não teve o impacto previsto perante orçamento.

Os desvios por linha de produção encontra-se explicados no capítulo da atividade assistencial.

8.3 Impacto COVID-19 - Compromissos e Pagamentos

Face à situação pandémica vivida no ano de 2020 que se prolongou com impacto no primeiro quadrimestre de 2021, o CHULN, apesar de o orçamento disponível ao longo do ano nem sempre permitir acomodar as respetivas necessidades em tempo útil, sempre assumiu os seus compromissos. De forma a visualizar o impacto existente dos compromissos traduzidos em faturação e também os pagamentos relacionados, anexamos quadro resumo com as rubricas mais significativas:

Milhares de €

Ano 2021	Faturas	Pagamentos
Detalhe de Janeiro até 31 Dezembro		
Medicamentos	330	316
Reagentes	3 173	1 343
MCC	6 050	4 357
Gestão Hoteleira	105	25
Ferramentas e utensílios	72	65
Manutenção e conservação	137	134
Limpeza e higiene	585	529
Locação (contentor)	638	442
Vigilância	47	25
Assistência Técnica	206	191
Trabalhos especializados	41	35
Edifícios e outras construções	1 536	1 480
Hardware/Software	50	50
Equipamento básico	1 324	1 050
Sub-Total	**14 294**	**10 042**
Gastos com Pessoal		
Contratações		1 831
Prémios Desempenho Covid-19		35
Folgas e feriados		270
Aumento horas extraordinárias		4 130
Aumento horas prevenção		182
Aumento de outros abonos		1 746
Entidade patronal		2 012
		10 206
TOTAL GERAL	**14 294**	**20 248**

8.4 Síntese Execução Orçamental – Receita e Despesa

No ano de 2021 o Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte participou na elaboração do Orçamento de Estado apresentando os valores que descriminamos nos quadros abaixo, com os dados já reportados para a Direção Geral do Orçamento no período 13 – Conta de Gerência

Execução Orçamental Receita

RUBRICA	MAPA RECEITA - ORÇAMENTO FINANCEIRO 2021	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	TOTAL	GRAU DE EXECUÇÃO %
04	Taxas, multas e outras penalidades	2 500 000 €	2 500 000 €	2 117 840 €	84,71
06	Transferências correntes	1 744 500 €	2 027 940 €	1 905 554 €	93,97
07	Venda de Bens e Serviços	578 989 123 €	578 789 123 €	485 660 207 €	83,91

08	Desc pp	100 000 €	100 000 €	66 €	0,07
10.00	Comparticipação Projetos	2 381 688 €	3 101 559 €	1 029 352 €	33,19
16.00	Saldo transitado		2 279 879 €	2 279 879 €	100,00
12.06	Comparticipação Projetos (POSEUR)	6 226 020 €	7 385 448 €	7 385 448 €	100,00
12.07	Passivos Financeiros		45 359 212 €	45 359 212 €	100,00
TOTAL		591 941 331 €	641 543 161 €	545 737 558 €	85,07

A previsão corrigida sobre a inicial representou um reforço de 14,37% para uma taxa de execução que atingiu os 85,07%.

- O valor inscrito na linha de taxas reflete as imputações monetárias recebidas em 2021. O acréscimo de recebimentos comparativamente aos anos anteriores é explicado pelo aumento de atividade assistencial.
- As transferências correntes cobradas em 2021 resultaram acima do expectável inicial pelo esforço de cobrança nomeadamente ao nível dos Ensaios Clínicos mantendo-se em linha com os recebimentos em 2019 (antes pandemia).
- A rúbrica de Vendas e Prestação de Serviços ressalva a dependência total dos adiantamentos ao contrato programa para fazer face às despesas incorridas.

Em relação às rubricas de Comparticipação de Projetos o CHULN continuou com dificuldades em executar os necessários procedimentos aos processos de despesa, e consequente cumprimento da execução dos projetos que culminaria com o respetivo reembolso. Não obstante ainda conseguimos receber o montante indicado, atingindo 33% do orçamentado e mais importante foram iniciados os contactos para obter a aprovação da prorrogação de alguns prazos de execução. Salientamos o valor do POSEUR que arrancou em 2020 finalizando o ano de 2021 com quase 100% do projeto executado, tendo sido solicitada a prorrogação do prazo para o primeiro semestre de 2022.

Execução Orçamental Despesa

MAPA DESPESA - ORÇAMENTO FINANCEIRO 2021	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	TOTAL PAGAMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO %
01 Despesas com pessoal	220 679 416 €	225 805 974 €	224 799 668 €	224 799 276 €	99,55
02 Aquisição de bens e serviços correntes	352 715 021 €	393 081 115 €	414 466 450 €	306 113 339 €	77,88
06 Outras despesas correntes	205 000 €	155 000 €	90 768 €	60 687 €	39,15
07 Aquisição de bens de capital	18 341 894 €	20 221 193 €	17 298 168 €	13 548 742 €	67,00
TOTAL	591 941 331 €	639 263 282 €	656 655 054 €	544 522 044 €	85,18

Analisando a execução do mapa da Despesa verificamos:

- O agrupamento 01 de Despesas com Pessoal necessitou de um reforço de 5,1 milhões de euros o que representa um acréscimo de 2,3% devido às imposições legais, cumprindo-se assim o orçamentado.

- Em relação ao agrupamento 02 de Aquisições de Bens e Serviços Correntes, tal como previsto na Memória descritiva de acompanhamento à elaboração o OE durante o ano de 2021 houve necessidade de reforçar este agrupamento. Destacamos os 45,3 milhões recebidos da DGFT (fonte 721) para cobertura de resultados transitados como contrapartida de pagamento da divida a fornecedores por antiguidade. A distribuição deste valor destinou-se unicamente para aquisição de bens (produtos farmacêuticos e material de consumo clinico).

  Este agrupamento recebeu ainda o reforço por via da renegociação do contrato programa. No entanto foi essencialmente ao nível das aquisições de bens que a diferença entra a dotação inicial e a corrigida se distanciou.

- O agrupamento de aquisições de capital está bastante condicionado pelo equilíbrio entres as fontes de receita e despesa, assim detalhando este agrupamento verifica-se o seguinte:

MAPA DESPESA - ORÇAMENTO FINANCEIRO		F. Financ	Dotação inicial	Dotação Corrigida	Compromissos	Pagamentos	Grau Execução %
07.01.03.B0.B0	Edifícios e Outras construções	513	8 583 693 €	8 297 190 €	2 709 799 €	1 799 316 €	21,69
07.01.03.B0.B0	Edifícios e Outras construções	541		718 151 €	718 151 €	718 151 €	100,00
07.01.03.B0.B0	Edifícios e Outras construções - POSEUR	362	385 678 €	385 678 €	292 551 €	292 551 €	75,85
07.01.03.B0.B0	Edifícios e Outras construções - POSEUR	432	6 226 020 €	7 385 448 €	6 419 838 €	7 385 448 €	100,00
07.01.07.B0.B0	Equipamento Administrativo - Hardware	513	1 000 000 €	1 040 000 €	547 336 €	686 466 €	66,01
07.01.08.B0.B0	Equipamento Administrativo - Software	513	1 000 000 €	1 009 000 €	914 348 €	279 356 €	27,69
07.01.09.B0.B0	Equipamento Administrativo	513	5 000 €	139 000 €	131 348 €		0,00
07.01.09.B0.B0	Equipamento Administrativo	541	0 €	1 720 €	1 720 €	1 720 €	>100
07.01.10.B0.B0	Equipamento Básico-Fundação EDP	414	100 000 €	100 000 €	0 €	0 €	0,00
07.01.10.B0.B0	Equipamento Básico - Equipamentos	513	1 041 503 €	1 145 006 €	5 563 075 €	2 385 734 €	208,36
	Sub Total		18 341 894 €	20 221 193 €	17 298 166 €	13 548 742 €	85,54

O projeto de Investimento, inserido na procura de um ambiente mais sustentável do ponto de vista ambiental incluído no POSEUR, em 2020 teve finalmente o seu início e rapidamente atingimos quase 100% de execução. Realçamos assim o enorme esforço financeiro do CHULN para renovar o seu parque tecnológico, efetuando os investimentos indispensáveis para melhorar a produtividade recorrendo na maioria dos casos á sua receita própria.

Assim sendo, podemos afirmar que apesar do CHULN efetuar a gestão possível da dotação de receitas que lhe é atribuída, e de alertar em sede própria que a mesma é insuficiente para o cumprimento cabal da sua missão, existem outros fatores que não podemos deixar de enumerar, e que constituem uma pressão diária, como seja:

- Existência de um diferencial entre o Orçamento Financeiro (OE) e o Orçamento Económico (CP) sendo que o primeiro é submetido na Direção Geral do Orçamento, sob a alçada do Ministério das Finanças, e o segundo assinado entre o Conselho de Administração e a ARSLVT em representação do Ministério da Saúde.

- Aumento da despesa em Medicamentos fruto da pressão dos utentes em face das novas terapêuticas, constituindo fatores exógenos, não previsíveis, e o elevado custo com medicamentos utilizados em patologias não financiadas que em 2021 totalizou 67 903 540 euros, conforme se pode verificar na página 80, sem qualquer contrapartida de financiamento tornando o orçamento financeiro manifestamente insuficiente para absorver tanto os compromissos como os pagamentos.

- O volume da dívida existente em 31 de dezembro de 2020, que transitou em Balanço para 2021, alvo do reforço dos 45 milhões de euros acima descritos, destinado única e exclusivamente a este fim, foi insuficiente para que a divida no final de 2021 não constitua um problema para a elaboração do OE de 2022.No entanto fruto de uma apertada política de pagamentos por antiguidade o valor dos arrears diminuiu face ao ano anterior.

De modo a responder às necessidades não planeadas de recursos humanos e materiais isolamos no quadro infra os valores afetos à medida 095, intitulada "Contingência covid-19 - prevenção, contenção, mitigação e tratamento" que se destina às despesas diretamente decorrentes, no domínio da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica.

MEDIDA 095 - COVID 19	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	TOTAL PAGAMENTOS
01 Despesas com pessoal	0 €	10 020 009 €	10 206 049 €	10 206 050 €
02 Aquisição de bens e serviços correntes	0 €	18 528 004 €	12 479 394 €	20 977 030 €

07	Aquisição de bens de capital	0 €	2 390 001 €	3 079 860 €	3 533 160 €
	TOTAL	0 €	30 938 014 €	25 765 303 €	34 716 240 €

8.5 Desempenho Financeiro

O Balanço apresenta um Total de Ativo de **490.982.176€** para um Património Líquido negativo em **18.146.094€** e um Passivo de **509.128.270€.**

Balanço Sintético

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		
Ativos fixos tangíveis	210 394 130 €	203 844 048 €
Propriedades de investimento	117 148€	-
Outros ativos financeiros	879 227 €	804 091 €
Total do Ativo Não Corrente	**211 390 505 €**	**204 648 139 €**
Ativo corrente		
Inventário	38 855 545 €	34 997 264 €
Clientes, contribuintes e utentes	59 698 982 €	47 817 727 €
Estado e outros entes públicos	409 064 €	515 873 €
Outras contas a receber	175 798 677 €	177 831 358 €
Diferimentos	281 069 €	286 076 €
Outros ativos financeiros		
Caixa e depósitos	4 548 335 €	4 969 427 €
Total do Ativo Corrente	**279 591 671 €**	**266 417 726 €**
Total do Ativo	**490 982 176€**	**471 065 865 €**
Património/Capital	312 440 000 €	312 440 000 €
Reservas	11 330 486 €	11 330 486 €
Resultados transitados	-311 809 454 €	-296 121 483 €
Outras variações no património liquido	13 638 523 €	14 779 217 €
Resultado líquido do período	-43 745 649 €	-61 047 183 €
	-18 146 094 €	**-18 618 963 €**
Provisões	8 844 269 €	6 653 246 €
Financiamentos obtidos	14 791 959 €	14 791 959 €
Total do Passivo Não Corrente	**23 636 228 €**	**21 445 205 €**
Fornecedores	171 124 958 €	162 424 086 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	167 874 957 €	156 946 968 €
Estado e outros entes públicos	7 978 471 €	7 538 141 €
Fornecedores de investimentos	5 825 973 €	4 279 508 €
Outras contas a pagar	132 678 948 €	137 042 184 €
Diferimentos	8 736 €	8 736 €
Total do passivo corrente	**485 492 043 €**	**468 239 623 €**
Total do passivo	**509 128 270 €**	**489 684 828 €**
Total do Património Liquido e Passivo	**490 982 176 €**	**471 065 865 €**

No ano de 2021 registamos em propriedades de investimento parte de um imóvel doado por testamento ao CHULN e ao IPO Lisboa. No ano de 2021 os investimentos, atingiram os 17,9

milhões de euros estando 35% em curso, essencialmente respeitantes a projetos financiados pelo POSEUR referentes à Eficiência Energética do HSM.

Tendo por base os valores de inventários, as Existências Finais contabilísticas refletem o valor de 38.855.545€, dos quais 33.627.627€ (86,5%) corresponde a Produtos Farmacêuticos, influenciado pela redução do Custo Médio Ponderado (CMP), e pelo efeito da emissão de Notas de Crédito (NC) pela Indústria Farmacêutica, abatidas aos Consumos, no montante global de 37,3 milhões de euros (em 2020 foi de 34,5 milhões de euros).

As dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes ascendiam a 59.698.982€ em 31 dezembro 2021 em que as ARS representam 54.300.432€ (90,9%), incluindo ainda imparidades acumuladas de 18.796.423€.

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos, utilizando o critério fiscal de constituição de imparidades para dívidas com antiguidade superior a dois anos, com avaliação casuística. Foram constituídas em 2021 Imparidades para Cobrança Duvidosa no montante total de 221.781€, e foram eliminados 83.647€ relativos a dívidas que foram recuperadas.

No seguimento do preconizado no Manual de Consolidação da ACSS não foram constituídas imparidades sobre as dívidas a cobrar a entidades do SNS.

As Provisões para os riscos inerentes aos processos em Tribunal que se encontram em curso são anualmente ajustadas em função das informações do Gabinete Jurídico e da Sociedade de Advogados BAS. Na sequência dessas informações, em 2021 foram reconhecidos/reavaliados dezoito novos processos, tendo sido reforçada a provisão em 2.398.431€ e eliminados dez processos no valor de 378.179€. Salientamos ainda o reforço de 2.002.988€ face à injunção interposta pela Banca Farma Factoring, no que concerne a juros de atraso de pagamento, de faturas, superiores a 60 dias.

Incluído na linha de Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar foram efetuados Acréscimos e Diferimentos a Gastos e a Rendimentos, conforme detalhe em quadro anexo:

Os saldos a 31/12/2021 são os seguintes:

Acréscimo de Rendimentos (€)	31/dez/21	31/dez/20
Prestações de Serviços a faturar		
SNS	117 791 962 €	117 137 004 €
Não SNS	40 058 829 €	35 742 336 €
Outros rendimentos	**9 100 068€**	**7 479 785 €**

Total	166 950 859 €	160 359 125 €

O valor registado no SNS concerne aos CP, desde 2017 à data, que se encontram por encerrar, enquanto o valor não SNS reflete, essencialmente, a produção pendente de subsistemas, hemodiálise e taxas moderadoras.

Acréscimo de Gastos (€)	31/dez/21	31/dez/20
Gastos com pessoal	26 294 077 €	26 906 369 €
Fornecimentos e serviços externos	15 513 289 €	14 946 356 €
Medicamentos	274 430 €	890 269 €
Outros a liquidar	161 405 €	161 405 €
Total	42 243 201 €	42 904 399 €

A rubrica de Gastos com Pessoal inclui a estimativa de férias e subsídio de férias a pagar em 2022 referente a 2021 e respetivos encargos.

Os Fornecimentos e Serviços Externos incluem as faturas emitidas pelos fornecedores em 2022, mas relativas a gastos de 2021 como sejam os gastos de utilities, serviços hoteleiros, transporte de doentes e cuidados respiratórios, bem como os valores de Termos de Responsabilidade emitidos em 2021 cujas faturas não foram contabilizadas no ano, por ainda não terem sido enviadas pelo prestador do serviço, ou por não estarem conferidas.

8.6 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

Dívida Total a Terceiros, da **Dívida Vencida** e dos ***Arrears*** (pagamentos em atraso há mais de 90 dias, após data de vencimento).

Verificamos que a dívida em 2021 se manteve praticamente em linha com 2020:

Ano	Dívida Total	Dívida Vencida	*Arrears*
2019	274.381.284€	55.224.302€	123.278.194€
2020	247.775.662€	46.467.820€	96.841.340€
2021	251 225 858€	51 905 188€	84 568 812€

Os valores em 31 de dezembro de 2021 são os reportados para a ACSS em 10 de janeiro de 2022.

Para a manutenção do valor de arrears na grandeza apresentada, contribuiu o impacto do saldo com a ARSLVT de 80% (69.125.492€).

Para a redução da dívida contribuíram, sobretudo:

- A atribuição em 3 de agosto de 2021, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, recebemos verba de 11.515.000€ a título de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, consignada ao pagamento de dívida vencida;
- A atribuição em 7 e 9 de dezembro de 2021, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, recebemos verba de 33.844.212€ a título de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, consignada ao pagamento de dívida vencida;

Este esforço de diminuição de *arrears* é tanto mais notório se detalharmos o tipo de entidade que o compõe:

Designação	Valor da Dívida
Arrears	**84 568 811,84 €**
Fornecedores Externos	1 672 023,76 €
Outras Entidades do Estado	26 898,83 €
SNS	82 869 889,25 €
Dívida Vencida	**51 905 188,13 €**
Fornecedores Externos	49 570 730 73 €
Outras Entidades do Estado	962 958,80 €
SNS	1 371 498,60 €
Dívida Vincenda	**114 751 858,27 €**
Fornecedores Externos	112 362 710,94 €
Outras Entidades do Estado	1 243 099,04 €
SNS	1 146 048,29 €
Total	**251 225 858,24 €**

Neste contexto, o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) em 2021 foi de 168 dias, menos 8 dias do que o realizado em 2020, não tendo no entanto conseguido cumprir o objetivo proposto para o ano (132 «PMP «150 dias).

Apesar da melhoria destes indicadores só possível pelo reforços do ano, continuam a existir fatores considerados como de risco para obtermos uma redução na divida porque os Rendimentos Operacionais são manifestamente insuficientes para absorver os Gastos Operacionais da instituição, quer do ponto de vista estrutural, quer do ponto de vista exógeno.

Esta pressão continua nos Gastos Operacionais reflete-se essencialmente na rubrica de Produtos Farmacêuticos que aponta para uma tendência de crescimento pelo fato da nossa instituição constituir referência para tratamentos, procura pelos utentes, introdução de inovações, que a nível terapêutico quer de novos medicamentos e dispositivos médicos. A inovação tecnológica do nosso hospital é uma necessidade premente, e para isso temos recorrido aos projetos comunitários, no âmbito do Portugal 2020 (POSEUR/SAMA) todavia estes apenas são uma comparticipação.

Ao longo do ano fomos implementando medidas no sentido de tentar reduzir este impacto nomeadamente através de insistência escrita perante a Tutela com situações perfeitamente exógenas e isoladas como o caso dos dois pacientes de atrofia muscular espinhal e ainda, conforme já referido neste relatório, cujo resultado veio a ser reconhecido no final do ano. No que concerne à obtenção de Receita era importante que a Tutela nos apresentasse mecanismos alternativos de regularização de dívidas às Regiões Autónomas bem como designação da Entidade Financeira Responsável pela dispensa de medicamentos de ambulatório a subsistemas, faturação esta devolvida pelas respetivas ARS´s responsáveis.

8.7 Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros

	Unidade	2021	2020
Indicadores de Produtividade			
VAB	M€	194,89	176,9
Excedente Bruto de Exploração	M€	-30,1	-39,3
Massa Salarial	M€	225,03	216,2
Número de Colaboradores		6 656	6 538
Produtividade Económica do Trabalho	%	29,28	27,06
Produtividade Salarial	%	0,87	0,82
Produtividade Global	%	0,84	0,83
Geral	%	0,58	0,57
Reduzida	%	0,93	0,93
PMP publicado ACSS (RCM nº 34/2008)	Dias	168	176
Período de Rotação Stocks	Dias	61	60
Peso dos Custos com Pessoal nos Custos Totais	%	41,69	41,73
Absorção de Proveitos Totais por Custos com Pessoal	%	45,36	47,31

Autonomia Financeira	%	-3,70	-3,95
Solvabilidade	%	-3,56	-3,80

As demonstrações financeiras, os mapas, os indicadores e os rácios que integram este Relatório objetivam o exame da situação atual e, também, a apreciação das tendências e perspetivas futuras da Empresa demonstrando, assim, a situação difícil em que o Centro se encontra, em termos económicos mas principalmente ao nível financeiro. Permite-nos ainda a análise do impacto de algumas medidas importantes que caracterizaram o ano de 2021.

Apresentamos em seguida alguns dos principais rácios da atividade de 2021 e a situação no final do período em análise, do modo que se segue:

- Ao nível de desempenho económico os resultados operacionais apresentados resultam negativos em 43 milhões de euros, no entanto a estrutura de custos alterou-se pelo aumento generalizado das três grandes linhas (CMVMC; FSE e Gastos com Pessoal)
- A contribuição para a criação de valor é expressa pelo VAB que ascende a 194,89M€, aumentando 10% em relação ao VAB gerado em 2020.
- O rácio de Produtividade Económica do Trabalho aumenta para 29,28%, com o peso dos Gastos com o Pessoal a representar 41,7% do total dos encargos suportados, representando o fato da estrutura de custos se equilibrar contribuindo para tal o aumento dos Custo de Mercadorias.
- Relativamente ao PMP, verifica-se uma melhoria significativa, fruto das entradas de liquidez, a título de aumento de capital que permitiram liquidar dívida por antiguidade. O valor a pagar mensalmente ao IPST, contribui decisivamente para esta redução ao nível da linha dos fornecedores do SNS. Salientamos que o financiamento do CHULN tem sido feito através de recurso a dívidas a terceiros.
- No que concerne ao Rácio de Liquidez Geral este apresenta um ligeiro acréscimo traduzido pelo aumento do ativo corrente sobre o passivo corrente, acompanhado pelo indicador de Liquidez Reduzida, que se mantém, traduzindo a manutenção da capacidade de solver os compromissos a curto prazo.
- Por fim, refiram-se os índices de Autonomia Financeira e Solvabilidade que melhoraram substancialmente em relação ao ano anterior. Todavia permanecem negativos o que traduz a não existência de ativos suficientes para liquidar o passivo corrente.

Proposta de Aplicação de Resultados

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente do artigo 26.º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E. propõe que o Resultado Líquido negativo apurado no período de 2021, no montante de 43.745.649,28€ euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.



Demonstrações Financeiras

Exercício 2021

Balanço em 31-12-2021

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2021	SNC-AP 31/12/2020
ACTIVO			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	5	210 394 129,58	203 844 048,10
Propriedades de investimento	8	117 148,34	0,00
Outros ativos financeiros		879 226,92	804 090,53
		211 390 504,84	**204 648 138,63**
Ativo corrente			
Inventário	10	38 855 544,90	34 997 264,22
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	59 698 981,62	47 817 727,26
Estado e outros entes públicos	18.1	409 064,22	515 873,30
Outras contas a receber	18.1	175 798 676,85	177 831 358,16
Diferimentos		281 068,62	286 076,28
Outros ativos financeiros	18.1	0,00	0,00
Caixa e depósitos	2.1	4 548 335,10	4 969 426,97
		279 591 671,31	**266 417 726,19**
Total do Ativo		**490 982 176,15**	**471 065 864,82**
PATRIMONIO LIQUIDO			
Património/Capital		312 440 000,00	312 440 000,00
Reservas		11 330 485,92	11 330 485,92
Resultados transitados	2	-311 809 453,74	-296 121 482,89
Outras variações no património liquido	2	13 638 523,16	14 779 216,64
Resultado líquido do período		-43 745 649,28	-61 047 182,85
		-18 146 093,94	**-18 618 963,18**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		8 844 268,54	6 653 245,81
Financiamentos obtidos	21.1	14 791 959,00	14 791 959,00
		23 636 227,54	**21 445 204,81**
Passivo corrente			
Fornecedores	18.2	171 124 958,06	162 424 086,45
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2	167 874 957,29	156 946 967,56
Estado e outros entes públicos	18.2	7 978 470,67	7 538 140,59
Fornecedores de investimentos	18.2	5 825 972,55	4 279 508,44
Outras Contas a pagar	18.2	132 678 947,72	137 042 183,89
Diferimentos		8 736,26	8 736,26
		485 492 042,55	**468 239 623,19**
Total do Passivo		**509 128 270,09**	**489 684 828,00**
Total do Património Liquido e Passivo		**490 982 176,15**	**471 065 864,82**

Demonstração de resultados por natureza em 31-12-2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	14	2 794 236,45	3 826 172,90
Vendas	13.2	8 880,85	5 196,34
Prestações de serviços e concessões	13.1	370 066 234,12	292 690 382,98
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	104 742 556,36	139 145 325,07
Trabalhos para a própria entidade	5	1 809 063,96	1 929 416,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-231 071 707,09	-213 228 861,84
Fornecimentos e serviços externos	21.2	-68 639 512,14	-63 000 866,68
Gastos com o pessoal	19	-225 034 468,59	-216 188 941,51
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-138 134,12	-7 882 590,67
Provisões (aumentos/reduções)	15	-2 191 022,73	-3 678 430,22
Outros rendimentos e ganhos	13.4	16 330 326,16	18 072 750,76
Outros gastos e perdas		-1 146 394,43	-2 541 690,21
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**-32 469 941,20**	**-50 852 136,79**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-11 221 049,62	-10 140 110,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**-43 690 990,82**	**-60 992 247,75**
Juros e rendimentos similares obtidos		27 326,23	12 532,42
Juros e gastos similares suportados		-43 984,69	-38 466,52
Resultado antes de impostos		**-43 707 649,28**	**-61 018 182,85**
Imposto sobre o rendimento	21.4	-38 000,00	-29 000,00
Resultado líquido do período		**-43 745 649,28**	**-61 047 182,85**

Demonstração das alterações ao Património Líquido em 31-12-2021

Descrição	Notas	Património Líquido Atribuído aos Detentores do Património Líquido da Entidade que Controla								Interesses que não Controlam	Total do Património Líquido
		Capital/Património Subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		**312 440 000**	**2 692 645**	**8 637 841**	**-296 121 483**	**0**	**14 779 217**	**-61 047 183**	**-18 618 964**		**-18 618 963**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras Alterações Reconhecidas no Património Líquido	2						-1 140 693		**-1 140 693**		
							-1 140 693		**-1 140 693**		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					**0**	**0**		**-43 745 649**	**-43 745 649**		
RESULTADO INTEGRAL					**0**	**0**	**-1 140 693**	**-43 745 649**	**-44 886 343**		
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Entradas para Cobertura de Perdas	2				45 359 212				**45 359 212**		
Outras Operações					-61 047 183			61 047 183	**0**		
		0	0	0	-15 687 971		0	61 047 183	**45 359 212**		0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		**312 440 000**	**2 692 645**	**8 637 841**	**-311 809 454**	**0**	**13 638 523**	**-43 745 649**	**-18 146 094**		**-18 146 094**

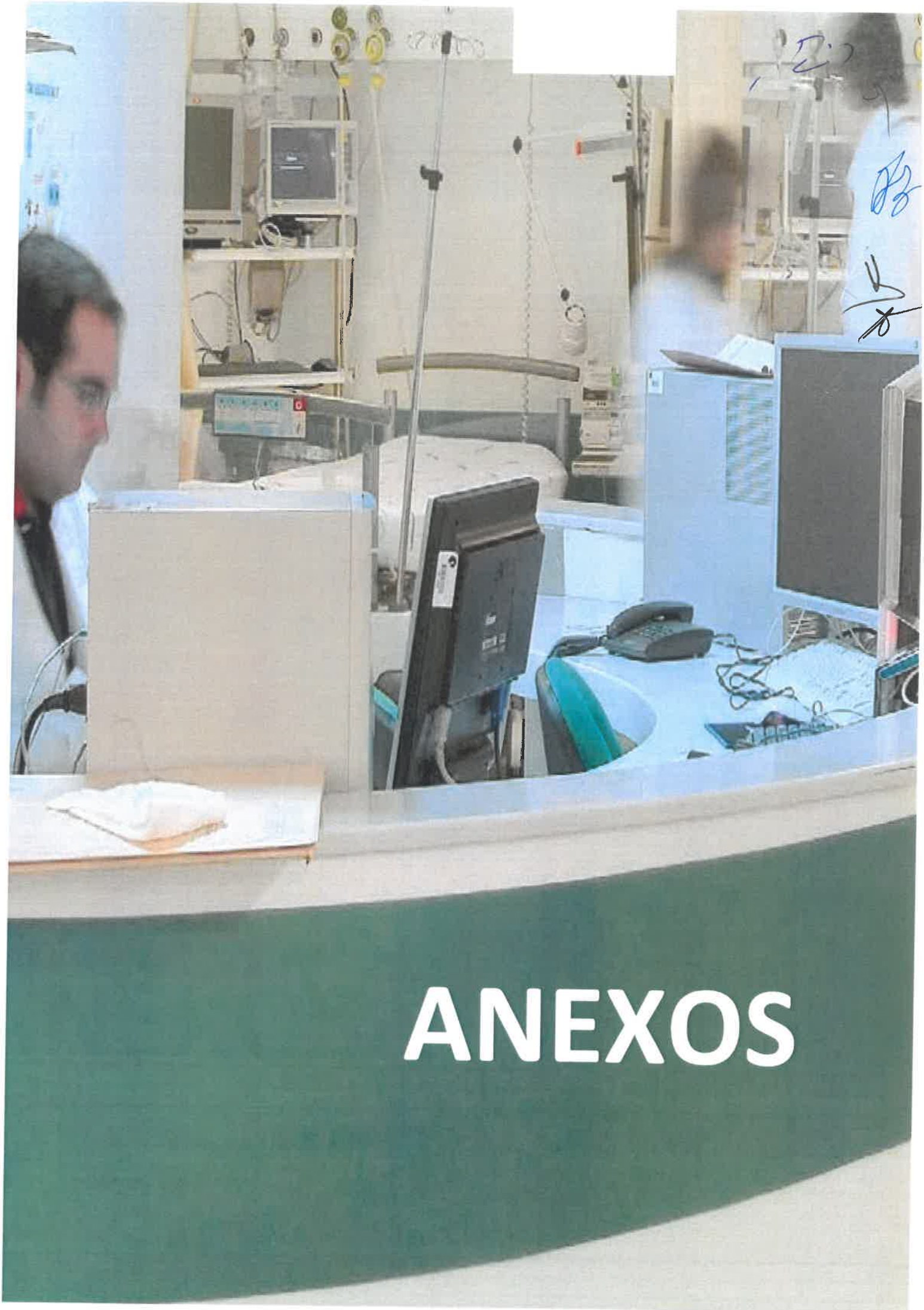
Demonstração das alterações ao Património Líquido em 31-12-2020

Descrição	Notas	Património Líquido Atribuído aos Detentores do Património Líquido da Entidade que Controla								Interesses que não Controlam	Total do Património Líquido
		Capital/Património Subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		**312.440.000**	**2.692.645**	**8.637.841**	**-289.313.873**	**0**	**11.073.158**	**-46.889.316**	**-1.359.545**		**-1.359.545**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2						3.706.059		**3.706.059**		
							3.706.059		**3.706.059**		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					**0**	**0**		**-61.047.183**	**-61.047.183**		
RESULTADO INTEGRAL					**0**	**0**	**3.706.059**	**-61.047.183**	**-57.341.124**		
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Entradas para cobertura de perdas	2				42.368.256				**42.368.256**		
Outras operações					-49.175.867			46.889.316	**-2.286.551**		
		0	0	0	-6.807.611		0	46.889.316	**40.081.705**	0	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		**312.440.000**	**2.692.645**	**8.637.841**	**-296.121.483**	**0**	**14.779.217**	**-61.047.183**	**-18.618.964**		**-18.618.963**

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31-12-2021

Rubricas	Notas	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes/Utentes		490 093 777,72	485 878 917,78
Pagamentos a Fornecedores		-306 722 771,19	-316 873 570,76
Pagamentos ao Pessoal		-225 834 254,58	-210 890 296,86
Caixa Gerada Pelas Operações		**-42 463 248,05**	**-41 884 949,84**
Outros Recebimentos/Pagamentos		-70 043,00	-28 672,23
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		**-42 533 291,05**	**-41 913 622,07**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis	5	-10 761 052,09	-5 039 140,85
Investimentos Financeiros		-198 735,46	-247 747,93
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao Investimento		7 687 219,73	3 990 782,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		**-3 272 567,82**	**-1 296 106,78**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital			
Cobertura de Prejuízos	2	45 359 212,00	42 368 256,00
Doações		25 555,00	588 243,54
Investimentos Financeiros			
Pagamentos Respeitantes a:			
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		**45 384 767,00**	**42 956 499,54**
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		-421 091,87	-253 229,31
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		4 969 426,97	5 222 656,28
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		4 548 335,10	4 969 426,97
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		**4 969 426,97**	**5 222 656,28**
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	2.1	**4 548 335,10**	**4 969 426,97**





ANEXOS



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO 2021

1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, EPE

Sede Social: Avenida Professor Egas Moniz

Endereço Eletrónico: administracao@chln.min-saude.pt

Pagina Internet: www.chln.min-saude.pt

Natureza da Atividade Principal: Atividade dos estabelecimentos de saúde com internamento

O Decreto-Lei 23/2008 de 8 de Fevereiro criou o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E., por fusão do Hospital Santa Maria E.P.E. e do Hospital Pulido Valente, E.P.E.

Assim, o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E. é, desde 1 de Março de 2008, uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial com o número de pessoa coletiva 508481287.

Pelo Despacho da DGO nº P/3469/2014 de 9 Abril de 2014, foi o Centro Hospitalar Lisboa Norte classificado como Entidade Publica Reclassificada (EPR), integrando o setor institucional das Administrações Públicas para efeitos do Orçamento de Estado.

Em 3 de Agosto de 2018, com a publicação do Decreto-Lei nº61/2018 o Centro Hospitalar Lisboa Norte EPE altera a sua designação para Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, EPE.

O Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E. é um estabelecimento de referência no Serviço Nacional de Saúde, desempenhando funções diferenciadas na prestação de cuidados de saúde, de formação pré, pós graduada e continuada, bem como na área de investigação.

A sua atividade centrada no primado do doente, através da prestação de cuidados de saúde diferenciados à população da sua zona de influência abarca, também, a referenciação diferenciada em múltiplas áreas clínicas, no contexto regional, nacional e dos países de expressão portuguesa.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Publicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de Contabilidade Publica (NCP) relevantes para a entidade.

De acordo com a Instrução nº1/2019 – PG do Tribunal de Contas as entidades legalmente obrigadas a aplicação do SNS AP devem prestar contas em plataforma de acesso que valida a submissão das mesmas, no entanto atendendo que ainda não implementámos a Norma da Contabilidade Publica (NCP 26), ao abrigo do nº3 da Resolução nº2/2021 publicada em 24/12/2021 e com a Lei nº 75-B/2020 o OE2021, solicitámos autorização extraordinária para aplicação do Normativo SNC, que não obriga à apresentação de demostrações orçamentais, tendo a mesma sido concedida em informação, via oficio, recebido no passado dia 15 de março 2022.

Em 2015, foi publicado o Decreto-lei nº 192/2015 de 11 de Setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Publicas (SNC-AP), aplicável às entidades públicas reclassificadas, produzindo efeito a partir de 1 de Janeiro de 2017. Posteriormente é publicado o Decreto-lei nº 85/2016 de 21 de Dezembro adiando esta decisão para 1 de Janeiro de 2018.

No ano de 2018, de acordo com as instruções da UNILEO em simultâneo com as instruções da ACSS, o CHULN aplicou o normativo SNC-AP no que diz respeito à contabilidade financeira, desenvolvendo internamente esforços ao nível da aplicação do normativo da contabilidade orçamental.

Tendo sido o ano 2018, o ano de transição entre sistemas normativos POCMS – SNC-AP foi necessário realizar uma reconciliação ao nível do balanço de modo a permitir a comparabilidade entre os dados relatados no ano anterior e o ano em causa. Em 2021 não havendo já essa necessidade podemos afirmar que existe comparabilidade entre os dados de 2020 e 2021.

Uma das alterações efetuadas prendeu-se com os Ativos comparticipados através de Programas Comunitários e Projetos Co-financiados que (até ao ano 2017) eram amortizados, na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários, pela amortização das comparticipações registadas na Rubrica de Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para Investimentos. Com a entrada em vigor do SNC AP (Ano 2018) os valores registados nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos transitaram para o Passivo – Património Liquido de acordo com a NCP 14 tendo sido estas as reclassificações modificativas realizadas. No ano 2021, o CHULN continua a aplicar as regras da NCP14 conforme indica o quadro abaixo:

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período de 2021			Período de 2020		
			Dem. Resultados	Balanço		Dem. Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Estado -Sub -Região	42 422	42 422	933 052	42 337	42 337	975 474
		Piddac 97-HPV	9 929	9 929	264 252	9 931	9 931	274 181
		Fundos Comunitários	1 096 483	1 096 483	5 687 447	989 555	989 555	7 074 571
		Unidade Inter.Cuidados Paliativos	2 514	2 514	163 231	2 514	2 465	165 745
		Feder-HPV				43 559	43 559	1
		Outros-IGIF	43 884	43 884	1 665 324	43 826	39 916	989 339
		Totais	1 195 233	1 195 233	8 713 307	1 131 722	1 127 762	9 479 312

Para além dos subsídios indicados no quadro entraram para nas rubricas do Património Liquido os seguintes itens:

- Doações: 554.099,64€
- Resultados Transitados anos anteriores – 61.047.182,85€
- Cobertura de Prejuízos: 45.359.212€

Para garantir a sustentabilidade das entidades SNS, foram efetuados os seguintes movimentos:

- A atribuição em 3 de agosto de 2021, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, recebemos verba de 11.515.000€ a título de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, consignada ao pagamento de dívida vencida;
- A atribuição em 7 e 9 de dezembro de 2021, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, recebemos verba de 33.844.212€ a título de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, consignada ao pagamento de dívida vencida;

As verbas transferidas são monitorizadas e controladas pela Inspeção – Geral das Finanças e o acompanhamento é efetuado pela Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

A publicação da Circular Normativa nº 1/2022 da ACSS veio definir os procedimentos para o encerramento e reporte das contas do exercício de 2021.

Esta publicação foi efetuada para que, a Conta Consolidada do Ministério da Saúde, possa cumprir os objetivos constantes da Recomendação da Auditoria à conta Consolidada do Ministério da Saúde, emitida pelo Tribunal de Contas.

Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era a que se encontra no quadro abaixo:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Conta						
Caixa	41 865		41 865	38 021		38 021
Depósitos à ordem						
Depósitos à ordem no IGCP	4 233 273		4 233 273	4 682 757		4 682 757
Depósitos bancários à ordem	174 854		174 854	150 306		150 306
Outros Depósitos no IGCP		98 343	98 343		98 343	98 343
Total de caixa e depósitos	4 449 992	98 343	4 548 335	4 871 084	98 343	4 969 427

As quantias indisponíveis para uso referem-se a depósitos relacionados com processos a decorrer no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – Juízo Trabalho do Barreiro (Juízo 2 e Juízo 7).

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com os seguintes princípios/pressupostos:

Continuidade

- As demostrações financeiras foram preparadas no sentido de dar continuidade às operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceite em Portugal.

Acréscimo

- Os Rendimentos e os Gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, de acordo com regime do acréscimo.

Relevância

- Estão agregadas as linhas de itens que não sejam materialmente relevantes.

Comparabilidade

- As políticas contabilistas e os critérios de mensuração adotados em 2021 são comparáveis com os usados na preparação das demostrações financeiras em 2020.

As demonstrações financeiras demonstram uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

As notas não mencionadas, não se aplicam ao Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, respeitam a fatos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram durante o exercício em causa.

Todas as notas apresentam valores em euros e respeitam a ordem estabelecida no referencial contabilístico normativo da Administração Publica.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

A partir da data de transição, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para o SNC-AP, a Entidade considerou como custo dos ativos fixos tangíveis o seu custo de aquisição.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os gastos de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida em que são incorridos, de acordo com o regime de acréscimo.

A Entidade procede a testes de imparidade, relativamente aos seus ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiciem que o valor contabilístico destes ativos excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu "justo valor deduzido de custos de alienação" e o seu "valor de uso", sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos

de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado dos ativos e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Designação	Vida Útil (Média)
Edifícios e Outras Construções	40 Anos
Equipamento Básico	14 Anos
Equipamento de Transporte	14 Anos
Equipamento Administrativo	10 Anos
Outros Ativos tangíveis	13 Anos

Os períodos de vida úteis, o método de depreciação e o valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

b) Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor valor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Entidade reduz o custo dos inventários para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

c) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de

períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Entidade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000€ está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000€ e até 7.500.000€;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000€ e até 35.000.000€;
- 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000€.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016 é de doze anos. Para os períodos de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 01 de janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 01 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o imposto diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Entidade procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiveram direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e,
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

d) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

e) Transações sem contraprestação

A Entidade reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e os critérios de reconhecimento.

Um anúncio de uma intenção de transferir recursos para a Entidade não é em si mesmo suficiente para identificar esses recursos como controlados. A Entidade apenas reconhece um ativo quando pode reclamar esses recursos e excluir ou regular o acesso do cedente a esses recursos.

Caso existam restrições sobre ativos transferidos, a Entidade procede à sua divulgação.

No caso de ofertas e doações, incluindo bens em espécie, quando as condições de reconhecimento estão cumpridas, é reconhecido um ativo por contrapartida de património líquido.

O ativo é mensurado pelo seu justo valor ou, no caso de terrenos e edifícios, pelo seu valor patrimonial bruto.

f) Subsídio e outros apoios das entidades públicos

Os subsídios das Entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido e, subsequentemente, quando

respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio de Entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Entidade sem qualquer gasto futuro relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar défices de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos.

g) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Entidade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

h) Ativos e passivos contingentes

A Entidade não reconhece ativos nem passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

i) Instrumentos financeiros

A Entidade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra Entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam ligados a instrumentos financeiros e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida quando executados, e se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros que a Entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade;
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam: (i) de montante fixo; ou, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e,
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Após o reconhecimento inicial, a Entidade mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo, resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

Considera-se que existe prova objetiva de imparidade quando ocorrem os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- O credor, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;

- Torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora a diminuição não possa ser ainda identificada para um dado ativo financeiro individual do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou setoriais adversas.

Os ativos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes são agrupados com base em similares caraterísticas de risco de crédito.

j) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma Entidade após dedução de todos os seus passivos.

k) Benefícios dos empregados

Remunerações, salários, contribuições para a segurança social e caixa geral de aposentações, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no exercício em que os serviços associados são prestados pelos empregados do CHULN.

As demonstrações financeiras do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte refletem, na conta de Outras contas a pagar, o montante dos encargos com férias e subsídios de férias e respetivos encargos sociais, cujos direitos já se venceram, mas o pagamento ainda não é devido.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outras Contas a Receber ou Outras Contas a Pagar, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

m) Rendimento de transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalente, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalente de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecido como rendimento de juro de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser mensurada ao justo valor do ativo recebido.

Venda de bens

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;
- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a Entidade; e,
- Os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

Prestações de serviços

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;

- É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade; e,
- Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

n) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 13 de maio de 2021, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 17.

2.3 Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Para além das estimativas incluídas na Nota 2.6, não foram identificados julgamentos com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As situações identificadas que são suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte encontram-se detalhadas na Nota 2.3. Não se identificaram situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

O SNC-AP pressupõe que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são apresentadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Entidade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Entidade é apresentada na Nota 2.2.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Entidade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Entidade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Entidade quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo:

- Verificação pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) da produção referente aos anos de 2017 a 2021;

- Decisões das Entidades que regulam o Serviço Nacional de Saúde, incluindo o Ministério da Saúde, ACSS e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP (ARSLVT);

- Alterações da conjuntura económica; e,

- Deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicara determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. De acordo com a NCP 15, e com base nas situações dos vários processos e o seu possível desfecho, segundo a opinião técnica dos causídicos.

Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada do equipamento operacional foi determinada pela Entidade com base no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado que constava da Portaria n.º 671/2000 que, com base na nossa experiência, consideramos uma boa estimativa da vida útil destes ativos.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de acordo com o descrito no capítulo das outras políticas contabilísticas relevantes, encontram-se registados ao custo depreciado, as depreciações foram calculadas de acordo com o CIBE - Cadastro do Inventário dos Bens do Estado (Portaria 671/2000, de 17 de Abril). Desde 2012, ano em que se procedeu à normalização do referido cálculo, utiliza-se para esse efeito o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de artigo.

Salientamos que não foram aplicadas as taxas de depreciação publicadas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento incluídos no Plano de Contas Multidimensional porque dificuldades técnicas, dada a dimensão do número de itens do cadastro.

Mantivemos no Balanço o valor atribuído aos Terrenos e aos Edifícios, pois apesar de o CHULN não deter a propriedade legal do Hospital de Santa Maria é na realidade que tem na sua posse o controlo do bem no montante de Terreno de 45.328.000€ e Edifícios de 87.257.223,87€, indo de encontro à definição de Ativo na Estrutura Conceptual do SNC AP. Não tendo bases em 2021 para utilizar outro critério de valorização mantivemos a política contabilística praticada em anos anteriores.

Os ativos fixos tangíveis comparticipados através de Programas Comunitários e Projetos Co-financiados são depreciados, na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens do CHULN.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item ativos fixos tangíveis e mensurados ao custo de aquisição.

Ativos Tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

(valores expressos em euros)

Rubricas	Ano 2021				Ano 2020			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão								
Outros Ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	60 200 700			60 200 700	60 200 700			60 200 700
Edifícios e outras construções	180 616 913	85 378 311		95 238 602	177 238 176	82 253 511		94 984 664
Equipamento básico	140 733 208	108 080 351		32 652 857	138 627 586	101 845 472		36 782 115
Equipamento de transporte	642 960	611 404		31 556	626 006	605 226		20 780
Equipamento administrativo	35 672 242	30 379 852		5 292 390	35 372 937	29 014 578		6 358 359
Equipamentos biológicos								
Outros ativos tangíveis	468 274	409 338		58 936	468 274	403 739		64 534
	418 334 297	224 859 256		193 475 041	412 533 679	214 122 527		198 411 152
Ativos fixos tangíveis em curso	16 919 089			16 919 089	5 432 896			5 432 896
	16 919 089			16 919 089	5 432 896			5 432 896
Total	435 253 386	224 859 256		210 394 130	417 966 575	214 122 527		203 844 048

Ativos Tangíveis - quantia escriturada e variações do período

(valores expressos em euros)

Rubricas	Quantia escriturada	Variações 2020/2021								
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Outros Ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	60 200 700									60 200 700
Edifícios e outras construções	94 984 664	3 224 899	153 839				-3 124 800			95 238 602
Equipamento básico	36 782 115	2 001 845					-6 020 345		-429 112	32 334 503
Equipamento de transporte	20 780	16 954					-6 178			31 556
Equipamento administrativo	6 358 359	357 949					-1 579 809		-58 644	5 077 855
Equipamentos biológicos										
Outros ativos tangíveis	64 534	**532 888**					-5 598			591 824
	198 411 152	6 134 535	153 839				-10 736 729		-487 756	193 475 041
Ativos tangíveis em curso	5 432 896	11 640 032							-153 839	16 919 089
	5 432 896	11 640 032							-153 839	16 919 089
Total	203 844 048	17 774 567	153 839				-10 736 729		-641 595	210 394 130

Ativos Tangíveis – adições

(valores expressos em euros)

Rubricas	Adições			
	Internas	Compra	Doação, herança, Legado ou perdido a favor do Estado	Total
	(1)	(2)	(6)	(11)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Ativos fixos em concessão				
Outros Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	1 809 064	1 415 835		3 224 899
Equipamento básico		1 664 078	337 768	2 001 845
Equipamento de transporte			16 954	16 954
Equipamento administrativo		275 265	82 684	357 949
Equipamentos biológicos				
Outros ativos tangíveis		532 888		532 888
	1 809 064	3 888 065	437 406	6 134 535
Ativos tangíveis em curso		11 640 032		11 640 032
		11 640 032		11 640 032
Total	1 809 064	15 528 098	437 406	17 774 567

O valor de adições de 6,1 milhões de euros apresentados no equipamento básico evidencia a política do CHULN na contínua aposta na renovação e inovação tecnológica dos seus equipamentos.

Ativos Tangíveis – diminuições

(valores expressos em euros)

Rubricas	Diminuições			
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Outras	Total
	(1)	(2)	(5)	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Ativos fixos em concessão				
Outros Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico	-429 112			-429 112
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	-58 644			-58 644
Outros ativos tangíveis				
	-487 756			-487 756
Ativos tangíveis em curso		-153 839		-153 839
		-153 839		-153 839
Total	-487 756	-153 839		-641 595

As diminuições ocorridas em 2021 referem-se a abates, essencialmente de equipamento básico e/ou administrativo.

Ativos Tangíveis - depreciações

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos	Diminuições	
	2021	2020
Depreciações reconhecidas nos resultados		
Outros Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	3 124 800	3 024 100
Equipamento básico	6 020 345	4 822 450
Equipamento de transporte	6 178	10 270
Equipamento administrativo	1 579 809	1 313 580
Equipamentos biológicos		
Outros ativos tangíveis	5 598	6 136
	10 736 729	9 176 536
Total	10 736 729	9 176 536

Não existem ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para venda.

8. Propriedades de Investimento

Em 2021 foram doados por testamento, em partes iguais, ao CHULN e ao IPO Lisboa, imoveis que não estando afetos a atividade desenvolvida, foram registados como propriedades de investimento, utilizando o critério valor patrimonial atual, constante da certidão predial.

Propriedades de Investimento - quantia escriturada e variações do período

(valores expressos em euros)

Rubricas	Quantia escriturada	Variações 2020/2021							Quantia Escriturada Final
		Adições [3]	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Diferenças Cambiais	Diminuições	
	(1)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	[9]	(10)
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público									
Terrenos e recursos naturais	0	29 299	0	0	0	0	0		29 299
Edifícios e outras construções	0	87 896	0	-46	0	0	0		87 850
Outras propriedades de investimento									
	0	117 194	0	-46	0	0	0		117 148
Propriedades de investimento em curso									
	0	0	0	0	0	0	0		0
Total	0	117 194	0	-46	0	0	0		117 148

Propriedades de Investimento – adições

(valores expressos em euros)

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público										
Terrenos e recursos naturais					29 299					29 299
Edifícios e outras construções					87 896					87 896
Outras propriedades de investimento										
	0	0	0	0	117 194	0	0	0	0	117 194
Propriedades de investimento em curso										
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	117 194	0	0	0	0	117 194

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de inventários tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Inventários		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	38 855 544,90	34 997 264,22
Imparidade acumulada	0	0
Quantia recuperável	38 855 544,90	34 997 264,22

A demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 detalham-se como segue:

Demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas

(valores expressos em euros)

Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas		
Descrição	2021	2020
	Mat. Primas Sub. Consumo	Mat. Primas Sub. Consumo
Existências Iniciais - 1 Jan	34 997 264,22	32 318 272,26
Compras:		
Produtos farmacêuticos	181 371 314,77	164 182 282,44
Material Consumo Clinico	50 822 593,52	47 897 610,81
Outras compras inventários	2 992 932,03	3 264 968,06
Regularizações existências	-256 852,55	-562 992,49
Existências Finais - 31 Dez	38 855 544,90	34 997 264,22
Custos do Exercício	231 071 707,09	213 228 861,84

Não existem quantias escrituradas de inventário dados como penhor de garantia a passivos.

13. Rendimentos de transação com contraprestação

No quadro seguinte apresentamos os rendimentos de transação com contraprestação globais:

(valores expressos em euros)

Tipo de transação com contraprestação	2021			2020		
	Faturado	Estimado	Total	Faturado	Estimado	Total
Prestações de Serviços						
Serviço Nacional de Saúde	360 458 862	526 414	**360 985 276**	279 437 944	6 288 949	**285 726 893**
Outros Subsistemas	7 109 529	1 971 429	**9 080 958**	4 992 061	1 971 429	**6 963 490**
Total Prestações Serviços	367 568 392	2 497 843	**370 066 234**	284 430 005	8 260 378	**292 690 383**
Venda de bens	8 881	0	**8 881**	5 196		**5 196**
Juros	27 326		**27 326**	12 531		**12 531**
Transf. - ensaios clínicos	1 546 678		**1 546 678**	1 065 129		**1 065 129**
Outros Rendimentos e Ganhos						
Medicamentos	11 300 713		**11 300 713**	12 509 165	0	**12 509 165**
Parques	772 077		**772 077**	685 997	0	**685 997**
Programas Verticais	5 701 360	526 414	**6 227 774**	1 967 345	993 733	**2 961 078**
Outros reembolsos	1 225 500		**1 225 500**	1 874 211	0	**1 874 211**
Total Outros Rendimentos e Ganhos	18 999 649	526 414	**19 526 063**	17 036 718	993 733	**18 030 451**
Total	**388 150 925**	**3 024 257**	**391 175 182**	**302 549 580**	**9 254 111**	**311 803 690**

13.1. Prestação de Serviços

A rubrica de prestação de serviços, serviço nacional de saúde, inclui essencialmente os rendimentos associados ao contrato-programa estabelecido entre o CHULN e o Ministério da Saúde, constitui o instrumento de definição e de quantificação das atividades a realizar pelo Centro Hospitalar, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Assim, o contrato-programa define, nomeadamente, os objetivos de produção e da sua remuneração, bem como os apoios extraordinários concedidos (designadamente para compensar as obrigações do Centro Hospitalar no âmbito do serviço público de saúde) e ainda os programas especiais propostos pelo Ministério da Saúde.

Até 2017, os acréscimos de rendimentos eram registados com base em estimativas calculadas pelo CHULN, tendo em consideração a produção realizada e os preços estabelecidos no respetivo contrato programa. Com vista à eliminação de diferenças de consolidação, a partir de 2017 a ACSS passou a indicar os valores das estimativas a serem contabilizadas pelas instituições do SNS, que o CHULN tem assumido nos seus registos contabilísticos. Em 2021 foram estimados na rubrica de outras contas a receber, o montante de 526.421€ relativo à produção associada ao SNS, estando os valores apresentados em consonância com o email recebido da ACSS no dia 30 de março de 2022.

13.2. Venda de Bens

Venda de bens - O rendimento é reconhecido quando os riscos e benefícios inerentes a posse dos ativos são transferidos para o comprador. As vendas aqui reconhecidas não são produtos, mas sim materiais vendidos a títulos de resíduos.

13.3. Outros Rendimentos e Ganhos

O rendimento é reconhecido quando os riscos e benefícios inerentes a posse dos ativos são transferidos para o comprador. Salientamos nesta linha a faturação de medicamentos de ambulatório as respetivas ARS (11,3M € em 2021) como valor mais significativo. Não incluímos neste quadro os rendimentos que não tem uma contraprestação (acertos de inventario, entre outros).

Transferências – Ensaios Clínicos

Em relação a esta rubrica, incluímos a mesma no quadro explicativo, pois consideramos como rendimento de transação com contraprestação o valor de ensaios clínicos, recebido de acordo com as clausulas estabelecidas em protocolo. Este valor na Demonstração de Resultados por natureza esta incluído na linha de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos (nota 14).

14. Rendimentos de transação sem contraprestação

No período findo em 31 de dezembro de 2021, os rendimentos sem contraprestação tinham a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período		Quantia por receber		Adiantamentos recebidos
	(2)		(3)		
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos, Contribuições e Taxas	2 794 236			1 616 195	
Transferências e Subsídios correntes obtidos					
Rendimentos de Contexto	103 195 879				
Sobras de Inventario	467 133				
Imputação subsídios investimento	2 124 021				
Totais	106 457 248	0,00	0,00	1 616 195,30	0,00

Consideramos como rendimentos de contexto o valor informado pela ACSS/ARSLVT em sede da Adenda ao Contrato Programa 2021 assinado em 8 de janeiro de 2021.

14.1. Impostos, Contribuições e Taxas

Esta rubrica é usada exclusivamente para apresentar os valores apurados para as taxas moderadoras dos utentes. Em 2021, foram especializadas taxas moderadoras de atos médicos realizados no valor de 3.489.583,55€.

15. Provisões. Passivos contingentes e ativos contingentes

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

Provisão	Quantia escriturada inicial 2021	Aumentos		Diminuições		Quantia Escriturada Final
		Reforços	Total aumentos	Utilizações	Total diminuições	
	(1)	(2)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)
Impostos, contribuições e taxas						
Garantias a clientes						
Processos judiciais em curso	6 653 246	2 398 431	2 398 431	207 409	207 409	8 844 269
Total	**6 653 246**	**2 398 431**	**2 398 431**	**207 409**	**207 409**	**8 844 269**

Considerou-se a situação dos vários processos e o seu possível desfecho, segundo a opinião técnica dos causídicos.

16. Efeito de alterações em taxas de câmbio

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro, que é também a moeda funcional da Entidade.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, no caso dos ativos e passivos monetários, são registadas na demonstração dos resultados.

À data de 31 de dezembro de 2021 não existem passivos/ativos em moeda estrangeira

17. Acontecimentos após data do Balanço

Aquando a elaboração deste relatório o país encontra-se expectante quanto aos efeitos de medio prazo do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e a avaliação do impacto futuro, essencialmente, no mundo ocidental.

Acresce ainda que ainda nos encontramos em fase de recuperação da epidemia causada pelo novo Coronavírus (SARS-COV-2). O surgimento desta doença, designada por COVID-19, desencadeou uma emergência de saúde pública de âmbito internacional, colocando todas as componentes do setor da saúde sob elevada tensão que se prolongou em 2021, atingindo o seu pico no primeiro quadrimestre.

Encontram-se ainda por aprovar as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2013 e seguintes, sendo convicção do Conselho de Administração que serão aprovadas sem alterações ou sem alterações significativas.

18. Instrumentos Financeiros

18.1. Ativos financeiros

O detalhe dos Instrumentos Financeiros Ativos, bem como o respetivo movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, era como se segue:

Ativos Financeiros – quantia escriturada

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Ativos financeiros	Nota	2021					
		Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
			Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas por imparidade	Outros	
Outros ativos financeiros							
Fundo de compensação de trabalho		804 091		279 492		204 355	879 227
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado							
Clientes c/c	(a)	47 817 728		410 327 881		398 446 627	59 698 982
Clientes de cobrança duvidosa	(a)	18 658 289		234 745		96 611	18 796 423
Perdas por imparidade acumuladas	(a)	-18 658 289	83 647		221 781		-18 796 423
Estado e outros entes públicos							
Pagamentos especiais por conta	(b)	332 325		33 191		140 000	225 516
Retenções na fonte: Terceiros	(b)	183 548		0		0	183 548
Outras contas a receber							
Pessoal		216 394		86 608 247		86 647 590	177 052
Devedores por acréscimos rendimentos	(c)	160 359 125		528 873 050		522 281 317	166 950 858
Outros devedores (Estado)	(d)	12 257 430		683 397		8 321 347	4 619 481
Outros devedores (outros)	(e)	4 998 409		6 780 241		7 727 364	4 051 286
Caixa e Depósitos bancários		4 969 427		590 481 573		590 902 665	4 548 335
Outros ativos financeiros	(f)	0					0
Totais		231 938 477	83 647	1 624 301 817	221 781	1 614 767 875	241 334 285

a) Em 31 de Dezembro de 2021 cerca de 99% do saldo de Clientes concentrava-se em 3 entidades:

- Instituições da SPA/SNS (3.312.229,25€);
- ARS (54.300.432,36€);
- Instituições do SEE (1.557.087,22€)

Os clientes de cobrança duvidosa representam 99% do valor apresentado em cobranças duvidosas. Desse valor cerca de 36 % pertencem à Sociedade Megalabirinto (6.839.773€). Foram constituídas, em 2020, imparidades para as Instituições do Estado e Regiões Autónomas (8M€). A perda por imparidade

acumulada de 18.796.423€ foi reforçada em 2021 por 221.781€ utilizando o critério já usado em anos anteriores, ou seja, 100% das dívidas de Clientes Não Estado com antiguidade superior a 2 anos.

b) Na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, estão registados os valores a receber relativos a pagamento especial por conta e a retenções realizadas por terceiros.

c) Os devedores por acréscimos de rendimento dizem respeito as seguintes naturezas:

(valores expressos em euros)

Devedores por acréscimos rendimentos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ACSS: Contratos-programa/outros			
2017	(c1)	82 668 805	82 668 805
2018	(c1)	22 994 935	22 994 935
2019	(c1)	5 184 315	5 184 315
2020	(c1)	6 288 949	6 288 949
2021	(c1)	654 958	0
ARSLVT	(c2)	11 196 994	12 509 165
Subsistemas	(c2)	15 308 731	10 154 401
Taxa Moderadoras	(c3)	13 553 103	13 078 769
Rappel de fornecedores	(c4)	9 059 234	6 597 490
Outros		40 834	882 295
Totais		166 950 858	160 359 125

(c1) Relativamente aos devedores por acréscimos de rendimentos, ACSS, os mesmos correspondem essencialmente as estimativas efetuadas no âmbito da execução dos contratos-programa relativos aos anos em causa, 2017 a 2020, de acordo com as orientações recebidas da ACSS. É convicção do Conselho de Administração que os valores em causa refletem a melhor estimativa possível dos valores de produção a faturar, não sendo expetável que, no âmbito do encerramento formal dos contratos-programa em causa resultem correções significativas.

(c2) Os valores de acréscimos de rendimentos referentes a serviços prestados à ARSLVT e a subsistemas traduzem a melhor estimativa das quantias a faturar pelos serviços prestados, carecendo ainda de uma definição dos montantes definitivos a recuperar daquelas entidades.

(c3) De acordo com a Circular Informativa nº 1/2020 emitida pela ACSS às entidades do serviço nacional de saúde, foi recomendado manter na rubrica devedora por acréscimos de Rendimentos as taxas moderadoras por cobrar, sendo que o valor existente em 31 de dezembro de 2021 reflete o período de 2017 a 2021.

(c4) A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, rappel de fornecedores, diz respeito a notas de crédito rececionadas em 2021, relativas a diversos acordos comerciais negociados com os fornecedores no ano de 2020.

d) Os outros devedores (estado), decompõem-se como segue:

(valores expressos em euros)

Outros Devedores Estado	31/12/2021	31/12/2020
Agência para o desenvolvimento e coesão, I.P.	3 920 044	11 905 614
Administrações Regionais de Saúde	275 938	277 086
SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais	378 263	72 697
Outros	45 236	2 033
Total	4 619 481	12 257 430

e) Os outros devedores (outros), decompõem-se como segue:

(valores expressos em euros)

Outros Devedores	31/12/2021	31/12/2020
Entidades não codificadas	1 945 564	2 697 079
Ensaios clínicos	667 581	333 214
IQVIA Solutions Portugal, Lda.	20 819	20 819
Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.	42 043	42 043
ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.	21 355	21 355
Outras instituições	1 353 925	1 883 899
Total	4 051 286	4 998 409

18.2. Passivos financeiros

O detalhe dos Instrumentos Financeiros Passivo, bem como o respetivo movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, era como se segue:

Passivos Financeiros - quantia escriturada

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Passivos financeiros	Nota	2021					
		Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
			Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas por imparidade	Outros	
Fornecedores c/c	(a)	**162 424 086**		**1 027 842 899**		**1 019 142 028**	**171 124 958**
Adiantamento de clientes	(b)	**156 946 967**		**504 947 934**		**494 019 943**	**167 874 957**
Estado e outros entes públicos							
Imposto sobre o rendimento	21.4	29 000		79 043		70 043	38 000
Imposto sobre o valor acrescentado	(c)	108 659		1 203 194		1 133 406	178 447
Retenções na fonte	(d)	2 767 272		34 353 554		34 323 290	2 797 536
Contribuições para sistemas proteção social	(d)	4 608 640		60 182 329		59 854 477	4 936 492
Outros		24 569		317 994		314 567	27 996
Fornecedores de investimentos c/c	(e)	**4 279 508**		**102 428 938**		**100 882 474**	**5 825 973**
Outras contas a pagar							
Credores por acréscimos de gastos							
Remunerações a liquidar	(f)	26 906 369		25 161 446		25 773 738	26 294 077
Outros acréscimos de gastos	(g)	15 998 030		45 145 366		45 194 272	15 949 124
Outros credores							
Pessoal		0		159 339 456		159 359 592	-20 136
Instituições do estado	(h)	90 375 290		7 723 820		11 782 394	86 316 715
Outros credores diversos	(i)	3 762 495		1 958 639		1 581 967	4 139 167
Totais		**468 230 887**		**1 970 684 612**		**1 953 432 192**	**485 483 306**

(a) Fornecedores c/c, respeitam a dívidas de compras e fornecimentos e serviços externos com prazo médio de pagamento (PMP) de 168 dias e 176 dias, em 2021 e 2020, respetivamente.

(b) A rubrica de Adiantamento de Clientes reflete essencialmente os montantes recebidos da ACSS cuja faturação ainda se encontra por emitir, no âmbito do encerramento de contrato-programa.

(c) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), diz respeito ao IVA liquidado nos meses de novembro e dezembro de 2020 e entregue ao Estado em janeiro e fevereiro do corrente ano;

(d) As quantias relativas as retenções na fonte a terceiros de impostos sobre o rendimento e de contribuições para sistemas proteção social, resultaram quase na sua totalidade da liquidação de verbas respeitantes à função de pessoal, que foi objeto de entrega em janeiro de 2021.

(e) Fornecedores de investimento, dizem respeito a obras e aquisição de equipamentos;

(f) Remunerações a liquidar, são relativas a férias, subsídio de férias e respetivos encargos vencidos

a 31 de dezembro de 2021, e a pagar no corrente ano de 2022;

(g) Outros acréscimos de gastos, decompõem-se como segue:

(valores expressos em euros)

Credores por acréscimos de gastos	31/12/2021	31/12/2020
Entidades do SNS	11 414 383	9 433 822
Subcontratos	2 698 507	3 176 611
Trabalhos especializados	863 945	1 920 800
Conservação e reparação	88 576	795 493
Limpeza higiene e conforto	273 645	273 645
Comunicações	49 283	161 117
Outros	560 785	236 542
Totais	**15 949 124**	**15 998 030**

(h) Outros credores - Instituições do Estado, decompõem-se como segue:

(valores expressos em euros)

Instituições do Estado	31/12/2021	31/12/2020
ARS LISBOA VALE TEJO,I.P.	69 316 413	69 195 402
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação	13 367 932	17 759 340
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	1 058 110	1 011 739
INST. NAC.SAUDE DR.RIC. JORGE,IP	127 916	48 623
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	79 014	743 789
Outras instituições	2 367 329	1 616 396
Total	**86 316 715**	**90 375 290**

Salientamos ainda nesta rubrica as dívidas à ARS Lisboa Vale Tejo, I.P. no valor de 69.316.413€ e ao IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação no montante de 13.367.932€. De salientar que esta última, tem vindo a ser amortizada à cadência de 750 mil euros/mês de harmonia com as disponibilidades de liquidez do CHULN.

(i) Outros credores – diversos, dizem respeito essencialmente às dívidas a diversos prestadores de serviços médicos e de diagnóstico, no combate à diminuição da lista de espera do SNS.

Não existem ativos dados em garantia como colateral de passivos nem dívidas a fornecedores externos cuja duração residual seja superior a cinco anos.

19. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salário, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e natal.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benéficos de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

(valores expressos em euros)

Custos com o Pessoal	2021	2020
Órgãos Sociais:		
Remunerações dos Órgãos Sociais	398 015	449 415
Subsídio de refeição	5 428	6 188
Outros	133	938
Enc. s/ Rem. Órgãos Sociais	54 404	58 424
Total Órgãos Sociais	**457 981**	**514 965**
Remunerações do Pessoal	173 224 025	166 259 425
Enc. s/ Rem. Pessoal	40 975 210	39 631 336
Subsídio de refeição	6 547 053	6 236 682
Seguros	2 083 318	1 791 388
Outros	1 746 882	1 755 146
Total Pessoal	224 576 488	215 673 977
TOTAL	225 034 469	216 188 942

O número de funcionários no final do 2021 e 2020 foi de 6.656 e 6.539 respetivamente. O aumento de pessoal e respetivo custo verificado, deve-se essencialmente a necessidade de pessoal qualificado (Ex: enfermeiros) para o combate desenvolvido pelo SNS a COVID 19.

20. Divulgações Partes Relacionadas

O capital estatutário do CHULN,E.P.E. é detido pelo Estado Português e encontra-se totalmente realizado.

A Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) é a entidade controladora final do Grupo Público da Saúde, sendo responsável pela consolidação das Contas.

Para além das transações realizadas com clientes e fornecedores, o CHULN também se relaciona com outros hospitais do Serviço Nacional de Saúde e com as Administrações Regionais de Saúde (ARS), mais concretamente para a realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Entidades	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
Entidades não pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde				
ACÇÃO GOVERNATIVA - entidade contabilística				
GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE				
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DA SAÚDE				
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE				
DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE	8 718,28	750,00	8 049,12	0,00
EAS EMPRESA AMBIENTE NA SAÚDE, TRATAMENTO DE RESIDUOS HOSPITALARES UNIPESSOAL, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00
ENTIDADE REGULADORA DA SAUDE	0,00	75 000,00	25 000,00	0,00
FUNDO PARA A INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAUDE, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00
INSPEÇÃO-GERAL DAS ATIVIDADES EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P.	37 779,26	4 229,36	38 383,13	235 364,83
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PROTEÇAO E ASSISTENCIA NA DOENÇA, I.P.	0,00	7 724 011,33	10 613,13	28,47
SERVIÇO DE INTERVENÇAO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDENCIAS	458 166,48	75 139,40	0,00	147 543,54
SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH)	6 634 536,65	2 950 003,96	2 281 128,99	63 314,36
SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)				
ADMINISTRAÇAO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, I.P.	98 093 099,07	227 772 895,55	23 547,36	465 683 931,85
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	106 646 572,43	118 822 700,73	2 754 586,43	13 638 021,97
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALENTEJO, I.P.	368 296,26	3 738,80	0,00	69 079,44
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALGARVE, I.P.	311 558,77	71,53	0,00	94 164,28
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	890 212,99	48 394,22	0,00	233 911,34
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO NORTE, I.P.	160 996,07	6 530,70	0,00	7 275,80
CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, EPE	0,00	191,70	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA - ZONA OCIDENTAL, EPE	217 956,45	401 521,78	119 809,08	44 935,97
CENTRO HOSPITALAR DE SETUBAL, EPE	50 653,57	122,40	0,00	14 497,01
CENTRO HOSPITALAR DO BARREIRO - MONTIJO, EPE	22 937,83	10 777,79	9 001,03	35 068,00
CENTRO HOSPITALAR DO TAMEGA E SOUSA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR MÉDIO AVE, EPE	31,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR MEDIO TEJO, EPE	2 096,70	49 141,80	78 777,00	245,20
CENTRO HOSPITALAR PÓVOA VARZIM / VILA DO CONDE, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE LISBOA	3 064,87	1 065,90	0,00	329,34
CENTRO HOSPITALAR TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DE LISBOA CENTRAL, EPE	313 354,52	331 059,21	76 265,97	51 546,01
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DE LISBOA NORTE, EPE	0,00	0,00	4 680,95	0,00
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DO PORTO, EPE	0,00	48 814,20	53 127,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA GAIA/ESPINHO, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO MEDICO DE REABIL. DA REG. CENTRO - ROVISCO PAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL ARCEBISPO JOAO CRISOSTOMO - CANTANHEDE	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL DE MAGALHÃES LEMOS, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL DISTRITAL FIGUEIRA DA FOZ, EPE	0,00	1 173,47	0,00	0,00
HOSPITAL DISTRITAL SANTA.MARIA MAIOR, EPE - BARCELOS	0,00	5 254,44	5 254,44	0,00
HOSPITAL DISTRITAL SANTAREM, EPE	26 608,46	108,00	0,00	5 985,31
HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO – OVAR	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA, EPE	15 679,16	25 334,70	0,00	6 057,20
HOSPITAL FERNANDO DA FONSECA, EPE	106 196,67	432 742,13	301 031,18	14 309,40
HOSPITAL GARCIA DE ORTA, EPE – ALMADA	168 288,13	181 839,65	39 198,05	13 089,82
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P.	28 453,27	246 295,43	152 043,82	1 070,36
INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO	601 648,16	665 555,85	49 423,19	118,45

Entidades	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DE COIMBRA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DE LISBOA, EPE	158 007,77	611 845,48	713 661,08	9 934,14
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DO PORTO, EPE	0,00	14 440,50	-1 948,60	0,00
INSTITUTO PORTUGUES DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇAO, IP	1 035 755,91	13 804 534,92	4 083 526,30	147 554,17
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE ALTO MINHO, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE	0,00	225,93	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL DO BAIXO ALENTEJO, EPE	228 596,64	87 928,83	0,00	47 521,23
UNIDADE LOCAL SAÚDE NORTE ALENTEJANO, EPE	333 451,87	128,32	0,00	100 627,14
C.H. UNIV. COIMBRA, EPE	10 512,79	54 756,87	89 861,41	0,00
Unidade Local Saúde Litoral Alentejano	260 296,79	5 205,45	0,00	141 740,43
C.H. OESTE EPE - TORRES VEDRAS	3 270 530,68	73 584,46	31 309,22	2 227 182,82
CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA, EPE	5 062,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
C. HOSP. UNIV. ALGARVE EPE	18 183,75	463,30	0,00	12 973,01
UNID LOCAL SAUDE NORDESTE, EPE	35 618,84	0,00	0,00	10 707,25
Total	220 522 922	374 537 578	10 946 329	483 058 128

21. Outras Divulgações

21.1. Passivos não correntes: Financiamentos obtidos

No Passivo não Corrente, financiamentos obtidos, respeitante ao valor da subvenção reembolsável, a partir do ano de 2024, relativo ao projeto de Eficiência Energética do Hospital de Santa Maria, ao abrigo do POSEUR.

21.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos são uma rubrica de gastos importante e com algum relevo no CHULN. No mapa que se segue encontramos os valores repartidos pelos diversos itens com relevância para a rubrica Subcontratos que é aquela com mais expressão. Neste capítulo, o aumento verificado em algumas rubricas de Serviços Especializados deve-se essencialmente ao reforço obrigatório face a situação pandémica que ainda decorre.

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	2021	2020
Subcontratos	**20 681 056**	**19 829 772**
Entidades do Ministério da Saúde	7 084 567	6 126 311
Outras Entidades	13 596 489	13 703 462
Serviço de Instalações e Equipamentos	**14 392 810**	**11 373 330**
Serviços de logística e Stocks	**8 306 689**	**7 902 067**
Serviços Sistemas de Informação	**3 035 215**	**3 048 133**
Departamento Recursos Humanos	**2 280 078**	**2 330 927**
Trabalhos Especializados	**1 863 891**	**1 999 151**
Materiais	**525 291**	**481 658**
Energia e Fluidos	**4 202 211**	**4 312 406**
Deslocações, Estadas e Transportes	**5 619 328**	**4 958 737**
Serviços Diversos	**7 732 944**	**6 764 686**
Total	**68 639 513**	**63 000 867**

21.3. Garantias

Existem garantias no valor de 10.241.665,60€, a favor do CHULN, prestadas pelos diversos fornecedores ao abrigo da legislação em vigor.

Emitimos em 2016, a favor da Segurança Social uma garantia no valor de 52.999,91€.

Em 2019 emitimos uma garantia a favor da Agência Portuguesa do Ambiente no valor de 682,46€, reforçada em 2021 com 34.39€ de acordo com a solicitação desta agência, totalizando assim 716,99€.

Em 2021 emitimos nova garantia a favor da Agência Portuguesa do Ambiente no valor de 6.183,10€.

21.4. Imposto sobre o rendimento

O CHULN, E.P.E está sujeito a IRC à taxa normal de 21%, a Derrama à taxa de 1,5% e a Tributação Autónoma sobre um conjunto de despesas, tendo contabilizado a correspondente estimativa de imposto.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de 4 anos, considerando o CHULN, E.P.E que eventuais correções resultantes dessas revisões não terão um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

21.5. Interesses em outras entidades

O Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte participa na empresa SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais comparticipando com uma quota mensal de 250€. O Resultado Líquido do SUCH, no ano de 2021 ainda não foi comunicado logo o seu registo no Sistema de Participações Residente (SIPART) ainda não se encontra realizado.

21.6. Outros assuntos

Cumpre ao Conselho de Administração informar a Tutela, na qualidade de acionista, de que o Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E. se enquadra no âmbito do art.º 35.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, por se encontrar numa situação em que o seu património líquido se encontra negativo há mais de três exercícios, e solicitar que, dentro do possível, sejam tomadas as medidas julgadas convenientes.

CHLN - Administração
Entrada N.º 190619
07 / 04 / 2022
Ass.: M
Saída ____/____/____
Ass.: _____